

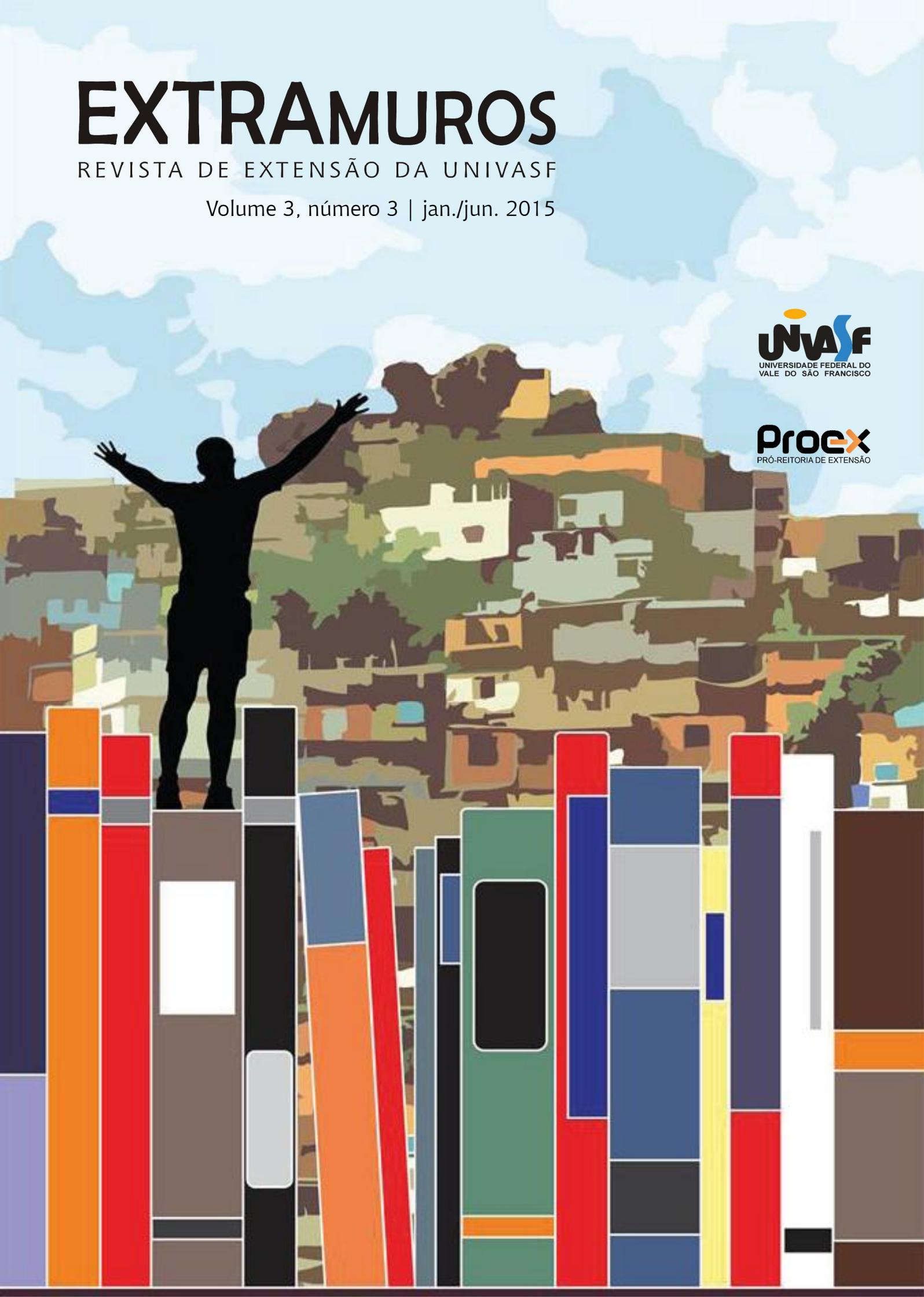
EXTRAMUROS

REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVASF

Volume 3, número 3 | jan./jun. 2015

UNIVASF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
VALE DO SÃO FRANCISCO

Proex
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO



EXTRAMUROS

REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVASF

Volume 3, número 3 - jan./jun. 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO
SÃO FRANCISCO**

Reitor

PROF. DR. JULIANE LI TOLENTINO DE LIMA

Vice-Reitor

PROF. DR. PROF. DR. TÉLIO NOBRE LEITE

Pró-Reitora de Extensão

PROF. DRA. LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

PROF. DR. HELINANDO PEQUENO DE OLIVEIRA

Pró-Reitor de Ensino

PROF. DR. LEONARDO RODRIGUES SAMPAIO

Pró-Reitora de Assistência Estudantil

ASSISTENTE SOCIAL ISABEL CRISTINA SAMPAIO ANGELIM

Pró-Reitor de Orçamento e Gestão

PROF. DR. ANTÔNIO PIRES CRISÓSTOMO

**Pró-Reitor de Planejamento e
Desenvolvimento Institucional**

PROF. ME. JOSÉ RAIMUNDO CORDEIRO NETO

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Pró-Reitora de Extensão

PROF. DRA. LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Diretor de Extensão

PROF. DR. WAGNER PEREIRA FÉLIX

Diretor de Arte, Cultura e Ação Comunitária

PROF. ME. EURICLÉSIO BARRETO SODRÉ

Diretor do Espaço Ciência e Cultura

PROF. DR. MILTÃO FIGUEREDO

Auxiliar Administrativa do Espaço Ciência e Cultura

BETÊNIA MENDES

Assistente em Administração – Gabinete da Pró-Reitoria

EDILÚCIA BARROS DA SILVA

Assessora da Pró-Reitoria

JACKELINE FERREIRA GOMES

Assistente de Apoio às Atividades de Estágio

MARIANA FILGUEIRAS VIEIRA

Assistente de Apoio às Atividades de Extensão

RUTH MORAIS NUNES DE AMORIM

Auxiliar Administrativo

EDILENE GOMES

Estagiários – Coordenação de Estágio

EDUARDO NEVES ROCHA DE BRITO

MARCEL CARVALHO MARQUES

Estagiários – Diretoria de Extensão

BRUNA SANTOS SIQUEIRA – Cursos de Idiomas

LARA RÉGIA DIAS DA FRANCA SILVA – Ligas Acadêmicas

ANDERSON NASCIMENTO SOARES DA SILVA – Desenvolvedor Web

Estagiários – Diretoria de Arte

BRUCE WAGNER AMORIM PEREIRA

DÁRIO PEIXOTO WANDERLEY JÚNIOR

DALMO CARDOSO BARRETO

Estagiários – Espaço Ciência e Cultura

SÉRGIO NERE

ROSE MINEIA

COMISSÃO EDITORIAL

Editor Responsável

PROF. DR. FULVIO TORRES FLORES

Editor de Layout

PROF. ESP. CECILIO RICARDO DE CARVALHO BASTOS

CONSELHO EDITORIAL

PROFA. DRA. DARIZY FLÁVIA VASCONCELOS

UFBA - Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. José Filipe Vilela Vaz

UMINHO – Universidade do Minho

PROF. DR. FRANCISCO ROBERTO CAPORAL

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

PROFA. DRA. GHISLAINE DUQUE

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROFA. DRA. GISELE GIANDONI WOLKOFF

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

PROF. DR. DR. *h.c.* HANS-JOACHIM APPELL CORIOLANO

DSHS - Deutsche Sporthochschule Köln

PROF. DR. HELINANDO PEQUENO DE OLIVEIRA

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROFA. DRA. HOSANA DOS SANTOS SILVA

UNIFESP - Universidade Federal do Estado de São Paulo

PROFA. DRA. JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTE

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

PROF. DRA. LÚCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROFA. DRA. MARCIA BENTO MOREIRA

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROFA. DRA. SIMONE MALAGUTI

LMU - Ludwig-Maximilians-Universität München

PARECERISTAS - UNIVASF

VOL. 3, N. 3, JAN.-JUN. 2015

PROFA. DRA. BARBARA ELEONORA BEZERRA CABRAL (CPSI - UNIVASF)
PROFA. DRA. CHRISTINA MOROTOMI FUNATSU COELHO (FCM SANTA CASA-SP)
PROFA. DRA. DÉBORA ABDALLA SANTOS (UFBA)
PROFA. DRA. EDILENE APARECIDA ARAÚJO DA SILVEIRA (UFSJ)
PROF. DR. FULVIO TORRES FLORES (CARTES - UNIVASF)
PROFA. DRA. GISELE GIANDONI WOLKOFF (UFF)
PROFA. DRA. JANAYNA ALVES BREJO (UEMG)
PROCURADORA JOANILE VERDUGO (DPU - PE)
PROF. ME. JORGE LUIS CAVALCANTI RAMOS (CCOMP - UNIVASF)
PROF. DR. JORGE LUIS DE SOUZA RISCADO (UFAL)
PROFA. DRA. KATHLEEN ELANE LEAL VASCONCELOS (UEPB)
PROFA. DRA. LIVIA MARQUES CARVALHO (UFPB)
PROF. DR. LUIZ ALCIDES MADURO (CEFIS - UNIVASF)
PROFA. DRA. LUIZA EUGENIA DA MOTA ROCHA CIRNE (UFMG)
PROFA. DRA. MARIA DAS GRAÇAS BRANDÃO (UFMG)
PROFA. DRA. MARIA DAS GRAÇAS CLEOPHAS PORTO (UNILA)
PROFA. DRA. MARIA DE FATIMA LOPES FERNANDES (UFC)
PROFA. DRA. MARILENE DANDOLINI RAUPP (UFSC)
PROF. DR. MARK THOMAZ UGLIARA BARONE (USP)
PROF. DR. PETRÔNIO JOSÉ DE LIMA MARTELLI (UFPE)
PROFA. DRA. RENATA WILNER (UFPE)
PROF. DR. RODRIGO VITÓRIO (UNESP)
PROFA. DRA. SABRINA GRASSIOLLI (UEPG)
PROFA. DRA. SILVIA DE MAGALHÃES SIMÕES (UFS)
PROFA. DRA. SILVIA FERREIRA LIMA CAVALHEIRO (UNESP)
PROFA. DRA. SILVIA RAQUEL SANTOS DE MORAIS (CPSI – UNIVASF)
PROFA. DRA. SIMONE DE PINHO BARBOSA (UFJF)
PROFA. DRA. VERONICA BRANCO (UFPR)

Todos os textos e suas imagens, assim como a revisão, são de responsabilidade dos autores.

É permitida a reprodução parcial das informações publicadas, desde que seja citada a fonte.

Universidade Federal do Vale do São Francisco
Pró-Reitoria de Extensão

EXTRAMUROS – Revista de Extensão da UNIVASF
Petrolina-PE.
Pró-Reitoria de Extensão
Vol. 3, n. 3 (jan./jun. 2015).
139 p.
Semestral
ISSN 2318-3640
1. Extensão. 2. Universidade. 3. Revista.
I. Título

REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVASF

Av. José de Sá Maniçoba, s/n.
Centro
Petrolina – PE
CEP 56304-205

Gabinete da Pró-Reitoria: (87) 2101-6768
www.extramuros.univasf.edu.br
extramuros@univasf.edu.br

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
<i>Prof. Dr. Fulvio Torres Flores</i>	
ARTIGOS	
Avaliação neuropsicológica de pacientes com doença de Parkinson candidatos à cirurgia de Estimulação Cerebral Profundo	10
<i>Caroline Tozzi Reppold e Flavia Amaral Machado</i>	
Atividades lúdicas como estratégia de promoção da saúde: uso do teatro na busca da prevenção do diabetes	21
<i>Camilla S. Fonseca e David Fernando de Moraes Neri</i>	
Programa de orientação educacional para adesão ao tratamento da asma	30
<i>Daniele Mariante Giesta e Caroline Tozzi Reppold</i>	
Oficina terapêutica de inclusão digital como instrumento auxiliador no tratamento de pacientes com transtorno mental do Centro de Apoio Psicossocial do Pará	39
<i>Deisy do Socorro Peres Lobato, Larissa Elisiário Sato e Silvana Rossy de Brito</i>	
Projeto Papo Sério: Ações de saúde sexual e prevenção das DST/aids entre adolescentes	51
<i>Carla Luzia França Araújo, Tamyris Paiva Carvalho Loureiro, Vanessa Damasceno Bastos e Maristela Serbeto Torres</i>	
Programa de extensão adoção jurídica de cidadãos presos: quatorze anos de cidadania, humanização e acesso à justiça	62
<i>Maria Edna Alves Ribeiro, Maria Perpétua do Socorro Dantas Jordão, Arquimedes Fernandes Monteiro de Melo e Paula Isabel Bezerra Rocha Wanderley</i>	
A Nova ATER e a formação de redes locais de entidades da agricultura familiar para desenvolver extensão rural agroecológica no estado do Paraná, Brasil	82
<i>Olivo Dambrós, Francisco Roberto Caporal e Mamen Cuéllar Padilla</i>	
RELATOS	
A participação na Implantação de Coleta Seletiva do município de Petrolina no Estado de Pernambuco	98
<i>Liliane Caraciolo Ferreira, Victor Mendes Gomes e Carlos Eduardo Rodrigues Avelino</i>	
Apontamentos pedagógicos sobre as artes marciais a partir da experiência com o ensino do wushù e da capoeira na Vila Educacional de Meninas em Diamantina-MG	111
<i>Gilbert de Oliveira Santos</i>	

Práticas em arte/educação não formal: uma proposta de ensino de artes visuais e extensão universitária	120
<i>Fabiane Pianowski</i>	
Professoras de creche: a construção e a resignificação da identidade das profissionais que atuam com crianças de 0 a 3 anos	128
<i>Márcia Regina Onofre e Andressa de Oliveira Martins</i>	
DADOS TÉCNICOS	142

Prof. Dr. Fulvio Torres Flores¹ ¹Editor
Responsável

fulvio.flores@
univasf.edu.br

Apresentamos a edição regular de 2015, ano especial em que a EXTRAMUROS iniciou a publicação de números especiais, uma vez que esta área na UNIVASF tem se mostrado cada vez mais dinâmica e demandando uma forma de publicação dos trabalhos realizados. Assim, a revista cumpre seu papel em divulgar textos para a comunidade científica e também para a sociedade de forma geral, não apenas com a diversidade de artigos e relatos que é comum às edições regulares, mas também com números concentrados em áreas específicas do saber.

A **Extramuros - Revista de Extensão da Univasf** aparece, pela primeira vez, no Qualis-CAPES, com avaliação referente a 2014 (a avaliação é sempre referente a um ano completo). A classificação foi nas seguintes áreas:

BIODIVERSIDADE	C
FARMÁCIA	C
MEDICINA II	C
QUÍMICA	C

Apesar de C ser o estrato mais baixo do Qualis, com peso zero, é importante frisar que o fato de a revista já figurar na plataforma é o primeiro passo para que a classificação possa melhorar com os anos. Isto porque, para gerar uma classificação, é preciso que os autores de textos estejam vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu, seja como discentes ou docentes.

Conforme a CAPES identifica a produção dos programas de pós-graduação aos quais esses autores estão vinculados, ela classifica os periódicos. Outro dado importante é que a classificação não segue regra única, mas sim varia de acordo com os critérios de cada uma das quase 50 áreas de avaliação.

É importante lembrar que a Extramuros aceita receber textos de todas essas áreas de avaliação. Isso leva a outro fator importante no quesito de classificação: quanto mais amplo é o periódico, mais difícil se torna aumentar a nota classificatória. Por que isso acontece? Porque cada uma das quase 50 áreas de avaliação tem seu critério próprio, mas em um ponto a maioria delas coincide: o periódico precisa publicar um número mínimo de textos da área por edição/ano e manter o fluxo de publicação na área aos longo dos anos. Como a Extramuros não é uma revista de área específica, esse número mínimo é mais raramente atingido.

Apesar de a CAPES indicar que o estrato C tem peso zero, vale ressaltar que "[...] não se pretende com esta classificação, que é específica para o processo de avaliação de cada área, definir qualidade de periódicos de forma absoluta." (extraído de: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>) Essa afirmação é importante porque a Extramuros, por exemplo, cumpre todos os 36 itens exigidos para classificação no Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Por-

tugal (Folio 23261), difundida em 38 países e em programas brasileiros e estrangeiros de mestrado e doutorado. Em seus 3 anos de existência, a Extramuros já obteve mais de 40 mil downloads de textos publicados. Um único texto - *Horta escolar agroecológica como instrumento de educação ambiental e alimentar na creche municipal Dr. Washington Barros – Petrolina/PE* – do Prof. Helder Ribeiro de Freitas et al. - ultrapassou, em setembro de 2015, a marca de 4 mil downloads.

Esta edição contou com a colaboração do **Prof. Me. Luiz Mauricio Barreto Alfaya**, artista visual e professor do Curso de Artes Visuais da UNIVASF, que nos presenteou com a imagem da capa, criada especialmente para a revista.

A todos que gostam de se manter informados sobre trabalhos extensionistas, desejamos uma boa leitura!



Artigos

Avaliação neuropsicológica de pacientes com doença de Parkinson candidatos à cirurgia de Estimulação Cerebral Profundo

Caroline Tozzi Reppold¹
Flavia Amaral Machado²

¹Psicóloga, Doutora em Psicologia, Professora e Coordenadora do Laboratório de Avaliação Psicológica da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre/ UF-CSPA. E-mail: reppold@ufcspa.edu.br.

²Fisioterapeuta, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Reabilitação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre/UFCSA. E-mail: flavia-maral@ufcspa.edu.br.

RESUMO

A Doença de Parkinson (DP) é um dos distúrbios do movimento mais frequentes na população e pode causar alterações cognitivas, que incluem prejuízos nas funções executivas e na linguagem. A estimulação cerebral profunda (DBS) é uma das formas de tratamento disponíveis no sistema de saúde, sendo a testagem neuropsicológica um requisito pré-operatório de pacientes candidatos à cirurgia. Esse trabalho refere-se a um programa de extensão com a proposta de realizar a avaliação neuropsicológica dos pacientes atendidos no ambulatório de Distúrbios do Movimento da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, candidatos à cirurgia DBS, traçando o perfil neuropsicológico desses pacientes e relacionando os resultados com um indicador biológico da doença (Transportador da Dopamina Estriatal). Ressalta-se o caráter interdisciplinar do programa e o fato de envolver estratégias de ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Doença de Parkinson; Neuropsicologia; Estimulação Cerebral Profunda.

Neuropsychological evaluation of patients with Parkinson's disease candidates for Deep Brain Stimulation surgery

ABSTRACT

The Parkinson's Disease (PD) is considered a neurodegenerative disease very prevalent in the elderly population of all the world and involves language and executives dysfunctions. The deep brain stimulation (DBS) is a kind of treatment and the preoperative evaluation for DBS surgery includes criteria related to age, neuropsychological and neuropsychiatric disorders and comorbidity. This work refers to a program with the proposal to do the neuropsychological evaluation of patients from the Movement Disorders Center of the Santa Casa de Porto Alegre, candidates for DBS surgery. These results allow the description of psychological and neuropsychological profile of population Parkinson's disease treated at this hospital before the surgery. The data this research contribute to the team to assess the best clinical procedure to be adopted and improve the interdisciplinary treatment of each patient evaluated. This program involves teaching strategies, research and extension.

Keywords: Parkinson Disease; Neuropsychology; Deep Brain Stimulation.

INTRODUÇÃO

A Doença de Parkinson (DP) é um dos distúrbios do movimento mais encontrados na população idosa, representando até 2/3 dos pacientes que visitam os grandes centros de distúrbios do movimento em todo o mundo. A prevalência da DP tem sido estimada entre 85 e 187 casos por 100000 pessoas e a incapacidade funcional produzida pela doença é comparável à causada pelos acidentes vasculares encefálicos (TOSTA, 2010). O diagnóstico desta enfermidade neurodegenerativa é estabelecido basicamente pelo quadro clínico característico, sem a necessidade de utilização de exames complementares para tal. Os sintomas cardinais da DP são: tremor de repouso, bradicinesia, rigidez muscular e instabilidade postural. A presença de dois destes sinais acima descritos permite o diagnóstico de Parkinsonismo, sendo o Parkinsonismo Primário ou Idiopático (DP) a causa mais frequente. Outros autores acrescentam também os sinais como a postura fletida do pescoço, tronco e membros e a presença de bloqueio motor (*freezing*), no entanto não são considerados como sintomas principais (PEARCE, 1994).

A DP é definida patologicamente pela perda progressiva dos neurônios dopaminérgicos na *pars compacta* da substância negra e por acúmulo de agregados proteicos citoplasmáticos conhecidos por corpos de Lewy nos neurônios remanescentes (PEARCE, 1994). Entretanto, outras estruturas cerebrais também são comumente afetadas, como *locus ceruleus*, área tegmentar ventral e núcleo dorsal do vago. Clinicamente, a DP é caracterizada pelos sinais motores de bradicinesia, tremor de repouso, rigidez muscular e instabilidade postural (TEIVE, 1998). Outras características como o início gradual e a assimetria dos sinais motores, bem como uma boa resposta às drogas dopaminérgicas, reforçam o diagnóstico de DP. No entanto, além dos distúrbios do movimento, a DP tem uma série de alterações cognitivas e emocionais, que agravam muito o quadro geral do paciente e sua qualidade de vida. Citem-se como exemplos, as alterações da memória, linguagem, capacidade visuoespacial e funções executivas. A DP é uma patologia neurodegenerativa muito comum na população idosa brasileira, é a segunda com maior número de casos, segundo Barbosa et al. (2006), sendo por vezes subdiagnosticada e subtratada em razão da dificuldade dos pacientes terem acesso a uma avaliação neuropsicológica de caráter interdisciplinar.

Durante muito tempo, a estrutura funcional dos processos psicológicos na atividade humana, como percepção e memória, a atividade intelectual, a fala, a ação e o movimento foram descritos de maneira abstrata, em termos puramente mentais, sendo descrições baseadas na percepção (LURIA, 1981). Entretanto, estudos sobre o funcionamento do cérebro foram criando novas teorias sobre a relação de função cerebral e atividade mental. A neuropsicologia é a ciência que estuda a relação entre o cérebro e o comportamento humano. Como área específica de estudo, tem um desenvolvimento recente, embora sua fundamentação científica seja resultante de várias décadas de conhecimento e investigação.

Segundo Cunha (1993), inicialmente, a avaliação neuropsicológica pretendia chegar à identificação e localização de lesões cerebrais focais. Atualmente, baseia-se na localização dinâmica de funções, tendo por objetivo a investigação das funções corticais superiores, como, por exemplo, atenção, a memória, a linguagem, entre outras. A neuropsicologia entende a participação do cérebro como um todo, no qual as áreas são

interdependentes e se relacionam, depende da integração de seus componentes para desempenhar uma função (LURIA, 1981). O principal enfoque da neuropsicologia é o desenvolvimento de uma ciência do comportamento humano baseada no funcionamento do cérebro. Dessa maneira, sabe-se que, a partir do conhecimento do desenvolvimento e funcionamento normal do cérebro, pode-se compreender alterações cerebrais, como no caso de disfunções cognitivas e do comportamento resultante de lesões, doenças ou desenvolvimento anormal do cérebro.

Dentre as áreas mais relevantes estão as funções executivas (FE), que são processos responsáveis por guiar, direcionar e manejar funções cognitivas, emocionais e comportamentais, particularmente durante resolução de problemas novos e ativos. Pela definição clássica de Lezak (1995), as funções executivas “consistem daquelas capacidades mentais que possibilitam a uma pessoa se engajar com sucesso num comportamento com propósito, independente, autônomo, eficaz e socialmente adaptado”.

Funções mentais superiores como planejamento, flexibilidade cognitiva, velocidade de processamento de informações, memória de trabalho, controle inibitório, iniciação da ação e autorregulação são atribuídos ao conceito de FE por diversos autores (ANDERSON, 2002; MALLOY-DINIZ, 2008). Embora não exista consenso entre os pesquisadores acerca de quais funções mentais superiores são atribuídas à FE, as capacidades de controle inibitório, memória de trabalho, flexibilidade cognitiva e planejamento são as mais frequentemente relacionadas a esse conceito (CAPOVILLA, 2007). O controle inibitório consiste na habilidade de inibir respostas automáticas dominantes ou prepotentes. Já a flexibilidade cognitiva envolve a capacidade de alternar o curso das ações ou pensamento de acordo com a demanda do ambiente. A memória de trabalho corresponde a habilidade de monitorar informações recebidas em função da tarefa e da capacidade de atualização adequada da informação, substituindo informação irrelevante antiga por novas e relevantes à tarefa. Essas funções permitem que o sujeito determine metas, trace estratégias para cumpri-las, execute e adapte essas estratégias conforme as demandas do ambiente mesmo por longos períodos (BURGES e ALDEMAR, 2004).

Aspectos fundamentais das FE parecem ser executados pelos lobos frontais do cérebro, mais precisamente o lobo pré-frontal. O córtex pré-frontal estabelece conexões difusas e recíprocas com quase todas as regiões corticais sensitivas e motoras e com algumas regiões subcorticais como núcleos da base e tálamo (GAZZANIGA, 2006). O córtex frontal, no período do nascimento, está incompleto, alcançando sua maturidade na adolescência, o que resulta numa capacidade limitada das funções executivas frente as demandas do ambiente nesse período.

Na DP, as funções cognitivas como memória, funções executivas e visuo-espaciais podem apresentar déficits já em fase inicial da doença. As funções executivas são descritas como as mais frequentemente afetadas, em torno de 30% dos casos (MELO, 2007).

Considerando a grande prevalência das alterações cognitivas e o crescente interesse por tratamentos que atendam os mais diversos aspectos da DP, existe um aumento na demanda de avaliação neuropsicológica nos centros de atendimentos desses pacientes. O tratamento clínico pode envolver medicações, cirurgias específicas ou

ambos, a indicação de qual procedimento é o mais adequado para cada caso depende de uma avaliação detalhada do paciente (LIMA, 2008).

A indicação dos procedimentos terapêuticos em doentes com DP é baseada na condição clínica do doente e na expressão da doença frente aos tratamentos medicamentosos e de reabilitação. O tratamento neurocirúrgico deve ser considerado quando a terapia medicamentosa é ineficaz ou não tolerada ou gera adversidades nos doentes em que as manifestações da DP são incapacitantes e condições físicas estejam normalizadas e as condições cognitivas e mentais não sejam comprometidas a ponto de capacitá-los a participar de programas educacionais (TEIXEIRA, 2004).

METODOLOGIA

O objetivo do programa é realizar avaliação neuropsicológica do portador de DP, paciente do Ambulatório de Distúrbios do Movimento do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, com a finalidade de verificar a indicação de tratamento cirúrgico. Além disso, é objetivo do projeto avaliar o perfil cognitivo e neuropsicológico dos pacientes atendidos no ambulatório de modo a acompanhar a evolução dos casos. Especificamente, busca-se identificar alterações cognitivas que possam impedir o paciente de participar de programas educacionais pós-cirúrgicos e também identificar os casos de pacientes com alterações cognitivas graves que sejam contraindicados para procedimento neurocirúrgico. Por fim, é objetivo do programa é discutir de forma interdisciplinar as alternativas de tratamento preconizadas para cada paciente avaliado.

Todos os pacientes acompanhados no ambulatório de Distúrbios do Movimento e que preencham os critérios de inclusão são convidados a participar do programa. Esses critérios são: Apresentar diagnóstico de DP por cinco anos ou mais, ser alfabetizado, não possuir déficit cognitivo grave ou demência, verificado pelo teste Mini Exame do estado Mental (MEEM).

Os pacientes serão avaliados por meio dos seguintes instrumentos:

- Mini Exame do Estado Mental (MEEM) (CHAVES e IZQUIERDO, 1992): Desde sua publicação em 1975 por Folstein e colaboradores, o MMSE tornou-se um importante instrumento de triagem cognitiva, sendo aquele mais amplamente utilizado em todo o mundo. O objetivo principal do instrumento é avaliar um conjunto de funções cognitivas específicas, de forma rápida e inicial. Também serve como uma escala global de avaliação das funções cognitivas. A escala é simples de usar e pode ser facilmente administrada em 5-10 minutos (ALMEIDA, 1998). É constituído por onze tarefas agrupadas em sete categorias, responsáveis por avaliar funções cognitivas específicas. Avalia a orientação espacial e temporal, memória imediata e de evocação, cálculo, linguagem-nomeação, repetição, compreensão e atenção. O escore do MEEM pode variar de um mínimo de 0 até um total máximo de 30 pontos, sendo considerado demência quando o escore é de até 24 pontos para nível de escolaridade acima de 4 anos e 17 pontos para nível de escolaridade de até 4 anos.

- Teste Wisconsin de Classificação de Cartas (WCST) (CUNHA et al., 2005): O WCST - *Wisconsin Card Sorting Test* - foi muitas vezes considerado como padrão ouro das provas que se propõe avaliar funções executivas. Foi desenvolvido por Heaton e

colaboradores (1993) e tem adaptação e padronização brasileira. Investiga o comportamento executivo, especificamente: flexibilidade e planejamento; capacidade de raciocínio abstrato; capacidade de alterar estratégias cognitivas como reação a mudanças do meio externo e desenvolver e manter uma estratégia apropriada da solução de problemas. O teste é composto por dois conjuntos de 64 cartas cada e quatro cartas-estímulo que devem ser associadas em sequência conforme cor, forma e número. Esse instrumento de avaliação é capaz de oferecer uma medida válida e confiável sobre desempenho executivo real dos sujeitos a ele submetidos.

- **Montreal Cognitive Assessment (MoCA)** (MEMORIA, 2012; NASREDDINE, 2005): O MoCA foi concebido como um instrumento breve de avaliação do Déficit Cognitivo Ligeiro. Este instrumento avalia oito diferentes domínios cognitivos: atenção e concentração, funções executivas, memória, linguagem, capacidades visuoespaciais, capacidade de abstração, cálculo e orientação. É constituído por um protocolo de uma página, cujo tempo de aplicação é de aproximadamente 10 minutos, e por um manual onde são explicitadas as instruções para a administração das provas e definido, de modo objetivo, o sistema de cotação do desempenho nos itens. Com uma pontuação máxima de 30 (pontos), contemplando diversas tarefas em cada domínio cognitivo. No conjunto de itens que constituem este instrumento estão incluídas 5 das 6 tarefas mais frequentemente usadas no rastreio da demência. O MoCA tem sido considerado como um teste de rastreio cognitivo privilegiado uma vez que constitui um método eficaz para rastrear o Déficit Cognitivo Ligeiro e distingui-lo do perfil cognitivo de idosos com função cognitiva intacta, estando em boa posição para se impor, uma vez que recolhe a informação necessária através de um instrumento de rastreio eficaz e prático.

- **Bateria de Avaliação Frontal (FAB)** (DUBOIS et al., 2000; BEATO, 2007): A Bateria de Avaliação Frontal (FAB) é um instrumento de avaliação das funções dependentes do lobo frontal, composto por 6 itens aplicados em aproximadamente 10 minutos. É um instrumento de triagem destinado à avaliação das funções executivas frontais, tanto em seus componentes executivos quanto motores em um único instrumento. Predominantemente, prejuízos nas funções executivas são avaliados através dos seguintes construtos: formação conceitual, fluência verbal, flexibilidade mental, programação motora, tendência a distração, controle inibitório e autonomia. O teste apresenta boas propriedades psicométricas, validade de construto e de critério.

- **Escalas Beck para avaliação humor** (CUNHA, 2001): O Inventário de Depressão de Beck é provavelmente a medida de autoavaliação de depressão mais amplamente usada tanto em pesquisa como na clínica, tendo sido traduzido para vários idiomas e validado em diferentes países. A escala original consiste de 21 itens, incluindo sintomas e atitudes, cuja intensidade varia de 0 a 3. Os itens referem-se a tristeza, pessimismo, sensação de fracasso, falta de satisfação, sensação de culpa, sensação de punição, autodepreciação, autoacusações, ideias suicidas, crises de choro, irritabilidade, retração social, indecisão, distorção da imagem corporal, inibição para o trabalho, distúrbio do sono, fadiga, perda de apetite, perda de peso, preocupação somática, diminuição de libido. As Escalas de Beck tiveram sua versão traduzida e validada para a realidade brasileira (CUNHA, 2001) com permissão de *The Psychological Corporation, U.S.A.* por Jurema Alcides Cunha. Estas consistem de quatro escalas que mensuram sintomas de ansiedade, depressão, desesperança e ideação suicida. Cabe destacar que

o instrumento apresenta evidências de validade para a população adulta brasileira. A classificação da intensidade da depressão varia entre depressão mínima (0-9), depressão leve (10-16), depressão moderada (17-29) e depressão severa (30-63).

- **Bateria Fatorial de Personalidade (NUNES, HUTZ e NUNES, 2008):** A Bateria Fatorial de Personalidade – BFP é um instrumento psicológico construído para a avaliação da personalidade a partir do modelo dos Cinco Grandes Fatores (CGF), que inclui as dimensões Extroversão, Socialização, Realização, Neuroticismo e Abertura para novas experiências. Entre seus fatores, avalia traços tais como vulnerabilidade ao sofrimento, passividade, instabilidade, nível de comunicação, dinamismo – assertividade, competência, ponderação, extroversão, nível de comunicação, empenho, realização, busca por novidade, entre outros. Com apenas 126 itens e aplicação realizada em aproximadamente 30 minutos, o instrumento objetiva avaliar adultos a partir do Ensino Médio de todas as regiões brasileiras.

Essas características diferenciam a BFP de outros instrumentos para a avaliação da personalidade desenvolvidos em outros países e adaptados para o Brasil. A BFP já possui estudos de precisão, estudos de evidências de validade de construto, concorrente e de critério, os quais estão documentados no manual técnico para aplicação. Faz-se necessário ressaltar que o BFP é uma versão moderna e atual dos modelos gerados pelas teorias de traço.

- **Teste de Fluência Verbal - Categoria F.A.S. (SPREEN e STRAUSS, 1998):** Verifica a existência de prejuízo de memória semântica e nas estratégias de busca relacionada à função executiva. A Categoria F.A.S. investiga fluência verbal fonética. Os exercícios de produção controlada de palavras semânticas e fonéticas, são bons indicativos de expressão verbal, função essa relacionada ao hemisfério dominante. Na aplicação da F.A.S. solicita-se que o paciente liste objetos cujos nomes iniciem, respectivamente, pelas letras F, A, S, tendo um minuto para cada letra. O Teste de Fluência Verbal tem sido considerado um teste de atenção seletiva, pois implica a seleção de estímulos-alvo dentre diversos estímulos disponíveis. De fato, evidências de validade baseadas na relação com outras variáveis foram descritas por Montiel (2005), o qual encontrou correlações entre o Teste de Fluência Verbal FAS e os testes de atenção.

- **Teste de Fluência Verbal Semântica-Categoria Animais. (BRUCKI, 2004):** Verifica a existência de prejuízo de memória semântica e nas estratégias de busca relacionada à função executiva. Esse teste investiga fluência verbal semântica. Os exercícios de produção controlada de palavras semânticas e fonéticas, são bons indicativos de expressão verbal, função essa relacionada ao hemisfério dominante. Na aplicação do Teste Fluência Verbal-Categoria Animais, solicita-se que o indivíduo gere o maior número possível de palavras de uma determinada categoria semântica, como Animais, tendo um minuto para realizar a tarefa. O Teste de Fluência Verbal tem sido considerado um teste de atenção seletiva, pois implica a seleção de estímulos-alvo dentre diversos estímulos disponíveis. De fato, a prova de fluência verbal fornece informações acerca da capacidade de armazenamento do sistema de memória semântica, da habilidade de recuperar a informação guardada na memória e do processamento das funções executivas, especialmente, aquelas através da capacidade de organizar o pensamento e as estratégias utilizadas para a busca de palavras.

- Parkinson Disease Questionary-39 (PDQ-39) (COSTA et al., 2006.): O PDQ-39 é composto por 39 questões distribuídas em oito domínios: mobilidade (dez itens); atividades de vida diária (seis itens); bem-estar emocional (seis itens); suporte social (três itens); desconforto corporal (três itens); estigma (quatro itens); cognição (quatro itens); e comunicação (três itens). Cada item pode ser respondido segundo cinco respostas predeterminadas, sendo elas: nunca; raramente; algumas vezes; frequentemente; e sempre. A pontuação de cada item varia de zero a quatro pontos, e sua pontuação total de zero a cem pontos, em que o menor escore reflete maior qualidade de vida. O PDQ-39 é uma escala cuja tradução para o português do Brasil foi realizada na *Health Services Research Unit (Department of Public Health and Primary Care, University of Oxford)* em 2005, sendo um instrumento de fácil aplicação que vem sendo largamente usada em pesquisas sobre a qualidade de vida dos indivíduos com a DP.

- Escala de Sono da Doença de Parkinson (PDSS) (MARGIS et al., 2009): A PDSS (29) é uma escala de 15 itens que avaliam uma variedade de distúrbios do sono comumente associados à DP. Os pacientes marcam as respostas sobre seu sono na última semana em uma escala analógica visual que varia de sempre (0) a nunca (10) ou de péssimo (0) a excelente (10). Escores baixos na PDSS devem levar o clínico a investigar causas de distúrbios do sono na DP como apneia obstrutiva do sono, transtorno comportamental do sono REM, pernas inquietas, sonolência excessiva diurna ou outra condição que esteja afetando a qualidade do sono do paciente. O instrumento já foi traduzido e validado internacionalmente e sua validação também foi realizada no Brasil.

- Escala Unificada de Avaliação da Doença de Parkinson (UPDRS) (FAHN, ELTON et al., 1987): A Escala Unificada de Avaliação da Doença de Parkinson (*Unified Parkinson's Disease Rating Scale – UPDRS*) foi criada em 1987 e é amplamente utilizada para monitorar a progressão da doença e a eficácia do tratamento medicamentoso. Avalia os sinais, sintomas e determinadas atividades dos pacientes por meio do autorrelato e da observação clínica. É composta por 42 itens, divididos em quatro partes: atividade mental, comportamento e humor; atividades de vida diária (AVDs); exploração motora e complicações da terapia medicamentosa. A pontuação em cada item varia de 0 a 4, sendo que o valor máximo indica maior comprometimento pela doença e o mínimo, normalidade. Os 14 itens da seção de exploração motora (cuja numeração vai de 18 a 31) foram baseados na versão original da escala Columbia. A UPDRS é uma escala confiável (r=0,96) e válida, o que a qualifica como um método adequado para a avaliação da DP. É a ferramenta padrão ouro para se avaliar os sintomas, assim como as incapacidades da doença em ambientes de pesquisa e clínicos (HORTA, 1996).

- Escala de Estágios de Incapacidade de Hoehn e Yahr (HOEHN e YAHR, 1967): A Escala de Hoehn e Yahr (HY – *Degree of Disability Scale*), desenvolvida em 1967, é rápida e prática ao indicar o estado geral do paciente. Em sua forma original, compreende cinco estágios de classificação para avaliar a severidade da DP e abrange, essencialmente, medidas globais de sinais e sintomas que permitem classificar o indivíduo quanto ao nível de incapacidade. Os sinais e sintomas incluem instabilidade postural, rigidez, tremor e bradicinesia. Os pacientes classificados nos estágios I, II e III

apresentam incapacidade leve a moderada, enquanto os que estão nos estágios IV e V apresentam incapacidade mais grave. Uma versão modificada da HY foi desenvolvida mais recentemente e inclui estágios intermediários. A HY é uma escala amplamente utilizada e aceita para avaliar os estágios da DP. Suas limitações se referem principalmente ao fato de que valoriza mais as alterações de equilíbrio como marcador de gravidade da doença, minimizando a importância de outras alterações motoras e não levando em consideração os sintomas não-motores (GOETZ, 2004).

PROCEDIMENTOS

O trabalho é realizado no Ambulatório de Distúrbios do Movimento do Complexo Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, desde agosto de 2013 e conta com a anuência do responsável e a participação dos neurologistas. Sabe-se que o referido hospital é referência para tratamento da DP atendendo pacientes de todo o estado do Rio Grande do Sul. Os atendimentos a esse público ocorrem uma vez por semana, no turno da manhã, com uma média de 20 atendimentos por turno. Nesse ambulatório, os pacientes em tratamento são convidados a participar do programa. A avaliação neuropsicológica é sempre realizada em momento posterior à consulta clínica do paciente com seu neurologista pela psicóloga/professora coordenadora do projeto e/ou por seus alunos, previamente treinados para tal avaliação. Os resultados obtidos na avaliação neuropsicológica são discutidos por todos profissionais do ambulatório envolvidos no caso em questão, de modo a se estabelecer em parceria as condutas terapêuticas de cada caso e se definir, a partir de critérios previamente estabelecidos, aqueles pacientes que tem indicação para tratamento neurocirúrgico. Além disso, as avaliações realizadas indicam o perfil neuropsicológico dos pacientes do ambulatório e permitem aos profissionais envolvidos acompanhar a evolução clínica de cada caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado anteriormente, a DP é definida clinicamente por sinais motores. Entretanto, sintomas não-motores são muito frequentes e, por vezes, mais incapacitantes do que o quadro motor. Esses sintomas, subdiagnosticados e, muitas vezes, inadequadamente tratados são alterações referentes à memória, linguagem, funções executivas e capacidade visuoespacial. Eles pioram a qualidade de vida, dificultam o próprio tratamento do quadro motor e são sinais de mau prognóstico. Destaca-se que esse é justamente o aspecto mais forte do programa, pois muitos pacientes que teriam indicação de fazer tratamento cirúrgico para DP dependem de consultas com neuropsicólogos que possam fazer as devidas avaliações neuropsicológicas, necessárias nos procedimentos pré-cirúrgicos. Assim, esses usuários deixam de ter o tratamento preconizado, caso não seja possível uma avaliação completa. Em razão disso, o grupo de neurologistas do ambulatório colabora com o programa fazendo uma parceria via universidade, de modo que os pacientes possam ter as avaliações realizadas (sem custo) e o devido encaminhamento terapêutico. Todo o processo é de interesse aos pacientes, sobretudo, mas também aos professores e alunos que tem ali um rico campo de interação e ensino interdisciplinar de fato. Portanto, os dados do programa contribuem para que os médicos possam avaliar o melhor procedimento clínico a ser adotado para tratamento da doença, através do preenchimento preciso, por parte do paciente, dos critérios determinados em protocolo para realização do procedimento neurocirúrgico.

Assim sendo, esse programa de extensão tem um forte caráter assistencial, e prima, em termos de ensino, pela abertura de campo para que os alunos possam realizar atividades de atenção secundária e terciária à saúde de modo interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. P. Mini Exame do Estado Mental e o diagnóstico de demência no Brasil. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, São Paulo, v. 56 (3B), p. 605-612, 1998.

ANDERSON, P. Assessment and development of executive function (FE) during childhood. *Child Neuropsychology*, London, v. 8, p.71-82, 2002.

BARBOSA, M. T. et al. Parkinsonism and Parkinson's disease in the elderly: a community-based survey in Brazil (the Bambui study). *Movement Disorders*. Milwaukee, v. 21, p. 800-808, 2006.

BEATO, R. G. et al. Brazilian version of the Frontal Assesment Battery (FAB): Brazilian Version. *Dementia e Neuropsychologia*, São Paulo v. 1, p. 59-65, 2007.

BRUCKI, S. M. D.; ROCHA, M. S. G.. Category fluency test: effects of age, gender and education on total scores, clustering and switching in Brazilian Portuguese-speaking subjects. *Braz. J. MedBiol. Res.*, São Paulo, v. 37, n. 12, p. 1771-1777, 2004.

BURGESS T. W.; ALDEMAR, N. Executive dysfunction. In: GOLDSTEIN, L. H.; MCNEIL, J. E. *Clinical Neurophysiology: a practical guide to assessment and management for clinicians*. England: John Wiley e Sons Ltda, 2004. p. 185-240

CAPOVILLA, A. S. G. et al. Avaliação Neuropsicológica da Funções Executivas e Relação com Desatenção e hiperatividade. *Avaliação Psicológica*. São Paulo, v. 6, p. 51-60, 2007.

CHAVES, M. L. F.; IZQUIERDO I. Differential Doagnosis between Dementia and Depression: a study of efficiency increment. *Acta neurologica Scandinavia*, Copenhagen, v. 85, p. 378-382, 1992.

COSTA, A. L. R.; RODRIGUES, A. L.; SILVA, A. K. P. A intervenção terapêutica ocupacional na doença de Parkinson. In: BARROS, A. L. S.; COSTA, E. G.; COSTA M. L.G.; MEDEIROS, J. S. *Doença de Parkinson: uma visão multidisciplinar*. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006. p. 115-28.

CUNHA, J. A. *Psicodiagnóstico*. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CUNHA, J. A. *Manual em português das Escalas Beck*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

CUNHA, J. A. et al. *Adaptação e padronização brasileira do teste Wisconsin de classificação de cartas*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2005.

- DUBOIS, B. et al. The FAB: a frontal assessment battery at bedside. **Neurology**, Minneapolis, v. 55, p. 1621-1626, 2000.
- FANH, S.; ELTON, R. L. and members of the UPDRS Development Committee. Unified Parkinson's Disease Rating Scale. In: FAHN, S.; MARSDEN, C. D.; CALNE, D.; GOLDSTEIN, M. Recent developments in Parkinson's disease. New Jersey: **Macmillan Healthcare Information**, 1997. p.153-163.
- GAZZANIGA, M. S.; IVRY, R. B.; MANGUN, G. R. **Neurociência cognitiva: a biologia da mente**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- GOETZ, C. G. et al. Movement Disorder Society Task Force report on the Hoehn and Yahr staging scale: status and recommendations. **Movement Disorders**, Milwaukee, v.19, p. 1020-1028, 2004.
- HEATON, R. K. et al. **Wisconsin Card Sorting Test (WCST)**. Manual, Revised and Expanded. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources, 1993.
- HOEHN, M. M.; YAHR, M. D. Parkinsonism: onset, progression, and mortality. (1967). **Neurology**, Minneapolis, v. 50, p. 318-34, 1998
- HORTA, W. Escalas clínicas para avaliação de pacientes com doença de Parkinson. In: MENESES, M. S.; TEIVE, H. A. G. **Doença de Parkinson: aspectos clínicos e cirúrgicos**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. p. 83-96.
- LEZAK, M. D.; HOWIESON, D. B.; LORING, D. W. **Neuropsychological Assessment**. 4. ed. New York: Oxford University Press, 2004.
- LIMA, C. F. et al. The Frontal Assesment Battery (FAB) in Parkinson's disease and correlations with formal measures of executive functioning. **J. Neurol**, Berlin, v. 255, p. 1756-1761, 2008
- LURIA, A. R. **Fundamentos de neuropsicologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- MALLOY-DINIZ, L.; SEDO, M.; FUENTES, D.; LEITE W. Neuropsicologia das funções executivas. In: FUENTES, D.; MALLOY-DINIZ, L.; CAMARGO, C.; CONSENZA, R. & cols. **Neuropsicologia: teoria e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- MARGIS, R. et al. Psychometric properties of the Parkinson's Disease Sleep Scale – Brazilian version. **Parkinsonism Relat Disord**, Oxford, v. 15, p. 495-499, 2009.
- MELO, L. M. B.; BARBOSA, E. R.; CARAMELLI, P. Declínio cognitivo e demência associados à doença de Parkinson. Características clínicas e tratamento. **Ver. Psiq. Clin**, São Paulo, v. 34, p. 176-183, 2007.
- MEMORIA, C. M et al. Brief Screening for mild cognitive impairment: validation of the brazilian version of the montreal cognitive assessment. **Int. Jour. Geriatric Psychiatry**, Manchester, v. 28, p. 34-40, 2012.

MONTIEL, J. M. **Evidências de validade de instrumentos para avaliação neuropsicológica do transtorno do pânico.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Universidade São Francisco-USF, Itatiba, 2005

NASREDDINE, Z. S. et al. The Montreal Cognitive Assessment, MoCA: a brief screening tool for mild cognitive impairment. **J. Am. Geriatr. Soc.**, New York, v.53, p. 695–699, 2005.

NUNES, C. H. S. S.; HUTZ, C. S.; NUNES, M. F. O. **Bateria Fatorial de Personalidade (BFP)** - Manual técnico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PEARCE, J. M. S. **Parkinson's disease and its management.** Oxford: Oxford Univ. Press, 1994. p. 223-228.

SOBREIRA, E. S. T. et al. Executive Cognitive Tests for the Evaluation of Patients with Parkinson's Disease. **Dementia e Neuropsychologia**, 2008, v. 2, p. 206-210, 2008.

SPREEN, O.; STRAUSS, E. **A compendium of neuropsychological tests.** Administration, norms, and commentary. Nova York: Oxford University Press, 1998.

TEIVE, H. A.G. O papel de Charcot na doença de Parkinson. **Arq. Neuropsiquiatria**, São Paulo v. 56, p. 141-145, 1998.

TEIXEIRA, M. J.; FONOFF, E. T. Tratamento cirúrgico na doença de Parkinson. **Rev. Med.**, São Paulo, v. 83, p.1-16, 2004.

TOSTA, E. D. et al. **Doença de Parkinson: Recomendações.** São Paulo: Academia Brasileira de Neurologia. São Paulo, 2010.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

REPPOLD, Caroline Tozzi; MACHADO, Flavia Amaral. Avaliação neuropsicológica de pacientes com doença de Parkinson candidatos à cirurgia de estimulação cerebral profundo. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 10-20, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 8 jul. 2014.

Aprovado em: 22 maio 2015.

Atividades lúdicas como estratégia de promoção da saúde: uso do teatro na busca da prevenção do diabetes

Camilla S. Fonseca¹

David Fernando de Morais Neri²

¹Discente do curso de Medicina da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. E-mail: camillas-fonseca@gmail.com.

²Docente do curso de Medicina e Farmácia da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. E-mail: david.neri@univasf.edu.br.

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados do projeto de extensão “No palco, a diabetes é protagonista. Na platéia, a saúde é promovida”, realizado entre março de 2012 e agosto de 2013, na cidade de Petrolina – PE. O referido projeto objetivou contribuir com a promoção em saúde de forma lúdica, levando orientações de cuidados e prevenção do diabetes a jovens de Petrolina. O projeto foi realizado através de pesquisa bibliográfica, elaboração de roteiro, seleção de voluntários, ensaio e apresentação teatral. Constatou-se que, muitas vezes, faltam conhecimentos determinantes para a prevenção de complicações ou instalação da doença, além da eficácia das atividades lúdicas para o aprendizado efetivo. Os estudantes aprenderam pequenas noções de autocuidado e tiveram contato com a importância da adoção de um estilo de vida saudável. A propagação dessas atitudes é de extrema importância o estímulo à prática de atividades lúdicas para prevenção do diabetes.

Palavras-chave: Diabetes; Educação em Saúde; Atividade Lúdica; Teatro; Prevenção.

Leisure activities as a strategy for the promotion of health: using the theatre in search of prevention of diabetes

ABSTRACT

This article presents the results of the extension project "Onstage, diabetes is the protagonist. In the audience, health is promoted", conducted between March 2012 and August 2013, in the city of Petrolina - PE. This project aimed to contribute to health promotion in a playful manner, taking care guidelines and diabetes prevention to young Petrolina. The project was conducted through literature research, script development, selection of volunteers, testing and theatrical presentation. It was found that often lack crucial for the prevention of complications of the disease or installation knowledge, and effectiveness of recreational activities for effective learning. The students learned little notions of self-care and had contact with the importance of adopting a healthy lifestyle. The spread of such attitudes is extremely important is the encouragement of recreational activities for prevention of diabetes.

Keywords: Diabetes; Health Education; Playful Activity; Theatre; Prevention.

INTRODUÇÃO

O Diabetes Mellitus (DM) é um grupo de doenças metabólicas caracterizadas por hiperglicemia e associadas a complicações, disfunções e insuficiência de vários órgãos, especialmente olhos, rins, nervos, cérebro, coração e vasos sanguíneos (BRASIL, 2006). Caracterizando-se como uma afecção de distribuição mundial, tem crescido em incidência e prevalência, sendo alvo de diversas campanhas de prevenção pelos órgãos de saúde de diversos países. O aumento do número de pessoas com diabetes tem relação direta com a difusão de hábitos de vida cada vez menos saudáveis, caracterizados por sedentarismo e alta ingestão de gordura e açúcares.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Diabetes (2013), há, no Brasil, mais de 12 milhões de indivíduos diabéticos. A cidade de Petrolina reflete esses números, atingindo uma média de 90 diabéticos para cada 100 mil habitantes, valor maior do que a média nacional.

O diabetes leva a uma grande redução na expectativa e qualidade de vida de seus portadores, podendo causar, ainda, uma série de complicações, como doença cardiovascular e insuficiência renal crônica. Além disso, o grande impacto econômico ocorre notadamente nos serviços de saúde, como consequência dos crescentes custos do tratamento (BRASIL, 2006). Entretanto, tais prejuízos podem ser minimizados, ou mesmo evitados, através do diagnóstico precoce, tratamento oportuno e adequado e educação para o autocuidado.

Nesse sentido, o conceito de educação em saúde vai além da transmissão de informações, configurando combinações de experiências de aprendizagem delineadas com vistas a facilitar ações voluntárias conducentes à saúde (COSCRATO; PINA; MELO; 2010). Essas combinações envolvem troca de experiências de vida, aspectos comportamentais, medidas terapêuticas e interacionais (CANDEIAS, 1997). Segundo Coscrato; Pina; Melo (2010), “a utilização de atividades lúdicas nesse processo entra como um importante diferencial, visto que o lúdico contempla os critérios para uma aprendizagem efetiva, no sentido de que chama a atenção para um determinado assunto, seu significado pode ser discutido entre todos os participantes e o conhecimento gerado a partir da atividade lúdica pode ser transportado para o campo da realidade”.

Assim, a utilização do lúdico para promoção da saúde fundamenta-se como estratégia que objetiva reorientar o modelo assistencial, sendo pautada nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, por meio de um trabalho interdisciplinar com vistas a incluir a família e ultrapassar o cuidado focalizado na doença. Segundo Buss (2000), “os indivíduos e as comunidades devem ter oportunidades de conhecer e controlar os fatores determinantes da sua saúde. Ambientes favoráveis, acesso à informação e habilidades para viver melhor estão entre os principais elementos capacitantes”.

Diante disso, esse artigo apresenta os resultados do projeto de extensão “No palco, a diabetes é protagonista. Na platéia, a saúde é promovida”, realizado entre março de 2012 e agosto de 2013, na cidade de Petrolina – PE. O referido projeto objetivou contribuir com a promoção e educação em saúde de forma lúdica, através das artes

cênicas, levando orientações de cuidados e prevenção do diabetes a jovens da cidade, buscando que o aprendizado contribua, a longo prazo, para a redução da incidência e prevalência dessa patologia na região.

METODOLOGIA

A atividade de extensão foi realizada em cinco etapas : (1) revisão bibliográfica ; (2) elaboração do roteiro teatral cômico, com personagens atuais e já conhecidos do público em geral, associados aos órgãos do corpo humano, com a participação de um aluno e um professor do curso de Medicina; (3) convite e seleção de alunos voluntários dos cursos de Medicina e Ciências Farmacêuticas; (4) ensaios do roteiro teatral; (5) apresentação da peça teatral.

A peça teatral, com duração de vinte minutos, abordou os fatores de risco para o desenvolvimento do diabetes, como sedentarismo e alimentação rica em gordura e açúcares, e as principais complicações advindas desta patologia, como neuropatia e nefropatia diabéticas. Houve a participação de oito personagens, sendo um interpretado por um professor do curso de Medicina e os demais por alunos dos cursos de Medicina e Ciências Farmacêuticas.

Um questionário foi entregue aos estudantes, antes e após a apresentação, para avaliar o conhecimento prévio sobre DM, bem como verificar se a peça teatral contribuiu para a melhoria do conhecimento. Ambos os questionários continham seis questões, algumas repetidas e outras comparativas. A análise estatística dos dados quantitativos e qualitativos foi realizada utilizando o programa Microsoft Office Excel 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação foi realizada no dia 30 de agosto de 2013, no auditório da biblioteca da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Campus Petrolina. Participaram da atividade setenta e nove estudantes do oitavo e nono ano do Ensino Fundamental e do primeiro e segundo ano do Ensino Médio da rede pública da cidade de Petrolina – PE. Os alunos tinham idade média de 15 anos. Não houve diferenciação quanto ao sexo.

Através da análise dos questionários respondidos pelos estudantes, verificou-se que 46,8% dos estudantes espectadores convivem com, pelo menos, uma pessoa com DM, estimando o impacto do diabetes na cidade de Petrolina – PE.

No Brasil, dados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), de 2011, mostram que a prevalência de diabetes autorreferida na população acima de 18 anos aumentou de 5,3% para 5,6%, entre 2006 e 2011. Ao analisar esse dado de acordo com o gênero, apesar do aumento de casos entre os homens, que eram 4,4%, em 2006, e passaram para 5,2%, em 2011, as mulheres apresentaram uma maior proporção da doença, correspondendo a 6% dessa população. Além disso, a pesquisa deixou claro que as ocorrências são mais comuns em pessoas com baixa escolaridade. Os números indicam que 7,5% das pessoas que têm

até oito anos de estudo possuem diabetes, contra 3,7% das pessoas com mais de 12 anos de estudo, uma diferença de mais de 50% (BRASIL, 2011).

Apesar da atual magnitude e importância do DM, muitos ainda carecem de informação sobre esta patologia, não dispondo de conhecimentos básicos que podem ser determinantes para a prevenção da instalação da doença e de complicações. A realidade dos estudantes pesquisados reitera esse problema, já que 77% dos estudantes que convivem com pessoas com DM pouco ou nada sabem sobre o assunto (Figura 1).

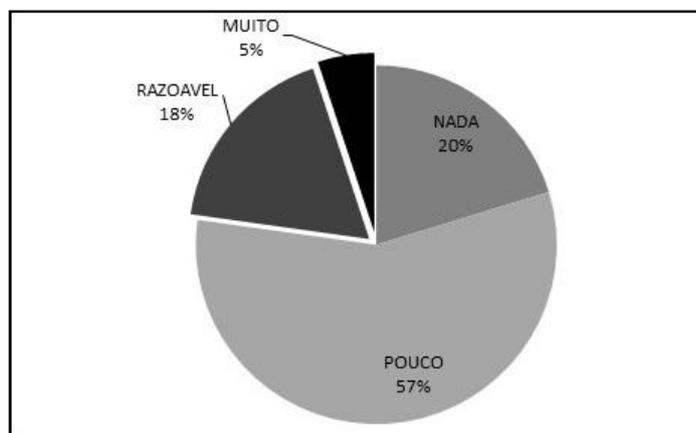


Figura 1. Conhecimento prévio dos estudantes sobre o *Diabetes Mellitus*.

De acordo com os dados obtidos no questionário aplicado aos estudantes, 84% nunca assistiram uma peça teatral sobre saúde, indicando que o uso de ferramentas lúdicas para promoção de saúde ainda é pouco difundido, priorizando-se os modelos tradicionais de ensino – aprendizagem.

Na literatura, existem diversos estudos que exemplificam o uso criativo do teatro como estratégia para a educação em saúde (GAZZINELLI et al., 2012; SOARES; SILVA; SILVA, 2011; COELHO et al., 2010). Estudo realizado com crianças de uma escola da rede municipal de Juiz de Fora (MG) mostrou que o uso de peças teatrais possibilitou introduzir conceitos básicos de cuidado com os olhos, tornando-se uma combinação adequada entre o lúdico e o imaginário para a prevenção de déficits visuais. O lúdico foi considerado um método facilitador da aprendizagem, contribuindo sobremaneira para a promoção da saúde (COELHO et al., 2010). Em estudo realizado no Ceará, o teatro de bonecos foi utilizado como estratégia alternativa de promoção da saúde em defesa da vida de trabalhadores do setor secundário. Os autores concluíram que a intervenção educativa por meio dessa estratégia possibilita realizar um trabalho educativo preventivo, motivado pela ludicidade, a qual é permeada por uma linguagem clara e acessível sobre promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de danos à integridade da saúde do trabalhador (SILVA et al., 2010). Ao assistirem à peça teatral, marcada pelo senso comum e pelas situações típicas do cotidiano, os estudantes identificam-se e conectam-se intimamente com os personagens e cenas. Isso ocorre porque o teatro tem a potencialidade de articular a realidade em sua materialidade objetiva com o modo com que essa realidade é configurada no imaginário dos sujeitos (GAZZINELLI et al., 2012). Assim, a educação por meio do teatro foi bem aceita pelas crianças e adolescentes, de modo que 96% gostariam de ver outras peças teatrais sobre

saúde. Além disso, 97,5% dos estudantes avaliaram a peça como muito boa e ou boa (Figura 2).

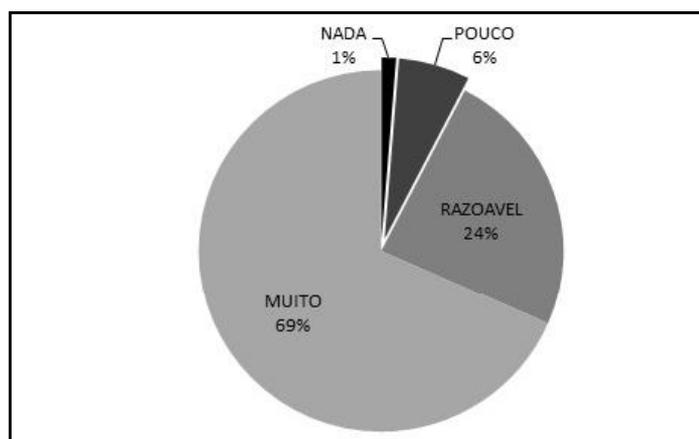


Figura 2. Avaliação da aceitação da peça teatral pelos estudantes do Ensino Médio e Fundamental.

Diante de todas as interfaces que permeiam a arte do teatro como um processo de educar prazeroso, reafirma-se a sua ação transformadora para o despertar de um olhar crítico na construção de um saber espelhado na própria realidade do indivíduo (SOARES; SILVA; SILVA, 2011). Enquanto estratégia lúdica, o teatro humaniza a prática, pois contempla os sentimentos, as sensações e a intuição, tanto quanto a razão. Considera, também, o imaginário, os desejos e os sonhos das pessoas, superando potencialmente as tradicionais fronteiras estabelecidas entre as disciplinas e permitindo a busca para a formação da cidadania, com a participação de todos os envolvidos como sujeitos da história (CAMARGO, 2006 apud SOARES; SILVA; SILVA, 2011).

Ressaltando o despertar de um olhar crítico e a superação dessas fronteiras, 69% dos espectadores consideraram que a peça teatral contribuiu muito para o seu conhecimento sobre diabetes e apenas 7% afirmaram que a mesma contribuiu pouco ou nada (Figura 3).

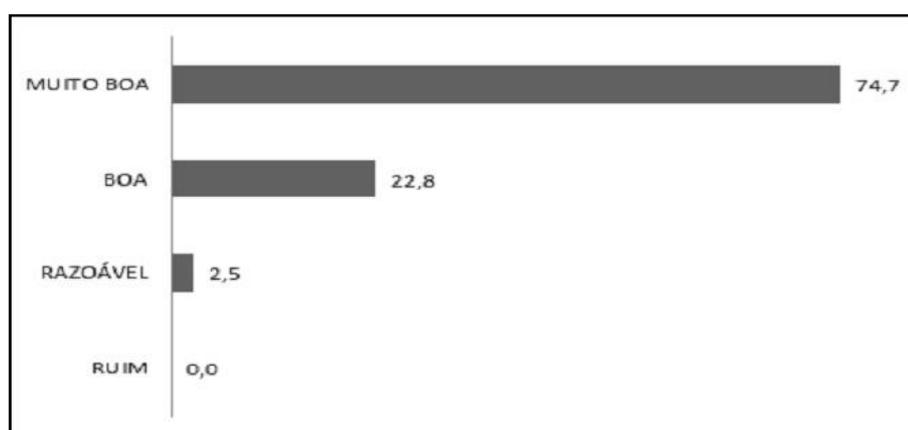


Figura 3. Avaliação da aquisição de conhecimentos sobre Diabetes Mellitus pelos estudantes após assistir a uma peça teatral sobre o tema.

Com a apresentação da peça teatral, os estudantes aprenderam pequenas noções de autocuidado e tiveram contato com a importância da adoção de um estilo de vida saudável, de forma cômica e descontraída, o que foi essencial para prender a atenção dos mesmos. Neste aspecto, ressalta-se a importância do uso de ferramentas lúdicas, mais atrativas e prazerosas, quando comparadas às tradicionais palestras ou campanhas utilizadas para a promoção da saúde. Conforme ressaltaram Coscrato; Pina; Mello (2010), o lúdico contempla os critérios para uma aprendizagem efetiva, o que pode ser constatado através do questionário respondido pelos estudantes. Perguntados, antes da apresentação da peça teatral, sobre “qual o hormônio que facilita o transporte de açúcar para o corpo e que pode não ser devidamente produzido no diabetes”, apenas 54% dos alunos marcaram “insulina” como resposta. Esse número subiu para 94% após a apresentação, demonstrando a fixação do conteúdo e a eficácia da ferramenta utilizada para o ensino (Figura 4). Entretanto, questionados sobre um órgão que não é diretamente afetado pelo diabetes, o número de acertos caiu após a apresentação: 60% dos estudantes havia marcado “pulmão” e acertado a questão e, após a peça, apenas 46% (Figura 5). Diante disso, levanta-se a possibilidade de falta de clareza na apresentação do conteúdo, não facilitando a assimilação, ou ainda, falha na formulação da pergunta, gerando dificuldade de interpretação para os estudantes.

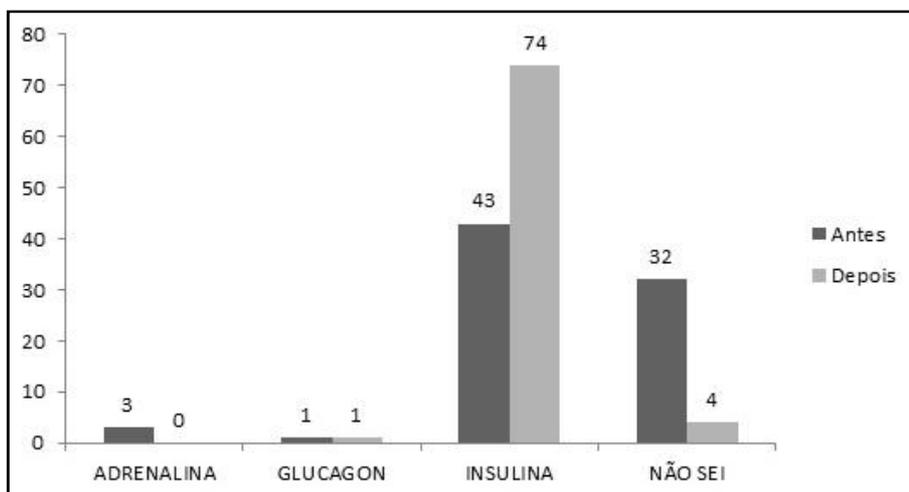


Figura 4. Resposta dos estudantes à pergunta: “qual o hormônio que facilita o transporte de açúcar para todo o corpo e que pode não ser devidamente produzido no Diabetes?”

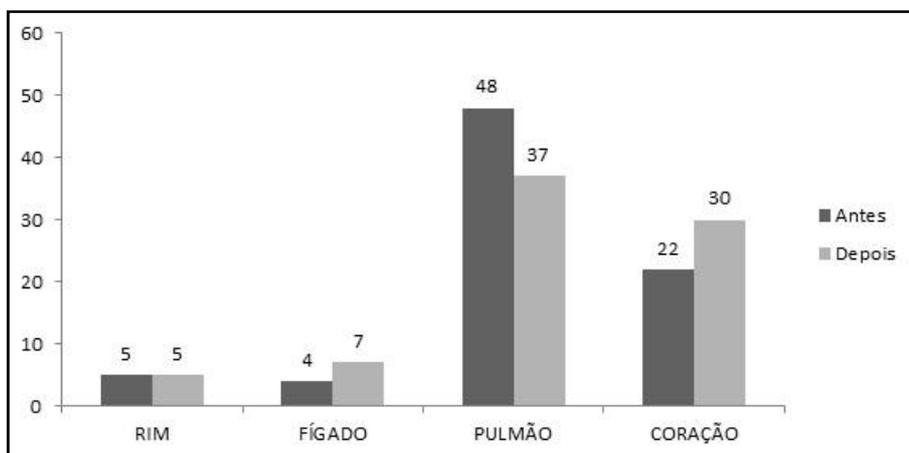


Figura 5. Resposta dos estudantes à pergunta: “qual órgão não sofre prejuízo direto pelo Diabetes Mellitus?”

Este trabalho mostrou a contribuição deste projeto para o aumento do conhecimento sobre os assuntos relacionados ao DM, por parte dos estudantes da escola pública envolvida. Espera-se que esse conhecimento seja usado na forma de melhoria de comportamentos que previnam o surgimento do diabetes e contribuam para a qualidade de vida dos estudantes e de seus familiares.

Os esclarecimentos acerca do que é o diabetes, bem como de que tal patologia está diretamente relacionada a hábitos comuns à maioria da população, alimentação rica em gorduras e açúcares, sedentarismo, entre outros são importantes para a conscientização dos indivíduos envolvidos. Além disso, a metodologia do projeto possibilita a apropriação e reprodução do conhecimento adquirido, já que permite aos estudantes a transmissão do que aprenderam a seus familiares.

Diante de tais resultados, considera-se que o projeto atingiu o objetivo de promoção à saúde em diversas comunidades do município de Petrolina – PE, aumentando o conhecimento da população, favorecendo o autocuidado e a prevenção do diabetes. Corresponde, assim, à perspectiva da “extensão” dentro do contexto acadêmico, transmitindo à população os conhecimentos adquiridos no interior da universidade, e ratificando a indissociabilidade do tripé “ensino-pesquisa-extensão”, essencial para a qualidade da formação de futuros bons profissionais.

Espera-se que novos trabalhos sejam desenvolvidos e divulgados contemplando o aperfeiçoamento do processo de cuidar lúdico na área da saúde. Faz-se necessária a abertura para o outro, para a integralidade do cuidado, no palco do científico, da criatividade, do lúdico e o do ético. Saber ouvir o que se mantém escondido e transformar a prática educativa em um momento singular do existir (SOARES; SILVA; SILVA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção de saúde, através da propagação de informações entre a população, contribui substancialmente para a prevenção do diabetes e suas complicações. Assim, a redução da incidência e da prevalência desta patologia pode ser atingida, muitas vezes, através da adoção de medidas de estímulo ao autocuidado e a um estilo de vida saudável, com baixa ingestão de gordura e açúcares aliadas a prática de atividades físicas.

Em meio às diversas estratégias possíveis de educação em saúde, o uso de atividades lúdicas destaca-se como bastante efetiva, à medida que desperta o interesse e estimula a reflexão dos envolvidos, ampliando a fixação dos conhecimentos compartilhados.

Ainda que não se percebam, de imediato, mudanças quantitativas no que diz respeito aos portadores de diabetes, a propagação dessas atitudes gera maior informação e conscientização desses pacientes, bem como da população em geral, de modo a se obter, a longo prazo, resultados significativos. Desse modo, é de extrema importância o estímulo à adoção de atividades lúdicas para prevenção do diabetes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. G. G.; TAKAHASHI, O. C.; HADDAD, M. C. L.; GUARIENTE, M. H. D. M.; ALMEIDA, M. L. O. G. G. Avaliação dos conhecimentos teóricos dos diabéticos de um programa interdisciplinar. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 3, n. 2, 1995.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde Brasil 2010: uma análise da situação de saúde e da agenda nacional e internacional de prioridades em saúde**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diabetes Mellitus**. Brasília, 2006.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 163-77, 2000.

CAMARGO, R. A. A. **A saúde em cena: o teatro na formação do enfermeiro**. Tese (Doutorado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

CANDEIAS, N. M. F. Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. **Rev. Saúde Pública**, v. 31, n. 2, p. 209-213, 1997.

COELHO, A. C. O.; MARTA, D. C.; DIAS, I. M. A. V.; SALVADOR, M.; REIS, V. N.; PACHECO, Z. M. L. Olho vivo: analisando a acuidade visual das crianças e o emprego do lúdico no cuidado de enfermagem. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, jun. 2010.

COSCRATO, G.; PINA, J. C.; MELLO, D. F. Utilização de atividades lúdicas na educação em saúde: uma revisão integrativa da literatura. **Acta Paul. Enferm.**, v. 23, n.2, p. 257-63, 2010.

GAZZINELLI, M. F.; SOUZA, V.; ARAÚJO, L. H. L.; COSTA, R. M.; SOARES, A. N.; MAIA, C. P. C. Teatro na educação de crianças e adolescentes participantes de ensaio clínico. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 46, n. 6, dez. 2012.

SILVA, R. A.; CISTÓDIO, I. L.; PEREIRA, C. M.A.; PORTO, L. M. M.; MOREIRA, T. M. M.; LIMA, F. E. T. O lúdico na promoção da saúde do trabalhador e em defesa da vida. **Rev. Enferm. UFPE**, Recife, v. 4, n. 3, p. 312-9, maio/jun. 2010.

SOARES, S. M.; SILVA, L. B.; SILVA, P. A. B. O teatro em foco: estratégia lúdica para o trabalho educativo na saúde da família. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, out./dez. 2011.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2013-2014**. São Paulo, 2013.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

FONSECA, Camilla S.; NERI, David Fernando de Moraes. Atividades lúdicas como es-tratégia de promoção da saúde: uso do teatro na busca da prevenção do diabetes. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 21-29, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 16 jul. 2014.

Aprovado em: 12 fev. 2015.

Programa de orientação educacional para adesão ao tratamento da asma

Daniele Mariante Giesta¹
Caroline Tozzi Reppold²

¹Aluna de graduação do curso de Psicologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA e bolsista de extensão no Programa de orientação educacional para adesão ao tratamento da asma. E-mail: daniegista@gmail.com

²Doutora em psicologia. Professora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Docente dos PPGs Ciências da saúde e Ciências de Reabilitação na UFCSPA. Bolsista produtividade do CNPq. E-mail: caroline-reppold@yahoo.com.br.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o projeto de extensão intitulado “Programa de orientação para adesão ao tratamento da asma” que é coordenado pela professora Dr^a Caroline Tozzi Reppold e é vinculado à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. O programa, conduzido sob a perspectiva da Psicologia Positiva, tem como foco o fortalecimento dos aspectos positivos e saudáveis dos indivíduos e conta com duas etapas de execução, uma centrada na pesquisa e outra na extensão propriamente dita (oferta de serviços de saúde à comunidade). Dentre os objetivos propostos para o programa, inclui-se a intervenção educativa aos pacientes quanto aos cuidados com a doença, quanto ao uso de dispositivos, e a distribuição de material impresso destinado aos pacientes e à equipe hospitalar. Essas intervenções ocorrem no Ambulatório de Pneumologia do Complexo Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre com pacientes que apresentam asma moderada a grave.

Palavras-chave: Asma; Qualidade de vida; Cooperação do paciente; Orientação.

Propuesta de un programa de orientación educacional para adherencia al tratamiento del asma

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar el proyecto de extensión titulado "Programa de Orientación para la adhesión al tratamiento del asma", que está coordinado por el profesor Dr^a. Caroline Tozzi Reppold y está vinculado a la Universidad Federal de Ciencias de la Salud de Porto Alegre. El programa, llevado a cabo desde la perspectiva de la Psicología Positiva se centra en el fortalecimiento de los aspectos positivos y saludables de las personas y cuenta con dos etapas de ejecución, uno centrado en la investigación y la otra en el propio (prestación de servicios de salud a la comunidad) de extensión. Entre los objetivos propuestos para el programa incluyó la intervención educativa a los pacientes en el cuidado de la enfermedad, como el uso de dispositivos, así como la distribución de materiales impresos para los pacientes y el personal del hospital. Estas intervenciones se producen en el Complejo Hospitalario de la Respiratorio Ambulatorio Santa Casa de Porto Alegre, en pacientes con asma moderada a severa.

Palabras-clave: Asma; Calidad de vida; Cooperación del paciente; Orientación.

O presente trabalho é fruto do programa de extensão intitulado de Programa de orientação educacional para adesão ao tratamento da asma, coordenado pela Profa. Dra. Caroline Tozzi Reppold, com a participação da aluna de psicologia e bolsista do programa de extensão Daniele Mariante Giesta e de professores colaboradores de outros departamentos da universidade, que teve início em 2012 na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, na cidade de Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul. É uma proposta que vem sendo desenvolvida, com pacientes asmáticos, no ambulatório de Pneumologia do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ele possibilita o esclarecimento de pacientes e familiares – através da intervenção educacional – a respeito do manejo da asma. Além disso, qualifica a orientação das equipes clínicas sobre o manejo com esses pacientes quanto aos aspectos psicológicos da adesão ao tratamento. Estima-se que cerca de 200 pessoas serão beneficiadas com esse programa.

INTRODUÇÃO AO PROGRAMA: CARACTERIZAÇÃO DO TEMA

A asma é uma doença muito prevalente na população que afeta tanto crianças quanto adultos, sendo um problema mundial de saúde e acometendo cerca de 300 milhões de indivíduos (Global Initiative for Asthma, 2015). Segundo Campos e Lemos (2009) a asma causa sofrimento por interferir no lazer e no trabalho, motivar atendimentos repetidos em prontos-socorros e em ambulatórios, provocar hospitalizações, causar prejuízos financeiros e por vezes ter um desfecho fatal. O paciente asmático sofre uma redução nos domínios físico, psicológico e social. (Agnes et al., 2012)

A asma é uma doença inflamatória das vias aéreas, de condição crônica, que incide em qualquer idade, mas tem predomínio na infância e na adolescência. É caracterizada por limitar o fluxo aéreo, comprometendo a respiração. Essa inflamação tem como principais sintomas: falta de ar ou dificuldade para respirar, sensação de aperto no peito ou peito pesado, chio ou chiado no peito e tosse. A asma pode ser diagnosticada quando o paciente apresenta um ou mais dos sintomas citados, sobretudo à noite ou nas primeiras horas da manhã. Os sintomas variam individualmente e ao longo do tempo, podendo às vezes desaparecer sozinhos. A principal meta do tratamento da asma é a obtenção e manutenção do controle da doença. Porém, embora haja um controle da doença, ele não indica a cura da mesma (Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia para o manejo da Asma, 2012).

Mendonça e Ferreira (2005) apontam que o papel do diagnóstico é tornar o tratamento mais fácil de ser planejado e prescrito. O diagnóstico da asma deve ser baseado na anamnese e exame clínico (Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia para o manejo da Asma, 2012). O objetivo do manejo da asma, por sua vez, é a obtenção do controle da doença. Controle refere-se à supressão das manifestações da doença em decorrência do tratamento estabelecido. Conforme a Global Initiative for Asthma (GINA), o objetivo do tratamento da asma é atingir e manter o controle adequado das manifestações clínicas por meio do tratamento adequado. Segundo esta estratégia, o controle deve preconizar a prevenção das exacerbações, do declínio da função pulmonar e dos efeitos colaterais dos medicamentos. A asma pode ser controlada por uma série de medidas que incluem, sobretudo, evitar contato com os fatores desencadeantes das crises asmáticas (Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pneumologia

e Tisiologia para o manejo da Asma, 2012). Nesse sentido, os desencadeantes mais comuns, conforme a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia são: pólen, ácaros, fungos, fumaça de cigarro, animais de estimação, infecções virais, poluição ambiental e exposição ao ar frio.

As doenças crônicas, normalmente, demandam muitos cuidados, tanto por parte do paciente como por parte da sua rede de apoio, pela necessidade da permanência de um tratamento contínuo e complexo e pelo impacto na qualidade de vida dos pacientes. A dificuldade na adesão ao tratamento ocorre, na maioria dos casos, pelos cuidados rigorosos que a doença exige. No entanto, segundo Chatkin et al. (2006), a adesão ao tratamento é um dos itens fundamentais para a melhoria de qualidade de vida dos asmáticos.

Gonçalves (2010) define a aderência ao tratamento como: “a medida em que o comportamento do doente corresponde às recomendações concordadas com o prescritor”. O autor realça a liberdade de decisão do paciente em aderir ou não ao tratamento e seguir as recomendações médicas, salientando a importância de não culpá-lo pela não aderência, pois esta nada mais é do que o sucesso da concordância entre paciente e médico.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POSITIVA PARA ADESÃO AO TRATAMENTO

Historicamente, o modelo hegemônico de atenção à saúde no Brasil esteve centrado no atendimento curativo e assistencial (o modelo biomédico), visando à atenuação dos sintomas e queixas trazidas pelo paciente, pois, para ele, mente e corpo funcionariam como entidades separadas e autônomas (OGDEN, 2004). Os estudos psicológicos têm ressaltado nos últimos anos a impossibilidade de o modelo biomédico oferecer respostas conclusivas a questões relacionadas aos aspectos psicológicos e subjetivos que acompanham, em maior ou menor intensidade, qualquer doença.

A psicologia positiva surge como uma proposta para rever o modo como se tratam as patologias e o ser humano. A principal meta dessa área científica, fundada na virada do século por Martin Seligman, é mostrar que a psicologia não é somente o estudo de fraquezas e danos, mas também de virtudes e de força dos sujeitos. Sendo assim, qualquer tratamento clínico deve incluir uma avaliação de aspectos saudáveis e protetores à saúde, além de buscar a promoção da qualidade de vida e do bem-estar. Nessa linha, diversos estudos tem investigado o efeito de variáveis como: otimismo, bem-estar subjetivo, esperança e resiliência, bem como métodos de intervenção que podem promover o aumento do bem-estar.

Segundo Carvalho et al. (2007) existem fatores de proteção que podem colaborar para o desenvolvimento de respostas positivas por parte dos indivíduos, dentre os quais estão o enfrentamento positivo e a aceitação da doença, a participação da família no tratamento e como fonte de apoio afetivo, o papel das organizações governamentais e não governamentais e a religiosidade. Essa abordagem possibilita que os indivíduos participem de forma ativa e crítica do processo saúde-doença. (Noronha et al., 2009). Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, a psicologia positiva sugere um novo olhar frente às patologias, priorizando, portanto, intervenções que

visem a atenção a circunstâncias positivas da vida. Especificamente, os teóricos dessa linha de pensamento, estão atentos às estratégias de promoção de saúde e de sentimentos e habilidades positivas. De acordo com essa nova visão, o conhecimento das forças e virtudes poderia promover mais saúde e prevenir as patologias (PALUDO e KOLLER, 2007). Como Laprampoulos (2001) sintetiza, as intervenções terapêuticas nessa perspectiva devem realçar os pontos fortes e as características positivas das pessoas, de modo a possibilitar não só a redução dos sintomas, mas também a prevenção de recaídas e o aumento da qualidade de vida.

Assim, haja visto que a inserção da Psicologia Positiva na área da saúde tem como objetivos principais fortalecer os índices de adesão a tratamentos e reduzir o impacto da doença sobre o indivíduo, levando a uma melhor qualidade de vida, o presente projeto de extensão foi elaborado buscando estratégias que pudessem ser aplicadas ao público de pacientes asmáticos, visando à maior adesão ao tratamento dessa doença e à promoção de qualidade de vida. Considerando que a asma é uma doença crônica que apresenta baixa taxa de adesão aos tratamentos - variando de 16 a 50% no Brasil, conforme Antilla et al. (2014) - o projeto foi elaborado em etapas, de modo a se estabelecer, em um primeiro momento, um panorama sobre fatores subjetivos que contribuem para a baixa adesão ao tratamento. Com base nessas informações, foi estruturada a abordagem aos pacientes, com o objetivo de motivá-los a serem agentes ativos de seus tratamentos, o que provavelmente, aumentaria a adesão.

Segundo a Psicologia Positiva, os profissionais da saúde podem incentivar o paciente a ter um papel central na sua própria recuperação, refletindo sobre o seu desafio e sobre o seu potencial. Essa estratégia de enfrentamento serve à gestão do estresse, bem como motivação para aderir aos programas terapêuticos.

CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO

O objetivo do programa é avaliar o impacto de variáveis preditoras à adesão ao tratamento da asma, bem como realizar uma intervenção educacional em pacientes atendidos no ambulatório de Pneumologia do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. As variáveis avaliadas como preditoras no caso desse projeto são construtos fundamentais para a avaliação de qualidade de vida e fazem parte do modelo da Psicologia Positiva. Especificamente, o projeto abordou os seguintes construtos: esperança, otimismo, satisfação de vida e afetos positivos e negativos. O projeto investigou tais variáveis como características pessoais relacionadas à evolução clínica da doença e à adesão ao tratamento.

Para a investigação das variáveis, foram aplicados instrumentos em 26 pacientes do Ambulatório de Pneumologia da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre que, conforme a avaliação do pneumologista, apresentaram diagnóstico prévio de asma segundo IV Diretrizes Brasileiras para o Manejo da Asma (2006). Os pacientes tinham idade entre 18 e 70 anos, eram alfabetizados, não apresentavam outra doença grave ou crônica além da asma e estavam em tratamento no referido ambulatório por no mínimo um ano. Todos os pacientes que aceitaram participar da pesquisa assinaram um termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após, identificados os pacientes-alvo, foi realizado um estudo transversal, com amostra de conveniência, de pacientes atendidos no Ambulatório. A coleta de dados foi realizada no ambulatório.

Os instrumentos clínicos utilizados foram o Questionário de Controle da Asma (QCA: JUNIPER, O'BYRNE, GUYATT, FERRIE e KING, 1999) e o Questionário de Qualidade de Vida em Asma (QQVA: SILVA e SILVA, 2007). O QCA avalia o controle da asma por meio de seis questões relativas aos sintomas, ao uso de medicação de resgate e à limitação de atividades na última semana. O QQVA avalia a qualidade de vida do paciente com relação a domínios, como emoções, ambiente, limitação de atividades e sintomas. Em específico, o QQVA aborda as limitações funcionais da doença. Altos escores nesse instrumento são indicadores de melhor qualidade de vida em relação à asma. Ambos instrumentos são validados para o contexto brasileiro.

Os testes psicológicos incluídos no estudo foram a Escala de Otimismo Revisada (LOT – R: BASTINELLO, 2009; SCHEIER e cols. 1994), a Escala de Esperança Disposicional (SNYDER e cols. 1991; PACICO e cols., 2013); e a Escala de Esperança de Staats, The Hope Index (STAATS, 1989; PACICO e cols., 2013). A escala LOT-R, avalia diferenças individuais em otimismo e pessimismo por meio de dez itens. Há evidências de estrutura e consistência interna (coeficiente alfa de 0,80) para a versão validada para o Brasil. A escala de esperança de Staats verifica a esperança em aspectos de si mesmo e em relação a outros, ao mundo. O estudo de adaptação também apresenta evidências de validade e fidedignidade (coeficiente de alfa de 0,79 para esperança em si mesmo e 0,80 para esperança em relação aos outros) para a escala. A Escala de Esperança Disposicional é composta por doze itens e foi desenvolvida para avaliar o traço da esperança, visando, principalmente, mensurar a confiança geral da pessoa em relação aos seus objetivos e sua determinação para alcançar suas metas e contornar dificuldades. Esta escala também apresenta evidências de validade e fidedignidade (coeficiente alta de 0,79).

Esses dados foram norteadores da organização de um plano de orientação educacional sobre práticas de promoção à saúde e adesão ao tratamento da asma. Tal orientação, que aborda práticas da área da Pneumologia, Fisioterapia e Psicologia, constitui um programa educativo para aumentar a adesão dos pacientes ao tratamento da asma crônica.

Os objetivos específicos do programa foram: avaliar os indicadores de bem-estar subjetivo de pacientes asmáticos e verificar a existência de diferenças entre pacientes que apresentam asma grave em relação aos que apresentam asma moderada. A Verificação do impacto preditivo das variáveis de Bem-Estar Subjetivo (otimismo/pessimismo, esperança, satisfação de vida e afetos) e de apoio social sobre a adesão a tratamento para asma. A realização de intervenção educacional, com o intuito de promover maior entendimento sobre a doença, seus sintomas e sobre o uso de medicações, bem como formas de prevenção de crises da doença. Desenvolvimento de um material de divulgação (manual impresso), a ser distribuído para pacientes. Esse material refere-se às práticas de saúde relativas ao tratamento de asma e à prevenção de novas crises. Oferecimento de uma disciplina eletiva, que será destinada aos alunos da Psicologia e da Fisioterapia da UFCSPA, intitulada “Métodos de avaliação de bem-estar e preditores de adesão a tratamento”.

No que se refere ao objetivo específico de orientação aos pacientes asmáticos, este ocorre simultaneamente à coleta de dados, no momento em que o paciente está

sendo atendido pelo pneumologista. A orientação e o treinamento dos pacientes quanto à habilidade de manejo da doença é realizada por um dos bolsistas do projeto. As orientações prestadas aos pacientes nessa intervenção abrangem práticas da área da Pneumologia, Fisioterapia e Psicologia (promoção de saúde mental). Os temas abordados nas orientações dadas aos participantes são: conhecimento sobre asma – crenças inadequadas sobre a doença e a medicação, tratamentos preconizados, orientações para promoção de saúde física e mental, reconhecimento da gravidade de uma crise asmática e treino de manejo de inaladores. As abordagens são realizadas em equipe, com o suporte do médico pneumologista, de modo que todos os profissionais envolvidos no programa trabalham em conjunto. No entanto, os profissionais da Psicologia estão mais voltados para a promoção de saúde mental e o fortalecimento das potencialidades dos pacientes. As práticas de manejos dos dispositivos e esclarecimentos de dúvidas quanto ao uso correto dos mesmos são realizadas pelos profissionais da Fisioterapia. Destaca-se que a orientação contém um treinamento prático (role play) do uso de dispositivo necessário ao tratamento desses pacientes (inaladores), uma vez que se observa que, na prática, muitos pacientes fazem um uso inadequado deste, comprometendo a eficácia do tratamento proposto.

Ao final da orientação, o paciente recebe um manual de divulgação de práticas de promoção à saúde física e mental que aborda os mesmos temas acima descritos. O manual foi elaborado pela bolsista estudante de Psicologia do programa - com a colaboração de todos os profissionais envolvidos - e apresenta uma visão multidisciplinar sobre o manejo e o tratamento da doença. Esse manual é entregue ao paciente no momento da abordagem. No entanto, exemplares ficam à disposição dos pacientes, na recepção do ambulatório.

Sobre a sistemática da proposta, o programa de orientação educativa oferecido aos pacientes asmáticos conta com duas etapas de execução, uma centrada na pesquisa, outra na extensão propriamente dita (oferta de serviços de saúde à comunidade). A primeira etapa consistiu em pesquisas e aprofundamentos teóricos que embasaram a prática de orientação educacional dos pacientes. Foram realizadas buscas em bases de dados científicas a fim de conhecer os estudos atuais da área, e aprofundar os conhecimentos a cerca da prática a ser realizada na segunda etapa do programa.

Na etapa de pesquisa, foram convidados a participar do programa de extensão os pacientes atendidos no período de agosto a novembro de 2013, no Ambulatório de Pneumologia do Complexo Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Foram inclusos no programa os pacientes que apresentaram o diagnóstico de asma moderada e grave, segundo Consenso Brasileiro do Manejo da Asma (2012), que tinham idade superior a 18 anos, que eram alfabetizados e que estavam em acompanhamento no Ambulatório de Pneumologia da Santa Casa de Porto Alegre por no mínimo um ano anterior ao estudo.

Os pacientes foram avaliados clinicamente quanto aos sintomas de asma de acordo com os critérios diagnóstico propostos pelo Consenso Brasileiro sobre Manejo para Asma (2008). Os instrumentos utilizados para avaliação de bem-estar subjetivo contemplaram a avaliação das seguintes variáveis: Satisfação de Vida, Otimismo/Pessimismo, Esperança, e Qualidade de vida. Essa avaliação teve como propósito subsidiar projetos de intervenção (extensão) relacionados à promoção de bem-estar subjetivo

junto a pacientes asmáticos e à capacitação dos profissionais de saúde que atendem pacientes crônicos. Outras medidas investigadas foram condições de saúde física, manejo da doença e característica sociodemográficas.

Na parte prática de orientação aos pacientes com asma, os mesmos são abordados no ambulatório de pneumologia onde é entregue a eles material de orientação sobre a asma e promoção de práticas de adesão ao tratamento. A cartilha que é entregue aos pacientes contém informações a respeito do que é a doença, dos principais sintomas, do tratamento, dos fatores desencadeantes das crises e dos mitos e dúvidas mais frequentes dos pacientes. Concomitante à entrega desse material aos pacientes é realizada uma intervenção que aborda a questão da qualidade de vida, rede de apoio, dos temores relacionados à doença e dos fatores de risco e proteção que moderam a adesão ao tratamento. Em específico, a intervenção aborda os seguintes temas: rede de apoio social e familiar; expectativas/otimismo /esperança frente à doença e à vida, dúvidas no manejo da doença (dúvidas no uso dos inaladores, bombinhas, etc.), bem como falsas crenças sobre a doença e dicas para melhorar a eficácia do tratamento; temores e dificuldades psicológicas relacionadas à doença. Os pacientes recebem orientação sobre os mitos da prática de esportes pelos pacientes asmáticos e sobre a importância da prática de atividades físicas sob orientação médica.

Os principais focos da intervenção psicoeducativa são: 1) Observar como o paciente sente o diagnóstico da asma, como ele lida com a doença e promover o aumento do otimismo e da esperança desse paciente frente à doença, aumentando assim sua qualidade de vida e sua segurança. 2) Reduzir o impacto negativo da doença sobre o bem-estar subjetivo do paciente. Em casos de algum relato de sintomas importantes de psicopatologia (ansiedade patológica, depressão, etc.), contatos de atendimento psicológico de baixo custo são oferecidos aos pacientes visando à promoção e o fortalecimento da saúde do mesmo.

O programa de orientação educacional também conta com um material impresso que foi elaborado e destinado aos profissionais da saúde que atuam no cuidado ambulatorial de pacientes com asma. Esses profissionais são incluídos no programa, pois são peças chave no tratamento do paciente. Desse modo faz-se necessário que a equipe receba informações, sob a luz da psicologia positiva, para que eles possam além de buscar a melhora do paciente e a diminuição dos sintomas também promover saúde. O objetivo principal da elaboração dessa cartilha para a equipe é estimular o doente a compreender a doença e a incentivar o autocuidado. A equipe é orientada sobre a importância de trabalhar as crenças errôneas dos doentes sobre a doença, medicação, efeitos colaterais, dependência, entre outros fatores que são responsáveis pela não aderência ao tratamento. Acredita-se que com essa intervenção a relação de parceria entre o paciente e a equipe se fortalece e ambos são beneficiados.

Gonçalves (2010) assegura que havendo uma boa comunicação com o doente por parte dos profissionais da saúde fica mais fácil de identificar os problemas e as razões para a não aderência ao tratamento e propor soluções mais adequadas. Para ele, os profissionais da saúde devem auxiliar o doente a compreender melhor a sua doença e incentivá-los ao autocuidado.

REFERÊNCIAS

AGNES, R. M.; MACAGNAN, A. B. J.; CAUDURO, M. J.; SILVEIRA, L. Asma: uma revisão da literatura. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 81-94, dez. 2012. Disponível em: <<http://esp.saude.sc.gov.br/sistemas/revista/index.php/inicio/article/viewFile/146/196>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

ANTILLA, M. et al . Eficácia e segurança da associação fluticasona/formoterol em cápsula única em pacientes com asma persistente: estudo de não inferioridade. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, São Paulo , v. 40, n. 6, p. 599-608, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-37132014000600599&lng=en&nrm=iso>; <<http://dx.doi.org/10.1590/S1806-37132014000600003>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

CAMPOS, S. H.; LEMOS, M. C. A. A asma e a DPOC na visão do pneumologista. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**. Brasília – DF, v.35 n.2, abr. 2009. Disponível em: <http://www.jornaldepneumologia.com.br/detalhe_artigo.asp?id=829>. Acesso em: 10 jul. 2014.

CARVALHO, F. T.; MORAIS, N. A.; KOLLER, S. H; PICCININI, C. A. Fatores de proteção relacionados à promoção de resiliência em pessoas que vivem com HIV/AIDS. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 23, n. 9, p. 2023-2033, 2007.

CHATKIN, J. M. et al. Adesão ao tratamento de manutenção em asma (estudo ADERE). **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, São Paulo, v. 32, n. 4, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-37132006000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2014.

DIRETRIZES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA PARA O MANEJO DA ASMA - 2012. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 38, Suplemento 1, p. S1-S46, abril 2012.

GLOBAL INITIATIVE FOR ASTHMA – GINA. Bethesda: Global Initiative for Asthma. Global Strategy for Asthma Management and Prevention, 2015. Disponível em: http://www.ginasthma.org/pdf/GINA_Report_2010.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

GONCALVES, A. F. S. Aderência ao tratamento da asma. **Revista Portuguesa de Pneumologia**, Lisboa, v.16, n.1, jan. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-21592010000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2014.

LAMPROPOULOS, G. Integrating Psychopathology, Positive Psychology, and Psychotherapy. **American Psychologist**, v. 56, p. 87-88, 2001.

MENDONCA, M. B.; FERREIRA, E. A. P. Adesão ao tratamento da asma na infância: dificuldades enfrentadas por cuidadoras. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 15, n. 1, abr. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822005000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2014.

NORONHA, M. G. R. C. S. et al . Resiliência: nova perspectiva na promoção da saúde da família? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2014.

OGDEN, J. *Health Psychology: A Textbook*. Buckingham: Open University Press. S/d.

PALUDO, S. S.; KOLLER, S. H. Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, abr. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2014.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

GIESTA, Daniele Mariante; REPPOLD, Caroline Tozzi. Programa de orientação educacional para adesão ao tratamento da asma. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 30-38, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 14 jul. 2014.

Aprovado em: 16 maio 2015.

Oficina terapêutica de inclusão digital como instrumento auxiliar no tratamento de pacientes com transtorno mental do Centro de Apoio Psicossocial do Pará

Deisy do Socorro Peres Lobato¹
Larissa Elisiário Sato²
Silvana Rossy de Brito³

¹Bacharel em Sistemas de Informação. E-mail: deisyperes@gmail.com.

²Professora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: larisato@gmail.com.

³Professora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: silvanarossy@gmail.com.

RESUMO

Este artigo apresenta uma experiência vivenciada com os usuários do Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), que é referência no tratamento às pessoas que sofrem de transtornos mentais e outros quadros clínicos. O objetivo é oferecer atendimento à população da área de abrangência, com acompanhamento clínico e reinserção social. A Oficina Terapêutica de Inclusão Digital ofertada no âmbito do Programa de Extensão Direitos Humanos e Aprendizagem em Rede da UFRA objetivou auxiliar no processo terapêutico dos usuários do CAPS III Grão Pará, uma das unidades de atendimento do CAPS, através do ensino da Informática, buscando resgatar a autoestima dos usuários, sua autonomia e socialização, a partir de encontros semanais compostos de aulas práticas e dinâmicas de integração. Observou-se a partir dos encontros e das falas dos usuários que estes ganharam autoconfiança, aumentaram sua autoestima, conquistaram independência em algumas tarefas e ampliaram suas relações com os colegas.

Palavras-chave: CAPS; Transtorno Mental; Terapia; Reinserção; Inclusão Digital.

Therapeutic workshop of digital inclusion as auxiliary instrument in the treatment of patients with mental disorder in the Psychosocial Support Center of Pará-Brazil

ABSTRACT

This article presents an experience with users of the Center for Psychosocial Support (CAPS), which is a treatment reference for persons suffering from mental disorders and other conditions. The goal is to provide service to the population of the catchment area, with clinical follow-up and social reintegration. The Therapeutics Digital Inclusion Workshop offered under the Extension Program of Human Rights and Learning Network from UFRA aimed to assist in the therapeutic process of CAPS III Grão Pará users, one of CAPS attend, through the teaching of Computing, seeking to catch the users' self-esteem, autonomy and socialization from weekly meetings compounds of practical and dynamic integration classes. It was observed from the meetings and statements of the users that they have gained self-confidence, increased self-esteem, gained independence in certain tasks and expanded their relationships with colleagues.

Keywords: CAPS; Mental disorder; Therapy; Reintegration; Digital Inclusion.

INTRODUÇÃO

No contexto atual, a utilização do conceito de redes sociais apresenta crescimento significativo em estudos de campos de saberes variados e, especialmente, no campo da saúde. Alguns autores (SARACENO, 1998; MARTINS; FONTES, 2004) são unânimes ao afirmar que a integração das pessoas em redes sociais fortes e sustentadoras pode trazer benefícios à saúde; e ao contrário, a pobreza de relações sociais significantes se configura como um fator de risco.

Atualmente, as pessoas que sofrem de algum transtorno mental são reconhecidas como umas das mais excluídas socialmente. Essas pessoas apresentam redes sociais menores do que a média das outras pessoas. Para Fernandes e Moura (2009), a segregação não se dá apenas fisicamente, permeia o corpo social numa espécie de barreira invisível que impede a quebra de velhos paradigmas.

Entretanto, vários estudos mostram que a pessoa que sofre de transtorno mental e é inserida em redes de troca e suporte apresenta maior possibilidade de êxito no tratamento (MANGUIA E MURAMOTO, 2007).

As redes de troca nas quais estão inseridas as pessoas que apresentam transtorno mental proporcionam uma reabilitação psicossocial, que tem em Saraceno (2001) um dos seus principais representantes. A inserção das pessoas nessas redes estabelece um aumento de suas habilidades, diminuindo as deficiências e os danos causados pelo transtorno mental. Assim, a reabilitação pode ser compreendida como um processo de reconstrução, um exercício pleno da cidadania e também de plena contratualidade nos três grandes cenários: habitat, rede social e trabalho com valor social (SARACENO, 1999).

Para que ocorra uma reabilitação com êxito, é essencial a reinserção da pessoa com transtorno mental na sociedade. No momento em que a própria pessoa crê que é incapaz ou impotente diante das dinâmicas de sua vida, há o surgimento de um estado de inércia e diminuição de sua condição para desafiar as dificuldades advindas do transtorno mental. Essa circunstância pode ser modificada à medida que o apoio da rede social se amplia.

Sendo assim, a cisão entre sujeito e contexto social é superada pelo conceito de reabilitação psicossocial, responsável por envolver *profissionais e todos os atores do processo de saúde-doença, ou seja, todos os usuários e a comunidade inteira*. Nesse sentido, a reabilitação psicossocial pode ser considerada como um *processo pelo qual se facilita ao indivíduo com limitações, a restauração no melhor nível possível de autonomia de suas funções na comunidade* (PITTA, 1996). Ainda se pode definir *reabilitar como melhorar as capacidades das pessoas com transtornos mentais no que se refere à vida, aprendizagem, trabalho, socialização e adaptação de forma mais normalizada possível* (LIBERMAN, 1993).

Nesse contexto, deu-se por meio do Decreto 7.508/11 a instituição da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que foi considerada um avanço para o campo da saúde no tratamento de pacientes com transtorno mental. A atenção psicossocial pensada

como uma Rede deverá ter seu trabalho desenvolvido vislumbrando a responsabilização pelo usuário. A RAPS é uma rede de saúde mental integrada, articulada e efetiva nos diferentes pontos de atenção para atender às pessoas em sofrimento e/ou com demandas decorrentes dos transtornos mentais e/ou do consumo de álcool, crack e outras drogas (CONTRIBUIÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA PARA A CONSTITUIÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE A PARTIR DO DECRETO 7.508/2011).

Diante disso, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) estabeleceu uma parceria com o CAPS, um serviço de saúde comunitário mantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e vinculado à Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), que atua de forma diretamente relacionada à RAPS como um centro de atenção psicossocial estratégica, com referência em tratamento às pessoas que sofrem de transtornos mentais e outros quadros clínicos, cujo objetivo, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2004), é oferecer atendimento à população da área de abrangência com acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

A parceria ocorreu no âmbito do Programa de Extensão “Direitos Humanos e Aprendizagem em Rede: Construção e Ativação de Redes para Formação em Direitos Humanos”, que tem foco em Educação e Direitos Humanos, para que fossem desenvolvidas oficinas voltadas para o atendimento de pessoas com transtornos mentais. Neste contexto, este artigo trata de relatar a experiência vivida em uma Oficina Terapêutica de Inclusão Digital ofertada aos usuários do CAPS III Grão Pará, uma das unidades de atendimento do CAPS situada no bairro do Jurunas, em Belém-PA, com o objetivo de auxiliar os pacientes em seu processo terapêutico através do ensino da Informática, buscando resgatar a autoestima dos usuários, sua autonomia e socialização.

A SAÚDE MENTAL BRASILEIRA E OS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) está a rede de atenção à saúde mental brasileira, rede organizada de ações e serviços públicos de saúde, instituída no Brasil pelas Leis Federais 8080/1990 e 8142/90 e que prioriza o atendimento ao portador de transtorno mental em sistema comunitário.

Desde a década de 70 o sistema psiquiátrico brasileiro passa por um processo de reforma e, em 1978 é determinado o início efetivo do movimento social pelos direitos dos pacientes psiquiátricos no Brasil. No ano seguinte, surge um dos principais protagonistas da reforma psiquiátrica brasileira: o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM). Este movimento passa a protagonizar e a fazer a denúncia da violência dos manicômios, da mercantilização da loucura, da hegemonia de uma rede privada de assistência e a construir coletivamente uma crítica ao chamado saber psiquiátrico e ao modelo hospitalocêntrico na assistência às pessoas com transtornos mentais. (BRASIL, 2005).

Em março de 1986 foi inaugurado o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Brasil, na cidade de São Paulo.

Os CAPS – assim como os NAPS (Núcleos de Atenção Psicossocial), os CERSAMs (Centros de Referência em Saúde Mental) e outros tipos de serviços substitutivos que têm surgido no país, são atualmente regulamentados pela Portaria n.º. 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002 e integram a rede do Sistema Único de Saúde, o SUS. Essa portaria reconheceu e ampliou o funcionamento e a complexidade dos CAPS, que têm a missão de dar um atendimento diuturno às pessoas que sofrem com transtornos mentais severos e persistentes, num dado território, oferecendo cuidados clínicos e de reabilitação psicossocial, com o objetivo de substituir o modelo hospitalocêntrico, evitando as internações e favorecendo o exercício da cidadania e da inclusão social dos usuários e de suas famílias. (BRASIL, 2004)

Os CAPS são considerados mecanismos de atenção estratégicos para a organização da rede de atenção em saúde mental. A partir da criação desses centros, possibilita-se a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país, com serviços de saúde municipais, abertos, comunitários e que oferecem atendimento diário, sem tirar o foco do convívio social (família, escola, trabalho, igreja, etc.) daqueles usuários que os frequentam.

Considerando que um dos focos do CAPS é a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários, deu-se a parceria realizada entre a UFRA e o CAPS III, uma vez que:

as práticas realizadas nos CAPS se caracterizam por ocorrerem em ambiente aberto, acolhedor e inserido na cidade, no bairro. Os projetos desses serviços, muitas vezes, ultrapassam a própria estrutura física, em busca da rede de suporte social, potencializadora de suas ações, preocupando-se com o sujeito e sua singularidade, sua história, sua cultura e sua vida cotidiana. (BRASIL, 2004).

A parceria foi então realizada com um Projeto de Oficina de Inclusão Digital diferenciada, cujo foco central, mais do que aprender informática, era ser um meio terapêutico que focasse na inclusão social dos usuários participantes, respeitando as possibilidades individuais e os princípios de cidadania que minimizassem o estigma e promovessem o protagonismo de cada usuário frente à sua vida (BRASIL, 2004).

O CAPS III GRÃO PARÁ

O CAPS III Grão Pará é o antigo CAPS I Cremação que, segundo o Documento Institucional do CAPS III Grão Pará (2009), teve início a partir de:

[...] um trabalho oriundo dos polos de Saúde Mental, que funcionavam na Unidade Básica do Guamá e Jurunas, tendo sido inaugurado em 02 de junho de 1998, gerenciado pela 1ª Regional de Proteção Social, como um serviço SUS/SESPA, atendendo as determinações da Portaria 224/92. Lugar de referência e trata-

mento para pessoas que sofrem com transtornos mentais graves. Funcionou durante 5 anos na Av. Alcindo Cacela n.º. 328.

Conforme este Documento Institucional, o CAPS III, em 2002, passou por um processo de reclassificação e, a partir do mês de novembro de 2003, “[...] o CAPS – Cremação passou a funcionar num espaço mais amplo e mais adequado à nova realidade de CAPS II, à Av. Gentil Bittencourt n.º. 1840, locado pela 1ª Regional/SESPA”.

Foi em 18 de maio de 2009, dia e mês de referência da “Luta Antimanicomial”, que o CAPS II CREMAÇÃO, simbolicamente se tornou CAPS III Grão Pará, localizando-se na Rua dos Tamoios, n.º. 1342 – Jurunas.

O CAPS III Grão Pará, atualmente, oferece atendimento diário, sendo seu público-alvo pessoas adultas com transtornos mentais graves e persistentes de demanda espontânea ou por encaminhamento da rede de serviços. Os usuários devem ser residentes dos seguintes bairros de abrangência: Jurunas, Condor, Cidade Velha, Cremação, Campina, Comércio, Batista Campos, Umarizal e Nazaré.

O atendimento no CAPS III é realizado por uma equipe multiprofissional composta por Médicos Psiquiátricos, Psicólogos, Assistentes Sociais, Enfermeiros, Educador Físico, Farmacêutico, Nutricionista, Terapeutas Ocupacionais, Administrador, Técnico de Enfermagem. Atende diariamente cerca de 200 pessoas com consultas médicas, psicológicas e sociais. O centro funciona 24 horas, com plantão das equipes de saúde e cinco leitos de observação e repouso para atender pacientes moderados e prevenir crises.

O CAPS III oferece atividades e oficinas terapêuticas, incluindo orientação, atendimento medicamentoso, psicoterapia individual e em grupo, terapia ocupacional e comunitária, visitas domiciliares, acolhimento ao usuário e familiares, atividades socioeducativas e sociocorretivas como passeios, exercícios físicos, palestras, atividades de lazer e cultura. Ao longo do ano, o centro promove várias confraternizações entre seus pacientes, nas principais datas comemorativas.

Depressão, esquizofrenia e transtorno bipolar são alguns dos casos mais frequentes atendidos neste CAPS e são os casos dos usuários recebidos pela UFRA na Oficina Terapêutica de Inclusão Digital. Por isso, abordaremos a seguir algumas de suas características.

Depressão

Segundo o Dr. Drauzio Varella (<http://drauziovarella.com.br/>), depressão é uma doença psiquiátrica, crônica e recorrente, que produz uma alteração do humor caracterizada por uma tristeza profunda, sem fim, associada a sentimentos de dor, amargura, desencanto, desesperança, baixa autoestima e culpa, assim como a distúrbios do sono e do apetite.

A depressão está relacionada a transtornos de humor, que é a perturbação fundamental que acomete o indivíduo com este transtorno, e há uma profunda relação en-

tre a depressão e situações estressantes, que geralmente são o fator que a desencadeia. As pessoas normalmente experimentam uma ampla faixa de humores e têm repertório variado de expressões afetivas e sentem-se no controle de seus humores e afetos. Os transtornos de humor, ao contrário, constituem um grupo de condições clínicas caracterizadas pela perda deste controle e de uma experiência subjetiva de grande sofrimento (KAPLAN, SADOCK E GREBB, 1997).

Esquizofrenia

Outro tipo de transtorno é a esquizofrenia, que, segundo o Dr. Drauzio Varella (2015):

É uma doença psiquiátrica endógena, que se caracteriza pela perda do contato com a realidade. A pessoa pode ficar fechada em si mesma, com o olhar perdido, indiferente a tudo o que se passa ao redor ou, os exemplos mais clássicos, ter alucinações e delírios. Ela ouve vozes que ninguém mais escuta e imagina estar sendo vítima de um complô diabólico tramado com o firme propósito de destruí-la. Não há argumento nem bom senso que a convença do contrário.

Os principais sintomas são delírios e alucinações. O delírio é uma visão distorcida da realidade, que o faz, por exemplo, imaginar que as câmeras de vídeo colocadas em sua casa são colocadas por alguém que o está perseguindo, e as alucinações são percepções que ocorrem independente de estímulo externo, como aconteceu com John Nash, famoso matemático norte-americano que ouvia vozes e achava estar sendo perseguido.

Transtorno bipolar

O transtorno bipolar é uma forma de transtorno do humor, caracterizado por alterações que se manifestam como episódios depressivos alternando-se com episódios de mania, também chamada de euforia, em diferentes graus de intensidade (ROCCA E LAFER, 2008).

Os transtornos de humor são considerados como síndromes, pois consistem em um conjunto de sinais e sintomas que persistem por semanas ou meses, modificando consideravelmente o desempenho habitual do indivíduo e que tendem a recorrer de forma periódica ou cíclica (SADOCK E SADOCK, 2007).

Um exemplo de transtorno bipolar está representado no filme *Mr. Jones*, protagonizado por Richard Gere, em que o personagem principal, o senhor Jones, vai da euforia à depressão sem conseguir ter um domínio básico de suas ações e sentimentos.

A OFICINA TERAPÊUTICA DE INCLUSÃO DIGITAL

Para a realização da Oficina Terapêutica de Inclusão Digital com os usuários do CAPS III foi feita, inicialmente, uma parceria com o CAPS Amazônia, outro CAPS do

Município de Belém que já tinha uma parceria com a UFRA e que já estava com uma primeira turma de Inclusão Digital em andamento. Através da indicação feita pela assistente social do CAPS Amazônia, a parceria com mais este CAPS foi firmada.

Para a formação da turma aqui em análise, foram selecionados, pela assistente social, os usuários com transtorno mental que apresentavam quadro de tratamento estabilizado em diversas doenças, como esquizofrenia, bipolaridade e depressão, num total de 25 pacientes, dos quais cerca de 70%, não tinha um conhecimento prévio em Informática.

A Oficina Terapêutica de Inclusão Digital foi realizada no período de 12/06 a 04/12/2013, no Laboratório de Informática localizado nas dependências da UFRA, às quartas-feiras, das 14:30h as 17:00h. Os ministrantes foram alunos voluntários de graduação do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação.

Para os usuários do CAPS, o deslocamento de suas residências até a UFRA de ônibus já era o primeiro desafio a ser superado e o intuito de solicitar que o encontro fosse diretamente no local da oficina e não no CAPS era uma estratégia usada para trabalhar a autonomia e o protagonismo de cada um, características muito incentivadas pela equipe do CAPS e integrantes dos objetivos dos CAPS.

A oficina aconteceu com aulas práticas que trabalhavam conceitos básicos de informática, juntamente com dinâmicas de integração e socialização. Além disso, os alunos de Sistemas de Informação que ministraram o curso atuavam buscando um atendimento individualizado nos momentos das práticas, visando fazer os usuários do CAPS se sentirem mais seguros e contribuir para elevar sua autoestima ao observarem que eram capazes de realizar as tarefas solicitadas. Buscou-se respeitar, no decorrer das aulas, a espontaneidade dos usuários e o seu processo de socialização com os instrutores da oficina.

As aulas tinham sempre 20 minutos de intervalo para o lanche, que na maioria das vezes era fornecido pelo próprio CAPS, e cujo objetivo era promover um espaço de socialização e integração dos usuários entre si e entre os usuários e instrutores.

No decorrer da oficina, os instrutores fizeram observações e coletaram depoimentos orais dos alunos, que serviram de base para a análise dos dados. Foram analisados ainda dados quantitativos extraídos das listas de inscrição e frequência para que fossem obtidas informações relacionadas ao perfil da turma. A partir da análise de todos esses dados, foram gerados os resultados e discussões da pesquisa apresentados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Lussi, Pereira e Pereira Junior (2006), *o serviço de reabilitação deve ser um lugar de produção de recursos não somente numéricos, mas primordialmente afetivos, na rede de relações dos pacientes*. E foi com esse enfoque que se deu a Oficina Terapêutica de Inclusão Digital, que obteve resultados positivos relatados pelos próprios usuários, quando relataram não se conhecerem antes, apesar de fazerem o tratamento no mesmo

local, ou relatarem ter dificuldade de socialização, mas ao final da oficina informarem ter começado uma amizade com outro colega de turma a partir da oficina.

Os instrutores observaram, ao longo das aulas, que os usuários tiveram um bom nível de concentração para a realização das tarefas propostas como exercício de fixação. O que mais chamou a atenção foi o fato da turma interagir entre si de maneira dinâmica, uma vez que, espontaneamente, os próprios usuários que absorviam o conteúdo de maneira mais rápida ajudavam aqueles que apresentavam mais dificuldade no entendimento da realização das tarefas. Esse processo de interação foi importante para auxiliar na etapa do tratamento terapêutico. A motivação por aprender informática também foi um ponto de destaque, como pode ser observado na fala abaixo:

Não sabia pegar direito no mouse, mas do jeito que vocês ensinam e com toda essa paciência melhorei quando vou arrastar ele. Em casa tem o computador da minha filha e quando chego treino um pouco para aprender. Estou pensando até em comprar um só para mim para aprender. [Usuário G]

Outro fator importante foi a autonomia conquistada por alguns usuários no que diz respeito ao processo de locomoção até a UFRA, pois no início da oficina alguns iam acompanhados de seus familiares e após algumas semanas começaram a ir sozinhos, contribuindo dessa forma para *proporcionar que o usuário atinja patamares cada vez mais altos de administração de sua vida, de autonomia (qualquer que seja a medida desta para ele), aumentando, enfim, sua possibilidade de escolha*, que é um dos objetivos da atenção psicossocial, segundo Goldberg (2001).

Os dados dos pacientes inscritos, participantes, concluintes e o índice de evasão de alunos da Oficina Terapêutica de Inclusão Digital desenvolvida para os usuários do CAPS III Grão Pará são apresentados na Figura 1.

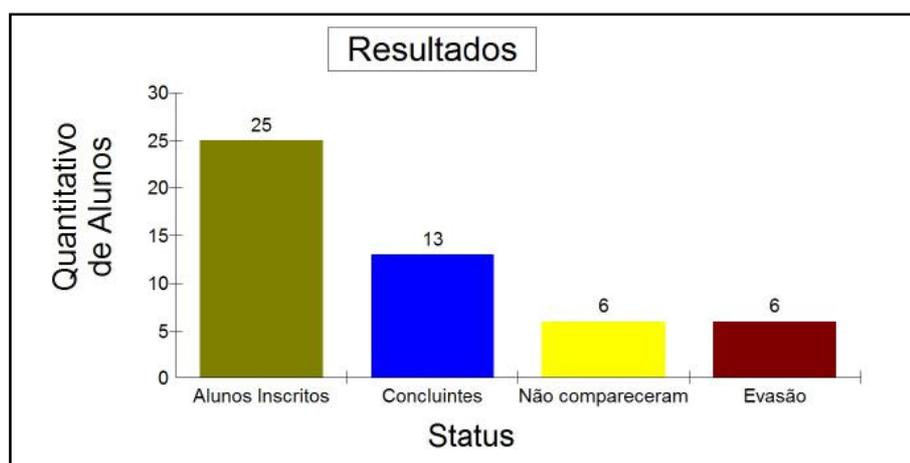


Figura 1. Quantitativo dos pacientes inscritos, concluintes e evadidos na oficina Terapêutica de Inclusão Digital.

Podemos observar que dentre os 25 usuários do CAPS inscritos na Oficina de Inclusão Digital, 6 nunca compareceram às aulas. O total de concluintes dentre os 19 usuários que participaram da oficina foi de 13 usuários, o que representa uma taxa de 68,4%. Destes, apenas 4 (30,8%) eram do sexo masculino e os demais usuários do sexo feminino e a faixa etária do grupo de concluintes estava situada entre 30 e 50 anos.

No último dia de aula da Oficina Terapêutica de Inclusão Digital, houve uma pequena festa de encerramento com entrega de certificados aos participantes que obtiveram no mínimo 75% de frequência e, nesta ocasião, os alunos deram seus depoimentos a respeito da experiência vivida. Abaixo seguem trechos de alguns dos depoimentos, que ilustram os resultados expostos neste artigo:

Que pena que acabou! Eu gostei daqui. O espaço da UFRA é muito bem cuidado, é muito bonito, muito verde, tem animais. [...] Gostei muito do curso e do tratamento de vocês. [Usuário C]

Eu não posso me emocionar muito, porque dá uns bugs lá sabe! Mas eu acho assim os instrutores entraram no grupo de nossa família. A gente vai se lembrar deles com certeza como grandes, grandes professores e amigos. Que Deus abençoe vocês. [Usuário F]

Aprendi no curso e pretendo fazer outro na Casa da Linguagem, pois lá tem cursos de Informática também, já fiz um lá de Redação e agora quero fazer o de Informática para continuar aprendendo. Gostaria de aprender mais sobre acessar a Internet e Redes Sociais. Achei vocês muito pacientes com a gente. [Usuário A]

Quero agradecer a Deus pela oportunidade e ao CAPS. E por terem pensado realmente na necessidade de nós que somos usuários do CAPS em outras possibilidades em termos de aprendizagem. Sempre quando estamos no atendimento terapêutico escutamos isso “vocês precisam encontrar uma coisa que satisfaçam vocês, vocês fazem muito pelos outros e por vocês?” E a Informática era um anseio que eu tinha muito grande, mas eu tinha um pavor, tanto que eu nem tocava em computador, notebook, nada, com medo de qualquer toque de danificar. Eu tinha um desejo muito grande de participar e ao mesmo tempo sentia um medo muito grande de causar prejuízo. O que me chamou muito mais atenção também foi o acolhimento. O jeito como fomos recebidos aqui, desde o primeiro dia que houve a visitação nas dependências da UFRA, que houve o momento da exploração do espaço físico, a apresentação. Daí cada dia mais a gente foi realmente estreitando a amizade. Demos muito trabalho para os meninos, perguntamos muitas vezes, inúmeras vezes para tirar as dúvidas. Mas também o que me chamou mais atenção de tudo isso foi a solidariedade dos próprios colegas, um tentando ajudar o outro no pouco que ia sabendo e avançando no curso. E dizendo assim eu estou agradecida, tenho certeza que meus colegas também. Quero agradecer a cada um de vocês a paciência, a dedicação e a UFRA ter aberto as portas pra gente. Através do CAPS nós sabemos que podemos ir muito além. E nós não queremos parar, não queremos essa depressão, essa angústia. Para mim foi uma terapia muito grande, um aprendizado muito grande, muito obrigada e que Deus abençoe. E que se houver outra turma quero estar presente! Sou do Município do Acará,

venho de lá porque não tem CAPS no Acará, mas isso não foi motivo de faltar. O trabalho voluntário é muito valorizado, para Deus principalmente. [Usuário D]

Com base nesses depoimentos, é possível observar a necessidade que os usuários do CAPS sentem em ter oportunidades de inserção social e aprendizagem como as proporcionadas pela oficina. Os laços de amizade criados e a ampliação das redes sociais sem dúvida foram de grande importância no processo terapêutico dos usuários.

A Informática, que para alguns deles era vista como algo muito difícil, que no início gerava medo em alguns, foi mostrada, no ambiente do laboratório de informática onde aconteciam as aulas, como algo que eles são capazes de aprender, que pode ser utilizado em benefício deles inclusive com possibilidade de geração de renda com a digitação e impressão de trabalhos, por exemplo, o que ajudou na elevação da autoestima, na atenção e concentração nas atividades propostas, pois a equipe de alunos voluntários ajudaram no que foi preciso para que o processo de ensino e aprendizagem ocorresse de maneira espontânea, sempre respeitando as limitações apresentadas em algumas situações por conta do quadro clínico de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a partir dos dados analisados e da experiência vivida, considera-se positiva a experiência vivida, pois foi possível verificar que a Oficina Terapêutica de Inclusão Digital auxiliou de forma eficaz no tratamento de usuários com transtorno mental.

Diante desses resultados, é possível concluir que a utilização da Informática como instrumento auxiliador no processo terapêutico de pacientes que possuem algum tipo de transtorno mental contribui de forma satisfatória na melhora do quadro clínico, resgatando a autoestima, autonomia e socialização dos usuários do CAPS III Grão Pará.

Durante o depoimento oral dos alunos no final da oficina, pôde-se perceber que apesar das dificuldades encontradas no cotidiano dos alunos, eles conseguiram, durante o processo de aprendizagem, constatar o quanto a oportunidade da realização de um curso de Informática agregou em termos de conhecimento para sua realização pessoal e para a vida social.

Espera-se com este trabalho auxiliar outras pessoas que estão em tratamento e ampliar os resultados aqui obtidos, a fim de que um maior número de usuários possa ser beneficiado.

Vale ressaltar a importância de uma ação de extensão realizada por alunos do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação sob a supervisão de professores do curso, mostrando o potencial que há em se promover extensões universitárias que tragam benefícios reais a pessoas que realmente necessitam e como alunos de graduação podem ajudar a transformar a vida de outras pessoas e, assim, transformar suas próprias vidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde – DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CONTRIBUIÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA PARA A CONSTITUIÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE A PARTIR DO DECRETO 7.508/2011. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/03/redepsicosociaisfinal1.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

DRAUZIO VARELLA. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

DOCUMENTO INSTITUCIONAL DO CAPS III GRÃO PARÁ. O Perfil da Unidade CAPS III Grão Pará, 2009.

FERNANDES, F.; MOURA, J. A. **A Institucionalização da Loucura: enquadramento nosológico e políticas públicas no contexto da saúde mental**. Disponível em: <<http://artigos.psicologado.com/psiquiatria/2009>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

GOLDBERG, J. Reabilitação como processo: o centro de atenção psicossocial – CAPS. In: PITTA, A. (Org.). **Reabilitação psicossocial no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 33-47.

KAPLAN, H.; SADOCK, B.; GREBB, J. A. **Compêndio de Psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LIBERMAN RP. **Rehabilitación integral del enfermo mental crónico**. Barcelona (Es): Martinez Roca, 1993.

LUSSI, I. A. O.; PEREIRA, M. A. O.; JUNIOR, A. P. A proposta de reabilitação psicossocial de Saraceno: um modelo de auto-organização. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, maio/jun. 2006. Mai/Jun 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692006000300021&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 abr. 2015.

MANGUIA, E. F.; MURAMOTO, M. Redes sociais e construção de projetos terapêuticos: um estudo em serviço substitutivo em saúde mental. **Ver. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 18, n. 2, p. 54-62, maio/ago., 2007.

PITTA, A. M. O que é reabilitação psicossocial no Brasil hoje? In: PITTA, A. M. (Org.). **Reabilitação psicossocial no Brasil**. São Paulo (SP): Hucitec, 1996. p.19-30

ROCCA, C. C. A.; LAFER, B. Alterações neuropsicológicas no transtorno bipolar. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 28, n. 3, set. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000300016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 jun. 2014.

SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A. **Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica**. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SARACENO, B. **Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível**. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Te Cora, 1999

_____. **Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível**. 2. ed. Rio de Janeiro (RJ): Te Corá/Instituto Franco Basaglia, 2001.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

LOBATO, Deisy do Socorro Peres; SATO, Larissa Elisiário; BRITO, Silvana Rossy de. Oficina terapêutica de inclusão digital como instrumento auxiliador no tratamento de pacientes com transtorno mental do Centro de Apoio Psicossocial do Pará. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 39-50, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 17 jul. 2014.

Aprovado em: 16 maio 2015.

Projeto Papo S rio: A es de saúde sexual e preven o das DST/aids entre adolescentes

Carla Luzia França Ara jo¹
Tamyris Paiva Carvalho Loureiro²
Vanessa Damasceno Bastos³
Maristela Serbeto Torres⁴

¹Doutora em Saúde Coletiva; Prof^a Associada EEAN/UFRJ; Coordenadora do LEPPA DST/Aids – HESFA/UFRJ. E-mail: araujo.ufrj@gmail.com.

²Enfermeira; Mestranda em Enfermagem da EEAN/UFRJ; Integrante do LEPPA DST/Aids - HESFA/UFRJ. E-mail: tamypaiva@yahoo.com.br.

³Enfermeira; Mestre em Enfermagem pela EEAN/UFRJ; Integrante do LEPPA DST/Aids. E-mail: vdb.enf@gmail.com.

⁴Enfermeira; Mestre em Enfermagem pela EEAN/UFRJ; Integrante do LEPPA DST/Aids. E-mail: maristelaserbeto.ufrj@gmail.com.

RESUMO

Neste trabalho fazemos um relato das atividades desenvolvidas pelo Projeto Papo S rio pertencente ao grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos em Política, Planejamento e Assistência em DST/Aids (LEPPA DST/Aids) da EEAN/UFRJ. Seu objetivo   implementar a es de preven o em DST/Aids entre adolescentes no ambiente de escolas no município do Rio de Janeiro, através da promo o do Aconselhamento Coletivo, despertando assim os aspectos que envolvem risco e vulnerabilidade para a infec o das DST/Aids. As atividades desenvolvidas são: mostra de vídeos sobre a temática do projeto, oficinas com jogos interativos, aconselhamento coletivo, caixa de perguntas, mural interativo, mural temático, e-mail do projeto e página no facebook. Todas as a es são realizadas com os adolescentes nas escolas, em horários alternativos aos de sala de aula.

Palavras-chave: Adolesc ncia; Sexualidade; Preven o; DST/Aids.

Project “Papo S rio” (Serious Talk): Actions of sexual health and prevention of STD/AIDS among adolescents

ABSTRACT

This paper describes the activities developed by the Project Papo Serious belonging to the research group: Laboratory Studies in Policy, Planning and Assistance in STD/AIDS (LEPPA STD/AIDS) EEAN/UFRJ. Its goal is to implement actions on STD/AIDS prevention among adolescents in school environment in the city of Rio de Janeiro, through the promotion of Group Counseling, thus arousing the aspects that involve risk and vulnerability to infection of STD/AIDS. The activities are: video displays on the theme of the project, workshops with interactive games, group counseling, question box, interactive mural, themed mural, email of the project and facebook page. All the actions are performed together to adolescents in alternative to classroom schedules.

Keywords: Adolescence; Sexuality; Prevention; STD/AIDS.

INTRODUÇÃO

Segundo Brasil (2014), as Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (DST/Aids), ainda se configuram com um dos maiores problemas de saúde pública tanto no panorama internacional, quanto nacional. Dentre as que mais afetam a nossa população brasileira, são: Sífilis, Gonorreia, Clamídia, Herpes Genital e HPV. Particularmente com relação a Aids, desde o início da epidemia em 1980, o perfil epidemiológica vem se modificando durante várias décadas, até os dias atuais. O que têm mais nos despertado interesse, é com relação ao aumento da incidência entre os jovens, na faixa etária de 13 a 19 anos, sendo a única faixa etária em que o número de casos de Aids é maior entre as mulheres, transmitida principalmente por relações heterossexuais.

A prevalência das DST/Aids no estado do Rio de Janeiro, vem aumentando, principalmente na região Metropolitana. De acordo com o Sistema de Notificação de Casos, as doenças mais prevalentes são: Sífilis, as Hepatites Virais e a Aids. Entre 2003 e 2012, foram notificados 32.729 casos de AIDS nas nove regiões de saúde do Estado do Rio de Janeiro. Dentre os casos notificados encontra-se um grande percentual de casos existentes na região Metropolitana I, que inclui a capital (72,3%), no período de 2003 a 2012 (BRASIL, 2012).

Consta ainda neste mesmo documento Brasil (2013) que a partir da análise dados coletados, detectou-se que, as maiores proporções de casos de AIDS estão concentradas nas faixas etárias de 20 a 49 anos, na mesma proporcionalidade em ambos os sexos. Porém, observou-se também um aumento significativo da incidência de casos de Aids, principalmente entre as mulheres, com idades variando entre 13 a 19 anos. Com relação às DST/Aids, é importante mencionar, que os casos notificados de DST/Aids mais expressivos, são entre as gestantes, principalmente Sífilis, Hepatites virais e o HIV.

Estes documentos nos incitam a pensar que, existem aspectos epidemiológicos convergentes, ou seja, as mulheres adolescentes se encontram mais vulneráveis a exposição e adoecimento destas DSTs/Aids, implicando no aumento de incidência entre as crianças, que poderão adquirir tais doenças, por via de transmissão vertical, e além disto, o retorno do aumento do número de casos entre os homens, entendendo, que a forma de transmissão desta doenças, é por via sexual.

IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DO ADOLESCENTE: desafios nas articulações setoriais e repercussões aos sujeitos

No Brasil, as questões que envolvem os direitos humanos, é uma preocupação desde o final do século XX. Em 1988, a Constituição Brasileira no seu art. 227 reconheceu crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, modificando a ideia anterior de que meninos e meninas eram prioridades dos pais. Em 1989, foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Convenção sobre os Direitos da Criança, o que significou importante mudança de paradigma, considerando crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e não objetos de intervenção do Estado, da família ou da sociedade. Ainda em 1989, o Ministério da Saúde criou o Programa de Saúde do Adoles-

cente (PROSAD), no qual já apontava como áreas prioritárias a saúde sexual e a saúde reprodutiva dos adolescentes (BRASIL, 2010).

No Brasil, entre os principais avanços legais que norteiam a atenção à saúde de adolescentes, destaca-se a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que regulamenta o art. 227 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2010). No campo das políticas públicas de saúde, considerando o aumento crescente das DST/Aids entre a população jovem, o Governo Brasileiro, numa tentativa de atingir especificamente a este grupo populacional, vem durante as últimas décadas propondo estratégias de fortalecimento e valorização das práticas no campo da promoção e dos direitos sexuais e reprodutivos e da prevenção das DST/HIV/Aids, vem sendo implementadas no sentido de enfrentar o aumento do número de casos, entre a população de jovens em nosso país.

Entendendo que os êxitos das ações e a consolidação de políticas públicas de saúde dependem, de uma articulação entre vários setores da sociedade, como também, planejamento participativo, do envolvimento de gestores, e de outros segmentos como por exemplo, da Educação, parte do pressuposto, que tal envolvimento prevê também o envolvimento dos sujeitos, ou seja tanto de profissionais da educação e da Saúde, quanto a comunidade escolar, família, bem como toda a sociedade civil.

Segundo Brasil (2007), enfatiza sobre a necessidade que cada estado e município formulem seus projetos/programas, de acordo com as singularidades de suas realidades regional e local. Parte do princípio de que esta iniciativa poderá cumprir diferentes funções, dependendo de seus contextos, como por exemplo, em realidades desprovidas de projetos/programas, ou ainda com deficiências na implantação destes, isto projetos e poderá desencadear estimular e incentivar novos processos de trabalho, numa perspectiva à superação das iniciativas pontuais e à geração de projetos permanentes, inovadores e integrados. E outras situações em que já se pode contar com maior acúmulo de conhecimentos o projeto, esta proposição poderá trazer novas dimensões aos processos já desencadeados, contribuindo para a organicidade das ações, ao desenvolvimento humano, no sentido de assegurar a garantia de direitos e cidadania de adolescentes e jovens brasileiros.

Na esfera da área da saúde, o Governo Federal, desde 2011, vem ampliando ações de prevenção, como por exemplo, a distribuição de preservativos entre os jovens, distribuídos pelas Instituições de Saúde, integradas no Sistema Único de Saúde. (BRASIL, 2014)

Sabe-se que houve aumento na acessibilidade de adolescentes e jovens na Atenção Básica, nos últimos anos. A oferta de ações de saúde na atenção aos direitos sexuais e reprodutivos, expandida ao ambiente escolar e domiciliar, vem permitindo um atendimento numa dimensão integral, articulada em redes de serviços, como por exemplo, a integração das Unidades de Saúde e da Educação.

Contudo, a implementação do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, é um marco político na articulação entre os setores da educação e saúde. Prevê articulação e apoio mútuo de diferentes setores e instâncias da sociedade. Parte da premissa, que

há necessidade de lançar mão de estratégia de formação continuada entre os profissionais da educação como forma de contribuir para uma aprendizagem compartilhada por trabalhadores da educação e da saúde, de outras instituições públicas, de outras organizações da sociedade civil cujas ações repercutem na redução da vulnerabilidade de adolescentes e jovens às doenças sexualmente transmissíveis e à Aids (DST/Aids) (BRASIL, 2007, 2013).

Esta aproximação reforça, aproxima e integraliza ações, sustentadas no compartilhamento de saberes e fazeres. Além disto, fomenta a incorporação e adoção de uma cultura cotidiana de prevenção as DST/Aids, à jovens e adolescente através da articulação entre a Saúde e Educação.

É preciso entender que, adolecer é um processo natural do ciclo de vida de um homem, porém as experiências e vivências dos jovens adolescentes, é um processo singular, único, cercado de necessidades e expectativas próprias de cada sujeito.

Sobre o sujeito adolescente, outro aspecto que merece ser contextualizado é o fato de que no Brasil, estima-se que, anualmente, quatro milhões de jovens tornam-se sexualmente ativos, elevando-se também as taxas de gravidez precoce.

Diante das considerações feitas, faz-se necessário, portanto, reavaliar as potencialidades e os limites da educação preventiva as DST/Aids, questionando profundamente seus objetivos e buscando referenciais mais eficazes e éticos para realizar a prevenção e a educação em saúde como ferramentas centrais à abertura de novos caminhos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: o projeto Papo Sérió, seus objetivos e bases metodológicas

O Projeto Papo Sérió trata de um projeto de Extensão Universitária, vinculado ao Laboratório de Estudos em Política, Planejamento e Assistência em DST/Aids (LEPPA DST/Aids) da EEAN/UFRJ.

O Objetivo deste projeto é implementar ações de prevenção em DST/Aids entre adolescentes no ambiente de escolas no município do Rio de Janeiro, através da promoção do Aconselhamento Coletivo. Além disto, pretende-se possibilita melhor qualificação dos graduandos envolvidos no projeto, como a articulação entre os parceiros e a universidade. Favorece ainda a mediação entre pesquisa, ensino e extensão.

No campo da prática, pretende-se com o desenvolvimento deste projeto, ampliar as ações de saúde preventiva das DST/Aids, no contexto escolar, indo ao encontro as proposições das políticas de saúde voltadas aos adolescente. Por entender que ainda é necessário minimizar o abismo que existe entre os serviços de saúde e os adolescentes.

A metodologia do projeto se desenvolveu em 5 atividades centrais: 1ª) Apresentação do Projeto ao corpo Diretor, coordenadores pedagógicos e professores das Escolas, visando o aceite, o apoio, a integração e envolvimento entre os profissionais da Escola e a equipe do Projeto de Extensão. 2ª) Observação e compreensão da realidade

local e dos adolescentes, através de visitas periódicas nas Escolas e conversas com os adolescentes, sobre o Projeto. 3ª) confecção de um Mural Temático, cujo tema central e gerador de interesses/ideias/curiosidades é sobre DSTs/Aids. Neste Mural interativo, colocou-se também uma “caixa” de perguntas sobre o tema exposto e sugestões para outros temas. Outro recurso utilizado foi o “Dispenser” com preservativos masculinos destinados aos adolescentes. 4ª) De acordo com a realidade escolar, a modelagem e abordagem dos temas sugeridos e significativos aos adolescentes poderão ocorrer por meio de vídeos educativos, oficinas com jogos interativos, aconselhamento coletivo em salas de aula, dentre outros. As atividades desenvolvidas foram prioritariamente grupais, a fim de promover a socialização, integração, e compartilhamento de saberes. 5ª) Campanha de Imunização contra a Hepatite B na Escola, privilegiando a população de adolescentes – esquema vacinal completo, ou seja 3 doses.

Para o desenvolvimento dessa metodologia foram envolvidos 13 alunos de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e 03 alunas do curso de Mestrado da mesma instituição, todos integrantes do Projeto Papo Sério. O projeto possui a supervisão de 02 professoras da UFRJ, sendo uma delas coordenadora do Laboratório de Estudos em Política, Planejamento e Assistência em DST/Aids (LEPPA DST/Aids) da EEAN/UFRJ. Não houve processo seletivo para discentes e docentes envolvidos nas atividades do projeto, uma vez que todos já eram integrantes do Laboratório.

A metodologia do Aconselhamento Coletivo, que conduz as atividades deste projeto está pautada numa linha participativo-reflexiva, em que parte do princípio que para transformar, é necessária reflexão-, num processo de construção de criticidade/ conscientização, na produção de conhecimento, transformação e autonomia na tomada de decisão/ação dos sujeitos.

Consideramos que o indivíduo se torna capaz de construir seu próprio conhecimento, quando consegue interpretar e compreender a sua realidade de vida, fazendo as intervenções necessárias no mundo em que vive. Para isto, se faz necessário que neste processo de produção de conhecimentos, haja outros indivíduos facilitadores, que em “comunhão”, ensinam e aprendem a partir da realidade em que vivem e de suas visões de mundo, no compartilhamento de saberes, preenchendo as lacunas das informações. O projeto atuou em quatro colégios Municipais e Estaduais do Rio de Janeiro, a saber: Colégio Estadual Bangu, Colégio Estadual Paulo de Frontin, Colégio Estadual Antônio Prado Júnior e Colégio Estadual Pedro Alvares Cabral.

Participaram das atividades e eventos aproximadamente 900 alunos destes colégios. O monitoramento e avaliação das oficinas e demais atividades eram realizados periodicamente com duas ou três visitas semanais de algum integrante do projeto a cada colégio.

As ações realizadas junto aos adolescentes foram realizadas em horários alternativos aos de sala de aula, para não prejudicar as atividades pedagógicas da Escola. Vale ressaltar que, estamos utilizando as redes sociais para que os adolescentes tenham outros canais de comunicação e interação com a equipe do projeto, como e-mail e uma comunidade no Orkut, e no Facebook.

RESULTADOS

Mostra de vídeos e Oficinas com jogos interativos e Aconselhamento Coletivo

Todo jogo acontece em um tempo e espaço. Ele é o meio que auxilia na concretização de determinados objetivos e promove domínio do conhecimento. É uma atividade voluntária do ser humano, que permite aprender e relacionar-se com os outros, desenvolver a capacidade de pensamento e fantasia e comunicar-se (ROSA, 2011).

Com os jogos, busca-se orientar os adolescentes acerca de sua sexualidade, favorecendo uma passagem mais tranquila e esclarecedora pela adolescência. Além disso, discutem-se temas como prevenção e contracepção.

Segundo o Ministério da Saúde:

O aconselhamento coletivo é um momento de interação grupal, quando é favorecida a participação de todos e as trocas intersubjetivas, não devendo se configurar como uma simples palestra. Nele, pode-se desenvolver o processo de orientação/informação, suporte emocional e avaliação dos riscos pessoais (auto-avaliação), componentes do processo de aconselhamento (BRASIL, 2005).

A realização dos jogos é agendada previamente e geralmente ocorre em datas comemorativas da escola ou gincanas promovidas pela instituição. São disponibilizadas salas especiais para melhor acomodação dos alunos e adequado desenvolvimento da atividade.

Os vídeos expostos aos alunos abordavam a temática da prevenção das DST/Aids. Após a exibição dos vídeos, estimulamos a discussão e esclarecimento de dúvidas.



Figura 1. Jogo interativo e Aconselhamento Coletivo.

Caixa de Perguntas e Mural Interativo

Como uma das atividades do projeto temos a caixa de perguntas, criada para dar a oportunidade para que os adolescentes possam fazer todos os questionamentos que acharem pertinente. A caixa é disposta no local mais movimentado da escola, geralmente próximo ao refeitório, para que todos depositem suas dúvidas de forma mais despercebida possível. Não é obrigatório identificação nas perguntas, sendo respeitado o anonimato. O tema dos questionamentos é diversificado, variando entre sexualidade, prevenção das DST/Aids, modo de transmissão, primeira relação sexual, entre outros.

Como resposta a essas perguntas, temos o Mural Interativo. Este é usado para que possamos responder todos os questionamentos. Em períodos determinados, geralmente de 15 em 15 dias, os integrantes do projeto retiram as perguntas da caixa e na semana seguinte desenvolvem um mural com a pergunta realizada e a resposta. É importante ratificar que não há identificação do aluno que fez o questionamento, porém a pergunta é transcrita no mural exatamente como foi escrita pelo adolescente para que ele possa reconhecer o que escreveu.



Figura 2. Caixa de Perguntas.



Figura 3. Mural Interativo.

Mural temático

Não há dúvida de que os recursos visuais são utilizados como uma das principais estratégias de aprendizagem. No mural temático, buscamos associar a temática do projeto à atualidade ou a uma data comemorativa, por exemplo, a festa junina (Figura 4). Pode ser desenvolvido também a partir de algumas demandas como divulgação de um evento da escola, onde participaremos, ou por pedido dos alunos, que algumas vezes escolhem um tema referente ao projeto para expormos sobre, por exemplo, HPV (Figura 5).



Figura 4. Mural Temático – Arraiá do Papo Sêrio.



Figura 5. Mural Temático – HPV.

Campanha de vacinação

Uma das atividades desenvolvidas em todas as escolas é a campanha de vacinação para a Hepatite B. Tal atividade tem se mostrado com grande adesão por parte dos alunos. A ação conta com a parceria da Assessoria Estadual de DST/Aids e hepatites virais e com a SMS/RJ através do fornecimento das vacinas. A campanha é previamente agendada, logo no início do ano letivo, para que possamos concluir o esquema

vacinal. Antes da data prevista para vacinação é encaminhado aos pais um recado lembrando a atividade, além de solicitar a carteira de vacinação para aqueles que já completaram as três doses.

Durante os dias de campanha de vacinação para Hepatite B nas escolas foram aplicados um total de 885 doses. Nessas datas agendadas com os alunos e a direção todos os integrantes do projeto se encontravam presentes na escola de campanha do dia de forma a atingir um maior número de alunos, reduzindo o tempo de espera em fila.



Figura 6. Campanha de vacinação para Hepatite B.



Figura 7. Mural de divulgação da Campanha de Vacinação para Hepatite B.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de estarem vivenciando romances e iniciando precocemente sua vida sexual faz com que os jovens se deparem com situações inusitadas de doenças, como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outras, ligadas aos relacionamentos sexuais. Além disso, observa-se um grande número de adolescentes gestantes, uma evidência de que o uso de preservativo não faz parte dos seus hábitos, e nos faz acreditar que para muitos deles a gravidez é inevitável e a AIDS um conceito abstrato (KOERICH, 2010).

Por isso, acreditamos muito na potencialidade do trabalho desenvolvido, pois é uma maneira de tratarmos de assuntos ainda permeados de tabus, mas que fazem parte da adolescência e juventude. Faz-se importante o desenvolvimento de práticas educativas e atividades referentes a sexualidade e prevenção das DST/aids, buscando a multiplicação de informações.

Observamos que as atividades desenvolvidas nos colégios junto aos adolescentes impactaram positivamente as discussões sobre a temática, esclarecimento de dúvidas sobre prevenção das DST/Aids, junto aos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria Estadual de Saúde. Gerência de DST/Aids e Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico DST/Aids**. Rio de Janeiro, 2014.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico HIV – AIDS**. Ano II – N°. 01. Brasília – DF. 2013.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Caderno de Atenção Básica – n° 26**. Saúde Sexual e Reprodutiva. Brasília – DF. 2010.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia para a Formação de Profissionais de Saúde e Educação**. Brasília, 2007.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Programa Nacional para a Prevenção e o Controle das Hepatites Virais. **Manual de aconselhamento em Hepatites Virais**. Brasília – DF, 2005.

_____. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.05.

BRÊTAS, J. R. S. et al. Conhecimento sobre DST/AIDS por estudantes adolescentes. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 43, n. 3, p. 551-557, 2009.

KOERICH, M. S. et al. Sexualidade, Doenças Sexualmente Transmissíveis e Contracepção: atuação da enfermagem com jovens da periferia. **Rev. Enferm. UERJ**, v. 12, n. 2, p. 265-271, abr.-jun. 2010.

ONU. Organização das Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão de População. **World Population Prospects: The 2008 Revision**. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/sowc2011/foco2.html>>. Acesso: 15 fev. 2014.

ROSA, S. M. S. **A importância da prática do jogo na aprendizagem das quatro operações fundamentais com números naturais**. Artigo científico apresentado à Faculdade Amadeus como trabalho de conclusão de curso. Lagarto – SE, 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/103349506/Artigo-A-importancia-dos-jogos-na-Aprendizagem-Matematica-Sueli-Maria>>. Acesso: 16 fev. 2014.

UNICEF. **Fundo das Nações Unidas para a Infância. Situação Mundial da Infância 2011. Adolescência uma fase de oportunidades**. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sowcr11web.pdf>. Acesso: 17 fev. 2014.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

ARAÚJO, Carla Luzia França; LOUREIRO, Tamyris Paiva Carvalho; BASTOS, Vanessa Damasceno; TORRES, Maristela Serbeto. Projeto Papo Sêrio: Ações de saúde sexual e prevenção das DST/aids entre adolescentes. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 51-61, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 31 mar. 2014.

Aprovado em: 28 jan. 2015.

Programa de extensão adoção jurídica de cidadãos presos: quatorze anos de cidadania, humanização e acesso à justiça

Maria Edna Alves Ribeiro¹
Maria Perpétua do Socorro Dantas Jordão²
Arquimedes Fernandes Monteiro de Melo³
Paula Isabel Bezerra Rocha Wanderley⁴

¹RIBEIRO, Edna. Advogada criminalista. Integrante do Projeto de Adoção Jurídica de Cidadãos Presos, como advogada voluntária. Especialista em Psicopedagogia. E-mail: ednaribeiroadv@outlook.com.

²DANTAS, Perpétua. Mestre em Ciências Políticas (UFPE). Especialista em Direito Processual Penal. Membro do grupo de pesquisa UFPE/CNPq. Professora de Direito Penal e Criminologia da Faculdade ASCES. Coordenadora do Projeto de Adoção de Cidadãos Presos (ASCES). E-mail: perpetuadantas@asc.es.edu.br.

³MELO, Arquimedes. Farmacêutico, Doutor em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos. Professor da Faculdade ASCES e UPE, integrante desse Projeto. E-mail: meloufpe@yahoo.com.br.

⁴ROCHA, Paula. Doutoranda em Desenvolvimento

RESUMO

Em 2001, professora Perpétua Dantas, com advogado Saulo Amazonas, Faculdade ASCES, deu início ao Projeto de Adoção Jurídica de Cidadãos Presos, para possibilitar a prática penal aos acadêmicos de Direito; atuar na defesa dos direitos humanos; realizar defesa no Júri; garantir assistência jurídica gratuita aos detentos da Penitenciária Juiz Plácido de Souza, Caruaru/PE; aos desassistidos por advogados/Defensores Públicos; conscientizar comunidade sobre problema carcerário/repercussão social. Em 2004, "Comenda do Mérito Penitenciário" concedida pela Secretaria e Defesa Social/PE, pelos relevantes trabalhos no sistema carcerário; Troféu "Mestre Vitalino", pelo Jornal Extra/PE, "Contribuição Institucional". O Projeto realizou mais de 200 júris, só na comarca de Caruaru/PE, até abril de 2014, envolveu aproximadamente 1000 alunos, 285 audiências, mais de 1300 detentos atendidos. Só em 2014 foram elaboradas 215 peças de defesa criminal. Em média, foram atingidas diretamente, 1500 pessoas. Projeto importante, por formar alunos com visão humanística capazes de aplicar seus conhecimentos para realizar a justiça.

Palavras chave: Assistência; Cidadãos Presos; Júris.

Extension project - adoption of legal citizens arrested

ABSTRACT

In 2001, the Professor Perpétua Dantas together with the lawyer Saulo Amazonas, both employees at ASCES College, started the Legal Adoption of Imprisoned Citizens project in order to make possible the penal practice for law students. They learned how to act to defend the human rights; perform defense in court, ensure free legal assistance to the prisoners of Juiz Plácido de Souza penitentiary, Caruaru/PE, and to those unattended by lawyers or public defenders and raise community awareness about the problem of repercussion in the social prison system. In 2004, they received the "Commendation of Penitentiary Merit" given by the Social Defense Secretary of Pernambuco, for their relevant work in the prison system, "Mestre Vitalino" Trophy given by Extra Newspaper, "Institutional Contribution". They carried out more than 200 juries, only in Caruaru districts up to April 2014, it involved about 1000 pupils, 285 court appearances, more than 1300 imprisoned assisted. Only in 2014, they ela-

borated 215 criminal defense plays. In average, they reached 1500 people directly. The project is important because it forms students with humanistic view able to apply their knowledge to accomplish justice.

Keywords: Agroecology; Family Farms; Local Knowledge.

INTRODUÇÃO

Violência e crime são palavras muito utilizadas no cotidiano das pessoas, seja no âmbito doméstico, profissional ou social. A palavra violência em língua portuguesa ou em qualquer outra possui diversos significados, sendo utilizada informalmente para caracterizar o uso de força ou emprego de ato violento e se manifesta de diversas formas.

LIMA, (2009, p. 54), assevera que:

A violência é um fenômeno extremamente complexo que afunda suas raízes na interação de muitos fatores biológicos, sociais, culturais, econômicos e políticos cuja definição não pode ter exatidão científica, já que é uma questão de apreciação. A noção do que são comportamentos aceitáveis e inaceitáveis, ou do que constitui um dano, está influenciada pela cultura e submetida a uma contínua revisão à medida que os valores e as normas sociais evoluem.

Um dos aspectos fomentadores da violência é a superlotação das penitenciárias pelo Brasil, pois essa superlotação além da falta de assistência jurídica e de situações sub-humanas no cárcere faz com que os detentos postos em liberdade praticamente não tenham condições de subsistência empurrando-os invariavelmente de volta ao mundo do crime.

É notório que as prisões brasileiras possuem problemas graves e antigos como a superpopulação, a violência entre os detentos, as práticas abusivas, maus tratos e torturas sobre eles, a inexistência de garantias mínimas e necessárias às pessoas privadas de liberdade, o desrespeito institucional e sistemático às leis e princípios dos Direitos Humanos.

Importante ainda observar a situação prisional que nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, vivem uma crise permanente em penitenciárias. Para Rolim (2015),

É preciso perceber, inicialmente, que os presídios - por conta de todas as limitações estruturais que possuem e, fundamentalmente, pela ausência de políticas públicas de conteúdo humanista capazes de orientar administrações prisionais de outro tipo - constituem um espaço de obscuridade onde se "administra" à margem da Lei. Por conta desta característica, encontram-se

Urbano e Mestre em Economia (UFPE). Advogada Criminalista. Membro do ICP - Instituto de Criminologia de Pernambuco. Especialista em Ciências Criminais (ASCES) e Processo Penal (UFPE). E-mail: paularochawanderley@gmail.com.

absolutamente fora de qualquer controle público. labirintos de obediência fingida onde se processa o sequestro institucional da dignidade. [...] Afirma-se, então, os termos do paradoxo prisional: como é possível conceber a reintegração à sociedade, eliminando a sociabilidade do preso? Como é possível prepará-lo para a vida em liberdade, se suprimimos, na prisão, a possibilidade da ação livre?

Uma intervenção estatal com efetivação de medidas conjuntas que inibam as desnecessárias penas de privação de liberdade, deve ser realizada para que a prisão seja realmente a exceção, utilizada apenas para casos mais graves para os quais não haja outra alternativa.

Importante inserir também alguns dados acerca da situação prisional no Brasil, pois contribuirá para enfatizar a relevância social e jurídica do programa extensivista objeto deste artigo.

Em dezembro de 2013, o Brasil tinha 584 mil presos distribuídos em 1.863 estabelecimentos penais do país, porém milhares deles ainda estão em delegacias de polícia e cadeias públicas. Ressalte-se que de cada 100 mil habitantes no Brasil, 291 estão encarcerados. "Essas criaturas além da restrição dos direitos como cidadãos livres são invisíveis aos olhos da política e da sociedade quando adentram no sistema prisional". O crescimento da população carcerária no Brasil ocorre de forma desproporcional em relação ao crescimento da população brasileira. Entre 2000 e 2013, esse contingente penitenciário aumentou 150,9%, foi de 232.755 internos (dados de 2000) para mais de 584 mil presos (dados de 2013). Tendo como referência o mesmo período, a população demográfica brasileira tinha em 2000, 169.872.856 habitantes, segundo o IBGE. Em 2013 esse crescimento foi para 201.032.174 habitantes. Assim, observa-se que a população demográfica do país cresceu 18,3% durante estes 13 anos (2000-2013) e no mesmo período a população penitenciária 150,9% (BARROS FILHO, 2014).

Percebe-se que existe um crescimento assustador do contingente penitenciário, um número significativo de pessoas encontram-se encarceradas que sem perspectiva de uma convivência digna são condicionadas a situações adversas e de sobrevivência dentro do presídio obrigando-as a criar suas próprias condições.

Pois, consoante ARENDT (2010), os homens são seres condicionados ao mundo em que vivem, criam suas próprias condições, tudo aquilo com o que eles entram em contato torna-se condição de sua existência. Dessa forma, os presídios que deveriam promover a ressocialização dos detentos se deparam com pessoas que se transformam para criarem condição de viver no cárcere. Estes ao retornarem para a sociedade, na maioria das vezes, passam a cometer novos tipos de delitos.

No tocante a ressocialização mesmo não sendo uma medida alternativa à prisão, se os projetos ressocializadores forem aplicados corretamente pelo Estado, o número de egressos reincidentes diminuirá e o sistema prisional deixará de abrigar os presos reincidentes em razão do fracasso do plano ressocializador (GRECO, 2011, p. 463).

Sabe-se que a prisão não ressocializa, pois os projetos ressocializadores não são aplicados corretamente até porque as penitenciárias não oferecem estrutura adequada, além das inúmeras situações de precariedade e insalubridade vivenciadas pelos detentos nas prisões nacionais, com abusos e violações aos direitos humanos e a dignidade humana.

As preocupações do Estado "estão pautadas em como encarcerar estes seres humanos, e não em como ressocializar" ou colaborar para a formação humana destas pessoas sem liberdade. "O sistema penitenciário está repleto de pessoas de grupos socialmente excluídos: pobres, negros, com baixa escolaridade, discriminados e marginalizados" (BARROS FILHO, 2014)

Tal exclusão contraria flagrantemente o texto constitucional e os direitos humanos tão proclamados atualmente e que preconizam a igualdade de todos. Ainda quanto ao sistema penitenciário, Rolim (2015) diz que as situações vivenciadas no sistema prisional, já foram documentadas e anunciadas por diversas instituições não governamentais, bem como diversos relatórios produzidos pelo Ministério Público e Poder Judiciário, demonstram a dimensão nacional do problema e documentos específicos de monitoramento e fiscalização levados a efeito por Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) ou por comissões parlamentares de Direitos Humanos revelaram as circunstâncias dramáticas.

Em Caruaru/PE, a Penitenciária Juiz Plácido de Souza possui o maior número de detentos que extrapola a capacidade, pois deveria ser 381 presidiários porém, atualmente, conta com 1.698 homens, dos quais 363 são condenados, 992 são sumariandos e 343 processos abertos.

Na busca de soluções concretas para a situação, a Associação Caruaruense de Ensino Superior (ASCES), através da docente e advogada, Perpétua Dantas e o advogado Saulo Amazonas, iniciaram o projeto supracitado, com a finalidade de garantir acesso à justiça, gratuita, com qualidade, nos processos de acusados sem condições econômicas para constituir um advogado.

Além disso, proporciona prática penal aos acadêmicos do curso de Direito da Faculdade ASCES, na defesa dos acusados sem assistência de advogado ou defensor público, perante o Tribunal do Júri. Inicialmente, tal atividade se restringia aos reeducandos da Penitenciária Juiz Plácido de Souza, em Caruaru/PE.

Outro ponto importante que o projeto apresentou como objetivo foi à interação entre comunidade e academia, com os discentes aplicando seus conhecimentos para garantir aos acusados a plenitude de defesa, conforme preleciona a Constituição Federal no seu artigo 5º, XXVIII, "a".

As atividades do Projeto de Adoção Jurídica de Cidadãos Presos tiveram início em 2001, mediante convênio firmado em 1999 entre a Faculdade ASCES (Associação Caruaruense de Ensino Superior), o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania e a Penitenciária Juiz Plácido de Souza (PJPS).

Dotado de uma visão humanística, o Projeto teve início em 11 de setembro de 2001, em uma solenidade na própria unidade prisional, com a presença de várias autoridades. Desde então, continua sem interrupção, atendendo a dois âmbitos, quais sejam: acadêmico e jurídico.

Destarte, o projeto supra visa despertar no aluno de graduação de Direito da Faculdade ASCES e na população, em geral, a importância da prática penal que propicia o seu crescimento profissional e pessoal com mister de justiça numa visão humanitária em prol dos mais marginalizados da sociedade.

Para que isto ocorra, a Faculdade ASCES, por meio do Projeto de Extensão, ampliou suas atividades atendendo não apenas no sistema penitenciário e na realização de defesa no Plenário do Júri, mas, também passou a prestar atendimento nas Cadeias Públicas da região Agreste, subordinadas à Gerência Regional Prisional I - GRPI, desde 2008, graças a um convênio com o Governo Estadual, através da gerência supramencionada.

A partir de 2012, fruto de mais um convênio, agora com a Secretaria da Criança e da Juventude do Estado de Pernambuco, passou a prestar assessoria jurídica aos menores em conflito com a Lei, junto à Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE/ Caruaru/Pernambuco. Como visto, o Projeto de Adoção de Cidadãos Presos teve suas atividades ampliadas, para além da essência deste projeto, ou seja, o trabalho realizado no Tribunal do Júri.

A coordenadora do Projeto, a advogada e docente, Perpétua Dantas⁵ afirma, *verbis*:

O primeiro Júri a gente nunca esquece. Foi de um taxista que havia matado um cunhado por ciúmes. Um crime passionnal. Outros casos chamaram a nossa atenção como o de Plínio que estava preso por haver furtado R\$ 1,00, o caso de Priscila que era conhecido travesti acusado de estupro, onde conseguimos provar sua inocência. O caso de Julião acusado de tentativa de homicídio por ter arremessado um tijolo na cabeça da sogra, foi absolvido por unanimidade, e dois júris que marcaram a nossa história foram os dois últimos julgamentos de Rubens Dengoso, filho do falecido Cabo Dengoso, conhecido em Caruaru. Rubens já tinha ido outras vezes a júri popular e com a defesa sendo realizada pelos alunos do curso de Direito da ASCES e os professores do projeto, o mesmo foi absolvido nas duas vezes. Sua pena por outros crimes já contava mais de oitenta anos.

A coordenadora aduziu também que: “Vamos oferecer assistência de qualidade, enfatizando sempre o lado humano e social”. Nesse sentido, zelar pelos direitos fundamentais torna-se uma obrigação para todos os componentes do projeto. O olhar dos operadores do Direito deve contemplar não apenas aspectos jurídicos, mas sociais e humanísticos. Assim são formados os acadêmicos extensionistas.

Nesse sentido, vale destacar o depoimento da professora Paula Rocha⁶:

⁵Mestra em Ciências Políticas (UFPE). Especialista em Direito Processual Penal. Membro do grupo de pesquisa UFPE/CNPq. Professora de Direito Penal e Criminologia da Faculdade ASCES. Coordenadora do Programa de Adoção de Cidadãos Presos (ASCES). E-mail: perpetuadantas@asc.es.edu.br.

⁶Doutoranda em Desenvolvimento Urbano e Mestre em Economia (UFPE). Advogada Criminalista.

Sou da primeira leva de alunos do então projeto de Adoção de Presos, idealizado por Perpétua Dantas e com o apoio total de Saulo Amazonas. Inicialmente, éramos em pouco número, mas existia um brilho no olhar nos professores que já me dizia que o projeto iria crescer e tomar grandes dimensões. Lembro do dia que o projeto de adoção nasceu para a comunidade acadêmica, em 11 de setembro de 2001, ocasião que tombavam as Torres gêmeas, um dia que marcou a história da humanidade, mas que marcou também a história de Caruaru, porque nascia oficialmente uma grande iniciativa, pioneira no estado de Pernambuco. À época, era muito jovem e estava no primeiro Júri do Projeto, ladeada pelos professores Perpétua Dantas e Saulo Amazonas e pelos amigos, com os quais dividia a bancada de defesa, George Washington de Oliveira e Emanuel Germano. A importância desse dia marcou a minha carreira como criminalista. Em 2003, terminei a graduação, mas continuei como voluntária do projeto, ocasião que a Professora Perpétua me apresentou à então diretora da Penitenciária Juiz Plácido de Souza, Cirlene Rocha, e passei a voluntariar na Penitenciária, às terças e quintas-feiras. Em 2007 passei a integrar o quadro de professores da Faculdade ASCES e, da condição de voluntária, passei à condição de professora de Direito Penal e membro do Projeto de Adoção, onde continuo até hoje. Não consigo expressar a importância que o Projeto representou e representa em minha vida. Antes de qualquer outra coisa, sou extensionista, porque vi na extensão o caminho para servir à sociedade. Acompanhar o crescimento do projeto, a assunção de novos desafios, a chegada de novos colegas, colaboradores e voluntários, o desbravar novos desafios é gratificante. Entretanto, o que mais me contenta é encontrar um ex reeducando reinserido socialmente e apertar a sua mão e me orgulhar de ter participado de sua história de superação.

ta. Membro do ICP - Instituto de Criminologia de Pernambuco. Especialista em Ciências Criminais (ASCES) e Processo Penal (UFPE). E-mail: paularochawanderley@gmail.com.

O depoimento supra traduz a essência e importância do projeto na vida acadêmica, profissional e pessoal do extensionista.

Enquanto bacharelado em Direito, o aluno inserido no projeto possui um conhecimento muito mais amplo, por ter além da teoria, a oportunidade de aplicá-la, bem como o desenvolvimento interpessoal, interação com a sociedade e, conseqüentemente, melhor preparação profissional.

Impende reforçar que diante da diversidade de delitos nos quais a defesa, composta por discentes e docentes, inseridos neste projeto atuam, o objetivo não é somente de absolver o acusado, mas de proporcionar-lhe uma ampla defesa e a plenitude de defesa no Tribunal do Júri, conforme preleciona a Carta Magna.

Como se pode verificar esse projeto atende perfeitamente aos objetivos e requisitos da extensão universitária que visa estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior, com realidades concretas.

Extensão é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. Ocorre por meio de alunos com orientação de docentes em conformidade com o princípio constitucional da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. As atividades extensionistas são obrigatoriamente vinculadas a curso específico. Consequentemente, o Projeto de Extensão corresponde a um conjunto de ações processuais contínuas, educativas, sociais, culturais ou tecnológicas com objetivo específico. Por sua vez, o Programa de Extensão é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão de caráter multidisciplinar e integrado a atividade de pesquisa e de ensino. (PROEXT, Programa de Apoio à Extensão Universitária MEC/SeSu, Edital 2016) .

O projeto, objeto deste artigo, teve início com atuação no Tribunal do Júri e foi ampliando o número de ações, tornando-se um programa de extensão da Faculdade ASCES, uma instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) como instituição comunitária de Educação Superior nos termos da Lei n.º. 12.881/2013.

Mister reforçar que o programa desempenha o papel da defensoria pública, suprimindo a notória carência de defensores públicos no nosso país. Realiza atendimentos jurídicos e júris aos detentos que não possuem condições financeiras para contratar advogado particular nem contam com assistência de defensores públicos, ou seja proporciona o acesso à justiça.

Nesse sentido vale demonstrar alguns resultados obtidos pela pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep), publicada em março de 2013, sobre a defensoria pública no Brasil .

Conforme essa pesquisa a defensoria pública só estava presente em 754 das 2680 comarcas do país, ou seja, faltavam defensores públicos em 72% das comarcas brasileira. O déficit era de 10.578 defensores públicos, pois dos 8.489 cargos criados no país somente 5.054 estavam providos. Ademais, dentro das comarcas atendidas, muitos defensores atendiam outras comarcas de forma itinerante ou extensiva. Nas comarcas com menos de 100 mil habitantes, em geral com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população menor e pessoas mais carentes foi detectado que a ausência de defensores era preponderante.

Ainda foi verificada que a discrepância nos investimentos da justiça demonstraram que a população contava somente com o estado-juiz (11.835 magistrados) e com o estado-acusação (9.963 membros do Ministério Público), porém não contava com o estado-defensor, que é o responsável pela defesa dos interesses jurídicos da grande maioria da população que não dispõem de condições para contratar os serviços de advogado particular.

Tal situação ainda se observa no Brasil e, especialmente, na comarca de Caruaru, que não dispõe de defensores públicos suficientes para a demanda. Problema amenizado, vez que alunos e professores participantes desse programa preenchem essa lacuna nos locais nos quais prestam atendimento.

Portanto, a relevância e magnitude do programa se reflete na sociedade como um todo, transformando vidas e causando impactos sociais, econômicos, culturais, políticos e jurídicos, com atuação humanística. Méritos reconhecidos pelo MEC, que em sua recente avaliação (2015) atribuiu a nota máxima (5,0) ao quesito avaliado extensão universitária quando da visita ao curso de Direito da Faculdade ASCES a esse importante projeto/programa que em 14 de setembro do corrente ano completou 14 anos de atuação.

Este artigo visa discorrer sobre o Programa de Adoção de Cidadãos Presos e sua atuação desde a origem como projeto extensionista e sua transformação em programa de extensão universitária. Aborda temas como penitenciária, defensoria pública e direitos humanos, com ênfase nos objetivos de resgatar a cidadania de detentos, promover a humanização dos futuros operadores do Direito e garantir o acesso à justiça.

METODOLOGIA

Neste artigo foram adotados os procedimentos metodológico, exploratório e descritivo, estruturados a partir de uma pesquisa quali-quantitativa com auxílio dos métodos hipotético-dedutivo e estatístico com intuito de oferecer dados concretos sobre o projeto e sua ampla atuação num corte temporal que vai de 2001 ao início de 2015.

A coleta de dados ocorreu por meio de documentação direta e indireta, com visitas e atendimentos na PJPS e consulta de dados constantes das pastas dos arquivos da unidade prisional, pesquisa bibliográfica: legislação; livros; artigos; jornais; revistas; sites de internet, relatórios e atas dos júris realizados pelos alunos e professores do programa, além de entrevistas realizadas com a coordenadora e a ex-aluna e professora integrante desse programa e, como base teórica, foram utilizadas obras de autores brasileiros e estrangeiros pertinentes ao tema.

Ações

Os alunos deste programa são preparados em encontros semanais com palestras e orientações sobre atuação no Tribunal do Júri no tocante à postura; procedimento; teses defensivas; argumentação jurídica; perícia criminal; medicina legal; atividades lúdicas; júris simulados e experiências. Para tanto, tem-se a participação de profissionais de outras áreas como fonoaudióloga, psicóloga, socióloga, teatrólogo, perito, médico legista que contribuem com seus conhecimentos para a formação integral dos discentes engajados neste programa.

Os professores fazem uma triagem para selecionar os processos em que atuarão em Plenário. Entrevista-se o preso e esses processos são minuciosamente estudados, juntamente com os alunos. Levanta-se a tese defensiva a ser utilizada e em seguida divide-se o que cada um irá abordar em plenário.

Após atendimento e aceitação do detento carente sem assistência profissional, seja de advogado particular ou defensor público, em ser "adotado" pelo projeto, o que ocorre na maioria dos casos, os defensores, acadêmicos de Direito e profissionais vo-

luntários realizarão sua defesa técnica, observando os princípios constitucionais do Direito Penal e as especificidades inerentes ao Tribunal do Júri.

Importante realçar que existem, ainda, as ações sociais voltadas para o detento e sua família. No presídio são realizadas palestras, peças teatrais, campanha de arrecadação de agasalhos, de brinquedos e de material de higiene pessoal, festa e distribuição de brindes arrecadados junto à sociedade, no natal, com participação especial no dia da criança.

Ao completar 10 (dez) anos de atuação, em 11 de setembro de 2011, o Projeto de Adoção Jurídica de Cidadãos Presos foi agraciado pelo Núcleo de Produções Audiovisuais da Faculdade ASCES, que produziu um documentário sobre o projeto, que atualmente, por ter se tornado tão amplo, passou a ser denominado "programa."

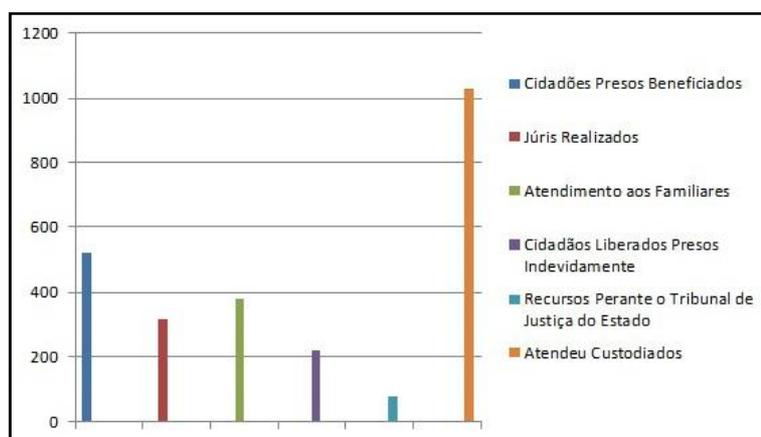


Figura 1. Gráfico dos dados coletados mediante documentário sobre o projeto ao completar 10 anos de existência.

Esse programa, conforme documentário da Faculdade ASCES, em 10 anos, beneficiou mais de 500 cidadãos presos; realizou mais de 300 julgamentos no Plenário do Júri; prestou atendimento a mais de 350 familiares de reeducandos; mediante requerimentos em *Habeas Corpus*; relaxamentos de prisão e revogações de prisão preventivas; já liberou mais de 200 cidadãos indevidamente presos; foram interpostos; aproximadamente, 80 recursos perante o Tribunal de Justiça do Estado; atendeu mais de 1000 custodiados, na Penitenciária e nas Cadeias Públicas no âmbito de sua atuação.

Com o escopo de chamar à atenção da sociedade para o problema carcerário, teve-se mais de 10 julgamentos de personagens históricos e da ficção, a exemplo de Lampião; Maria Bonita; Padre Cícero; Maquiavel; Capitão Nascimento, do filme "Tropa de Elite", dentre outros, apresentados anteriormente.

Além da reprodução do Tribunal de Nuremberg, na Penitenciária, foram proferidas mais de 50 palestras com temas do Direito, cidadania, política, saúde; realizou mais de 20 palestras em Escolas Públicas de Caruaru. Para tanto, o projeto contou com a participação de discentes, professores; voluntários e colaboradores, sempre comprometidos em patrocinar uma educação completa.

Ressalta-se que diversos ex-alunos, participantes deste projeto, atuam na área criminal em várias comarcas de Pernambuco. Tais profissionais se destacam pela com-

petência, visão humanista e experiência adquirida enquanto acadêmico extensionista. Eis, uma consequência natural da identidade e evolução, traduzida pela efetividade do projeto.

Os profissionais diretamente envolvidos com as atividades semanais do projeto são, na grande maioria, ex- alunos atuantes na ASCES como professores, os advogados: Saulo Amazonas; Paula Rocha, no projeto desde o início, enquanto ainda acadêmica; assim como Adrielmo Moura, Daniel Paixão, e Rodrigo Diego; Kézia Milka, professora, ex-delegada de polícia e Fabrício Gomes, secretário.

Os colaboradores são: Zeno Valones, médico legista; Arquimedes Fernandes, Toxicologista e Perito Criminal; Lindair Araújo, psicóloga; Arnaldo Dantas de Barros, Historiador; Ana Maria de Barros, Cientista Política; Inácio Duque, Diretor de Teatro; Cirana Vasconcelos, Fonoaudióloga.

Na condição de voluntários, os ex-alunos e advogados Alisson Braz, Edna Ribeiro, Eduardo Florêncio, Alexandre Galindo, Pricila Moraes, atuantes em todos os âmbitos do programa, especialmente, no Tribunal do Júri. E na coordenação geral, Perpétua Dantas, docente, advogada e idealizadora do projeto, sempre presente nas diversas atividades desenvolvidas.

No tocante aos discentes, o programa oportuniza tal prática àqueles que se identificam com a causa, através de processo seletivo, visto que a qualidade dos serviços oferecidos depende do empenho e interesse dos acadêmicos. Alguns alunos são selecionados no início do curso e permanecem, até mesmo após a conclusão da graduação, como voluntários ou professores.

DESENVOLVIMENTO

O Projeto de Adoção Jurídica de Cidadãos Presos começou a atuar no Tribunal do Júri em setembro de 2001, desde sua criação, com a defesa dos reeducandos da Penitenciária Juiz Plácido de Souza em Caruaru/PE. Tribunal do Júri, instituição que foi criado no Brasil em 18/06/1822, por decreto do Príncipe Regente, sempre mantido por todas as Constituições pátrias que lhe assegura a competência para o julgamento dos delitos dolosos contra a vida.

Vida, cujo direito, o Estado declara, pois esta é anterior ao próprio direito. No entanto, o mesmo Estado estabelece a garantia à ampla defesa aos acusados em geral e a plenitude de defesa no Tribunal do júri, ou seja, uma defesa completa, maior que ampla. Trata-se de uma instituição democrática e célere, onde a defesa possui um papel fundamental no convencimento dos jurados.

Nucci (2008, p. 40) anuncia, *verbis*:

Formalmente, o júri pode ser considerado um direito humano fundamental, consistente na participação do povo nos julgamentos proferidos pelo Poder Judiciário. Em outras palavras, o Tribunal do Júri figura como, praticamente, a única instituição a funcionar com regularidade, permitindo que qualquer cidadão tome parte nos assuntos de um dos Poderes da República.

É perante o Tribunal do Júri – garantia ao devido processo legal – cláusula pétreia, que confere à pessoa comum um status de magistrado, julgando seus pares, onde a defesa é árdua, que alunos e professores atuam para efetivar as garantias constitucionais dos acusados.

A linha defensiva utilizada é o mais próximo da perfeição, respeitadas as limitações humanas. Pois, o Projeto visa atuar com plenitude de defesa, desenvolvendo suas teses diante dos jurados com preparo jurídico e psicológico, além de talento para exercer o poder de convencimento.

Esse Programa concretiza de fato e de direito o termo, “acesso à justiça”, com defesa íntegra, ética e de qualidade técnica e humana, integral e gratuita. Por oportuno, deve-se salientar que o acesso à justiça constitui direito expressamente previsto na Constituição Cidadã que garante assistência jurídica integral e gratuita àqueles que comprovarem não possuir recursos:

A assistência gratuita inclui orientação e defesa jurídica, divulgação de informações sobre direitos e deveres, prevenção da violência e patrocínio de causas perante o Poder Judiciário (desde o juiz de primeiro grau até as instâncias superiores, inclusive o Supremo Tribunal Federal). Com a assistência jurídica gratuita, o indivíduo conhece um pouco mais sobre seus direitos e deveres e tem acesso à Justiça para exercer sua cidadania. (BRASIL, 2015, Acesso à Justiça).

Não se pode olvidar que a assistência gratuita promovida pelo Estado, como visto anteriormente, cabe à Defensoria Pública por meio de defensores públicos entretanto, várias comarcas brasileiras não dispõem de defensores ou não atendem à demanda. Dessa forma, o Programa supre essa carência, com a promoção do acesso à justiça aos cidadãos presos.

Por outro lado, a atuação no Programa, especialmente, no Tribunal do Júri possibilita ao estudante de Direito o desenvolvimento de competências essenciais para sua formação acadêmica e pessoal. Desenvolve argumentação, retórica, postura, dentre tantas outras habilidades inerentes a atividade jurídica.



Figura 2. reportagem anunciando o início do Projeto.

Tendo em vista a importância de sanar, ou pelo menos amenizar os problemas de superpopulação da Penitenciária Juiz Plácido de Souza, é crescente a preocupação em se estabelecer grupos de alunos para analisarem processos de detentos que extrapolam o tempo de cumprimento de pena em regime fechado, requerer a remição, a progressão de regime, o *Habeas Corpus*, dentre outros.

Essa análise se estende aos processos de presidiários que já se encontram em fase de julgamento pelo Tribunal do Júri, entretanto não possuem advogado constituído e inexistente disponibilidade de defensores públicos para realizarem a defesa.

A aludida defesa ocorre no âmbito processual com elaboração de peças liberatórias e atuação no Tribunal do Júri, embasada nas provas dos autos, na doutrina e jurisprudência pátria. Tais atividades possibilitam aos discentes uma aplicação dos conhecimentos teóricos em benefício dos cidadãos presos, que inúmeras vezes deixam de ir a júri por ausência de defensor.

O objetivo não é somente absolver o acusado, como dito anteriormente, a depender do processo requerer-se-á a desclassificação de um homicídio qualificado para

homicídio simples, tentativa de homicídio para lesão corporal, ou a retirada das qualificadoras levando-o a uma redução de pena, dentre outras estratégias de defesa

Destarte, não visa absolver o acusado, mas a defesa plena, com compromisso, responsabilidade e empenho, até porque muitos acusados possuem antecedentes criminais, bem como as provas constantes nos autos, seu próprio interrogatório, que podem inviabilizar absolvição.

Entretanto, qualquer que seja a situação constante dos autos, os acusados são tratados com respeito à dignidade da pessoa humana possibilitada por uma defesa ampla, técnica e humanística. Isso transforma estudantes de Direito em futuros advogados conscientes de seu papel na sociedade, comprometidos com a causa de forma técnica e humanística.



Figura 3. Professores e alunos visitam a Penitenciária.

A humanização de futuros operadores do Direito terá reflexo nas suas práticas enquanto profissionais, a exemplo de ícones de destaque no judiciário brasileiro como a Ex-Ministra do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) Fátima Nancy Andrichi, que em uma de suas palestras, com visão humanista aduziu, *verbis*:

A complexidade do processo da senda evolucionar exige medida que deve ser entendida com a harmonização de todos os campos da vivência em sociedade. [...]

[...] Podemos dar impulso a uma verdadeira reengenharia nos modelos que até hoje utilizamos, com o objetivo de modernizar a máquina administrativa do Poder Judiciário, oferecendo aos nossos irmãos uma justiça mais humanizada⁸.

O Direito não pode ser apenas aplicação das normas e letras frias da lei no caso concreto, ou seja, meramente legal-formal pois, ainda que sejam técnicos os operadores do direito podem e devem ser humanos.

Para a desembargadora Sueli Pini, primeira mulher presidente do Tribunal de Justiça do Amapá (TJ AP) (2014), "o cidadão merece tratamento melhor no atendimento judiciário". Na ocasião defendia a "humanização da Justiça", tendo como sua

⁸Em palestra proferida na Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro - Niterói, 29 de agosto de 2004 - Juizados Especiais de Família e o Espiritismo.

proposta principal de gestão prevista para iniciar em março de 2015. Ela ainda reforçou:

A grande queixa do cidadão não é só aos atrasos de processos judiciais. Ele também reclama que não é escutado, com sensação de ter entrado mudo e saído calado dos fóruns. A coisa mais grave é o cidadão sair do tribunal, com o judiciário de costas para ele. Devemos humanizar a Justiça. As pessoas não podem sofrer a carga de estresse dos processos. (PINI, 2015).

Felizmente a humanização e o acesso à justiça são temas bastante discutidos na atualidade dando a esperança da possibilidade de que um dia, quem sabe, a justiça possa ser para todos e que cada pessoa seja tratada de forma humanizada, como detentora de direitos, pelo simples fato de "ser humano".

Nessa esteira, vale rememorar a história da criação dos direitos humanos, valores garantidos por diversos instrumentos nacionais e internacionais, que buscam a universalidade desses direitos.

Em relação ao alcance universal dos direitos humanos, o princípio da dignidade humana, como princípio essencial da Constituição Federal de 1988, "por si só, sustenta a concepção de que os direitos humanos decorrem da dignidade inerente a toda e qualquer pessoa, sem qualquer discriminação" (PIOVESAN, 2012, p. 407). A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, já possui a adesão de quase todos os Estados do planeta, mas muitos desses direitos são ainda violados, principalmente nas penitenciárias brasileiras, conforme alusão supra.

Da mesma forma, os fluxos de convenções e conferências internacionais contra a escravidão, o genocídio, o racismo, uso de tortura, proteção às mulheres, crianças e minorias demonstram que os direitos humanos não são devidamente respeitados. Apesar de ser bastante abordado, percebe-se que a teoria se desenvolve mais rápida que a prática (BOBBIO, 2004, p. 33).

Espera-se que com o Programa de Adoção de Cidadãos Presos, com base nos direitos humanos, possa contribuir para que os estudantes extensionistas modifiquem essa realidade senão de todos, pelo menos para aqueles que por eles forem atendidos enquanto operadores do direito, a exemplo de Rubem Dengo.



Figura 4. Reportagem de importante júri realizado por integrantes do Projeto.

Rubem Severino dos Santos, "Dengoso", foi um dos inúmeros adotados pelo projeto que teve julgamento realizado pelo Tribunal do Júri de Caruaru. Participaram da bancada de defesa, a advogada e coordenadora do projeto, Perpétua Dantas, o advogado Saulo Gomes Amazonas e dois discentes, Mário Flávio Correia e José Carlos Ferreira.

Vale ressaltar que os defensores buscam exaustivamente elementos comprobatórios, seja análise de laudos periciais, depoimentos de testemunhas em plenário, provas documentais ou não, que possam promover a justiça nos julgamentos, demonstrando o empenho e seriedade com que realizam seu *mister*. Rubem foi absolvido pelo Conselho de Sentença, pois a defesa comprovou, mediante laudo, que na data do homicídio, ele se encontrava internado em hospital da cidade.

Assim como Rubem, muitas pessoas são acusadas em processos, apesar de inocentes. No entanto, nem todos possuem provas concretas que demonstrem não ter praticado o delito do qual são imputados. Dessa maneira, diversos cidadãos foram e, ainda são condenados injustamente, a exemplo de um dos maiores casos de injustiça da história nacional, os irmãos Naves, em 1937.

Desde então várias outras situações de cidadãos condenados injustamente são noticiados e o Estado condenado ao pagamento de indenizações como se observa: "**Estado é condenado a indenizar homem preso injustamente em MG**. Porteiro foi preso e condenado por estupro na década de 90. Depois de anos, ele foi inocentado e deve receber R\$ 2 milhões"⁹. O porteiro Paulo Antônio Silva foi acusado e condenado a 30 anos de prisão por estuprar duas crianças na década de 90 na capital mineira, em revisão criminal, após anos foi inocentado, enquanto fora preso o verdadeiro culpado. Contudo, nem todos tem o mesmo final.

Os componentes desse Programa se deparam com situações semelhantes, seja inocentes condenados injustamente, ou presos indevidamente. Mas, também promovem alguns eventos relacionados às atividades sociais, bem como atuação direta de alunos e professores, que desenvolvem seu trabalho com satisfação e compromisso institucional e pessoal por atenderem seres humanos marginalizados e esquecidos.

Hoje, o Programa beneficia diretamente cidadãos presos desprovidos de assistência jurídica, da Penitenciária Juiz Plácido de Souza, em Caruaru, das Cadeias Públicas submetidas à Gerência Regional Prisional - GRPI e aos menores em conflito com a lei da Fundação de Atendimento Socioeducacional - FUNASE.

Importante lembrar que além do atendimento direto ao preso, são realizadas palestras, debates com toda a comunidade carcerária e são prestadas informações à família do reeducando sobre a condição processual do "adotado". O acolhimento ao custodiado e à sua família contribui para o processo de recuperação e readaptação na vida em sociedade, bem como ameniza a violação e degradação sofrida na prisão.

⁹Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/07/estado-e-condenado-indenizar-homem-preso-injustamente-em-mg.html>>. Acesso em: 16 set. 2015.



Figura 5. Premiação do Projeto pelo Jornal Extra Caruaru/PE- categoria: Contribuição Institucional.

Nesses quatorze anos de existência o Projeto recebeu premiações importantes. Em 2004, foi agraciado com a "Comenda do Mérito Penitenciário" concedida pela Secretaria e Defesa Social/PE, pelos relevantes trabalhos prestados no sistema carcerário. Já o Troféu "Mestre Vitalino", foi concedido pelo Jornal Extra/PE, na categoria, "Contribuição Institucional". Foi também premiado no 5º. Prêmio Top Socioambiental da RH/ADVS/PE na categoria sociocultural. Com a proposta de "adotar um presidiário" o projeto tem como objetivo analisar o caso, entender a problemática e promover a justiça, ou seja, levá-lo, pelo menos a julgamento, bem como promover sua defesa perante o Tribunal do Júri. Esse programa há dois anos atende também as cadeias públicas de 13 municípios do Agreste Pernambucano.



Figura 6. Projeto recebeu prêmio Top Social - categoria sociocultural.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos com o programa demonstram a importância de um instrumento interativo entre os acadêmicos e a comunidade. A troca de experiências e aprendizagem contribui para o resgate da cidadania dos reeducandos dos presídios, dos acusados segregados nas cadeias públicas e dos adolescentes em conflito com a lei, além de efetivar o princípio maior da Constituição Federal - a dignidade da pessoa humana.

Portanto, os objetivos são alcançados, vez que o detento tem um tratamento humanizado, com pessoas que assumem a sua defesa técnica gratuitamente, com qualidade, levando-os a ter esperança na recuperação e, conseqüentemente, na ressocialização.

Por outra banda, o acadêmico do Curso de Direito tem a oportunidade de vivenciar, na prática, os conhecimentos teóricos adquiridos na academia, com meios e condições adequadas, suficientes para transformarem vidas de pessoas marginalizadas, segregadas da sociedade, levando-os a reconhecer a condição de cidadania dos apripriados e, geralmente, tornam-se grandes advogados criminalistas humanizados.

Em razão da crescente demanda carcerária desassistida por defensor público ou advogado, necessário se faz um estudo mais aprofundado do assunto, bem como a multiplicação da ideia e iniciativa de outras instituições educacionais para implantação de projeto semelhante que proporcione o acesso à justiça.

Assim, espera-se que outras instituições busquem ultrapassar os muros da universidade para contribuir com o crescimento profissional e pessoal dos discentes na busca incessante de aplicar seus conhecimentos para transformação da sociedade. A temática não será aqui esgotada, mas quiçá possa servir como incentivo para novas análises.

REFERÊNCIAS

ADVBPE – Associação dos Dirigentes de Vendas e marketing do Brasil – Descrição dos Trabalhos – Sociocultural. Associação Caruaruense de Ensino Superior – Adoção Jurídica de Cidadãos Presos – Presos a um ideal social e humanitário. **Revista Mercado**, p. 74-75, julho de 2012,

ANDRIGHI, Fátima Nancy. Ex-Ministra do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). **Juízados Especiais de Família e o Espiritismo**. Em palestra proferida na Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro - Niterói, 29 de agosto de 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ASCES – Associação Caruaruense de Ensino Superior. Comunidade recebe assistência jurídica. **Revista em Foco**, ano III, n. 9, p. 4-5, jan.-mar. 2007.

_____. **Sistema Carcerário. A Faculdade ASCES, através do Projeto de Adoção Jurídica de Cidadãos Presos, leva assistência gratuita e cidadania às penitenciárias e cadeias do Agreste de Pernambuco**. Ano VI, n.º. 21. Revista trimestral, jul.-set. 2010, p. 8.

_____. Documentário – Projeto Adoção Jurídica de Cidadãos Presos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/results?search=projeto+de+adoção+jurídica+de+cidadãos+presos+asces>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Relatórios de Extensão. **Projeto de Adoção de Cidadãos Presos**. 2.º. sem. de 2012 ao 1.º sem. de 2014.

BARROS FILHO, Armando Dantas de. **Educação física e direitos humanos em prisões**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 2014.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. São Paulo: Campus, 2004.

BRASIL. **Atas de Júris realizados pelo Projeto de Adoção Jurídica de Cidadãos Presos**. Vara do Tribunal do Júri de Caruaru/PE, 2014.

_____. Boletim informativo da OAB Subseção Caruaru/PE. Adoção de Presos. SCES lança projeto inédito na região. **Voz do Advogado**, p. 5, set.-out. 2001.

_____. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. **A Defensoria Pública no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), publicada em março de 2013. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. Acadêmicos de Caruaru visitam colônia penal feminina. **Jornal Cidade**, Garanhuns/Pe, 04 out. 2004.

_____. Faculdade de Direito adota presos, da Plácido de Sousa. **Jornal Vanguarda**., Caruaru, 15 a 21 set. 2001.

_____. Adoção Jurídica - Projeto celebra 12 anos de existência. **Jornal Vanguarda**, Cidade 2, Caruaru, 21 a 27 set. 2013.

_____. Portal. **Acesso à Justiça**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/acesso-a-justica#acontent>>. Acesso em: 15 set. 2015.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1988.

LAGOS, Jotta. “Grande Projeto”. **Jornal Extra de Pernambuco**, Em Sociedade, Caruaru, 15 a 21 out. 2011.

LIMA, Paulo Marco Ferreira. **Violência contra a mulher: o homicídio privilegiado e a violência doméstica**. São Paulo: Atlas, 2009.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal: Parte Geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. **Tribunal do Júri**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PINI, Sueli. Desembargadora, primeira mulher presidente do Tribunal de Justiça do Amapá (TJ AP) (2014). Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/12/primeira-mulher-presidente-do-tjap-propoe-humanizacao-da-justica.html>>. Acesso em: 15 set. 2015.

PIOVESAN, Flávia; IKAWA, Daniela (Coords.) **Direitos Humanos**. Fundamento, proteção e implementação. Curitiba: Juruá, 2010.

PROEXT, **Programa de Apoio à Extensão Universitária MEC/SeSu**, Edital 2016.

ROLIM, Marcos. **O labirinto, o minotauro e o fio de Ariadne**. Os encarcerados e a cidadania, além do mito. Disponível em: <<http://www.rolim.com.br/dhnovo992.htm>>. Acesso: 14 ago. 2015.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

RIBEIRO, Maria Edna Alves; JORDÃO, Maria Perpétua do Socorro Dantas; MELO, Arquimedes Fernandes Monteiro de; WANDERLEY, Paula Isabel Bezerra Rocha. Programa de Extensão Adoção Jurídica de Cidadãos Presos: quatorze anos de cidadania, humanização e acesso à justiça **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 62-81, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 18 mar. 2015.

Aprovado em: 20 jun. 2015.

A Nova ATER e a formação de redes locais de entidades da agricultura familiar para desenvolver extensão rural agroecológica no estado do Paraná, Brasil

Olivo Dambrós¹
Francisco Roberto Caporal²
Mamen Cuéllar Padilla³

¹Engenheiro Agrônomo, Licenciado em Ciências Agrárias; Especialista Desenvolvimento Sustentável; Mestre em Agroecologia (UNIAES); Doutorando em Agroecologia (UCOES); Membro fundador e ex-presidente da Unicafes Paraná; Dirigente da Cooperativa Iguazu de Prestação de Serviços – Cooperiguaçu/CENATER – UNICAFES – PR. E-mail: olivodambros@yahoo.com.br.

²Doutor em Agroecologia pela Universidad de Córdoba – Espanha. Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: caporal-fr@gmail.com.

³Doutora em Agroecologia pela Universidad de Córdoba – Espanha. Forma parte del equipo del Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC) de la Universidad de Córdoba. Ha profundizado en procesos de “ciencia con la gente”,

RESUMO

O estudo é um recorte de Tesis Doutoral em Agroecologia pela Universidade de Córdoba, Espanha, que realizou pesquisa semi estruturada com 63 representantes da agricultura familiar: agricultores, organizações sociais e instituições que atuam de forma direta junto à agricultura familiar/camponesa localizadas nos municípios de Coronel Vivida e de Rio Branco do Sul, dos territórios Rurais do Sudoeste e Vale da Ribeira no Estado do Paraná, Brasil. Identifica conselheiros gestores, dirigentes e lideranças rurais, profissionais e agricultores, considerando a existência de orientações formalizadas sobre Agroecologia e compreensão dessa temática nas organizações participantes desse estudo e analisa a formação de redes locais da agricultura familiar/camponesa e o apoio destas no desenvolvimento da Extensão Rural Agroecológica junto a essa agricultura no Estado do Paraná, Brasil. Conclui que essa política pública não estimula a articulação e formação de redes locais das entidades/instituições da agricultura familiar para a Extensão Rural com enfoque agroecológico previsto na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Palavras-chave: Agroecologia; Extensão Rural; Redes locais; Agricultura familiar.

New ATER and the training of local associations networks of family farming to develop agroecological rural extension in Parana state, Brazil

ABSTRACT

This study is part of Tesis Doctoral in Agroecology from the University of Cordoba, Spain, which held semi structured research with 63 representatives of family agriculture: farmers, social organizations and institutions working directly with the family the municipalities of Coronel Vivida and Rio Branco do Sul, Rural Southwest territories and valley of the Ribeira

Paraná State, Brazil. Identifies leaders, professionals and farmers, considering the existence of formalized guidelines on Agroecology and the understanding of the subject in participating organizations that study and analyze the formation of local networks of family farming/peasant and the support of those in the development of Rural Extension Agroecological next to that agriculture in the state of Paraná, Brazil. Concludes that public policy does not stimulate the articulation and training local

networks of entities / institutions of family and peasant agriculture for y Rural Extension established in the relevant National Policy.

Keywords: Agroecology; Rural Extension; Local networks; Family farming.

INTRODUÇÃO

O modelo de Extensão Rural no Brasil seguiu os padrões institucionalizados para a agricultura marcados pelo embate ideológico entre diferentes setores e classes sociais do campo. Nasce na era Vargas (1940 a 1955) quando o campo vive o embate entre *camponeses e latifundiários*, passa pela época da ditadura militar (1964 a 1985), no confronto entre a *pequena e a grande propriedade* até a redemocratização do estado (década de 1990 em diante) em que essa luta de classes do campo é demarcada pelo embate ideológico entre a *agricultura familiar e o agronegócio*. É nesse campo diverso e mutante que essa política pública exerce sua influência na transformação dos hábitos e costumes da população rural (grifou-se).

Com hegemonia sobre outras formas alternativas de Extensão Rural, o modelo convencional consegue ajustar-se às diferentes conjunturas do campo, e consolidar-se na América Latina e especialmente no Brasil. Dentre várias etapas vividas pela Extensão Rural aquela que contribui de forma mais direta para a contextualização do problema desta investigação acontece mais fortemente no Brasil entre os anos de 1980 a 2000, denominada de “etapa da contestação do modelo convencional” (SÁNCHEZ DE PUERTA, 1990).

Nesse período de contestação ao modelo convencional, observadores críticos e o próprio Banco Mundial reconhecem que os supostos benefícios da Revolução Verde não estavam chegando aos pequenos agricultores dos países do "Terceiro Mundo" e que o pacote tecnológico estava aumentando, em vez de diminuir, as desigualdades socioeconômicas das populações rurais e, além disso, provocando significativos impactos ambientais negativos (FONSECA, 1985).

As críticas contundentes de autores latinos como Ramakrishna, em 1984, na Venezuela; Engel, em 1997, no Chile, Delgado, em 2004, na Bolívia; em Paulo Freire no Brasil, somadas ao recrudescimento do movimento ambientalista, provocaram o ressurgimento do movimento da agricultura alternativa e um questionamento forte ao modelo convencional. Dessa forma, apesar da prevalência do modelo de desenvolvimento estruturado aos moldes da Revolução Verde, muitas alternativas foram sendo construídas e dando corpo à construção de uma nova proposta de Extensão Rural orientada para a construção do “desenvolvimento rural sustentável”.

Questões como a preservação ambiental, a reforma agrária, a segurança alimentar, o combate à pobreza e a geração de empregos foram sendo reivindicadas, refletindo o anseio do campo para a construção de outra proposta de Extensão Rural, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). E foi nessa disputa ideológica do rural brasileiro que se chegou à “Nova ATER”.

experiencias de autogestión en torno a necesidades básicas, y específicamente en lo que se denominan Sistemas Participativos de Garantía y Sistemas Agroalimentarios localizados. E-mail: ma2cupam@uco.es.

A Nova ATER, portanto, não é uma construção isolada e nem tampouco obra prima de poucos. Ela começa a ser construída a partir da reflexão crítica idealizada por Paulo Freire e vários outros pensadores, pela efervescência dos movimentos populares, pela participação de muitos profissionais críticos que atuavam por dentro do Estado, e também pelo compromisso de um governo eleito com o apoio destas forças populares. Esta luta fez brotar a nova proposta que tinha entre as suas principais bagagens a esperança de uma política pública que promovesse a interação Estado e sociedade civil na luta por mais equidade social e respeito com os recursos naturais, entre tantos outros.

Há que se destacar que a Nova ATER, em sua fase inicial, não implicou, necessariamente, na centralização no plano federal. Os sistemas públicos estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) continuaram a manter um considerável grau de autonomia e descentralização. Inclusive passaram a contar com mais recursos para infraestrutura e logística. Essa proposta de descentralização descrita na versão final do texto publicado, em maio de 2004, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a Secretaria de Agricultura familiar (SAF) e o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) refere-se ao processo da seguinte forma:

A nova Ater deverá organizar-se através de um Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública, do qual participem entidades estatais e não estatais que tenham interesse e protagonismo no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER/MDA, 2004, p. 5).

A proposta da descentralização também está contemplada na diretriz da nova Política Nacional de ATER explicitada como forma de:

[...] viabilizar serviços de Ater que promovam parcerias entre instituições federais, estaduais, municipais, organizações não-governamentais e organizações de agricultores familiares e demais públicos anteriormente citados, estimulando a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, territorial e/ou regional, assim como a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional (DATER/MDA, 2004, p. 8).

Nessa perspectiva da descentralização surgem as Redes de ATER articuladas por segmento representativo das populações e atores do campo e também por temas geradores. De 2004 a 2008, doze (doze) redes contemplavam mais de 100 (cem) organizações não governamentais e 27 (vinte e sete) organizações governamentais com muitos encontros, debates e construção coletiva que contribuíam na crítica e nas sugestões dos encaminhamentos do MDA/DATER (CAPORAL, 2009).

Entretanto, essa construção social carregada de esperança de uma política pública que promovesse a articulação do Estado e da sociedade civil para o enfrentamento do modelo agroquímico e de suas políticas convencionais, não consegue atingir os objetivos para os quais foi construída. O processo de descentralização da Extensão Rural Pública não se consolida e os arranjos legais que dariam a possibilidade de articula-

ção entre as esferas de governo central, estadual e municipal e destes com a sociedade civil não se consolidaram. Assim, os conteúdos pensados pelo viés da Agroecologia e os métodos descritos nos seus princípios que garantiriam maior participação no planejamento e na operacionalização das ações não se viabilizaram.

É no contexto dessa política pública, desde sua origem até os dias atuais, considerando as etapas do modelo convencional, a construção social, nas esperanças e na materialização da Nova ATER, desde seu surgimento até os dias atuais, que se localiza o problema de investigação.

Trata-se, este trabalho, do recorte de uma obra maior, criteriosa e exaustiva, elaborada para a Tesis Doutoral em Agroecologia da Universidade de Córdoba, Espanha, com realização de pesquisas, investigação e análise de 2008 a 2013, em 18 comunidades rurais localizadas nos Municípios de Coronel Vivida, território da região Sudoeste, e de Rio Branco do Sul, no território da Cidadania do Vale da Ribeira, no Estado do Paraná, Brasil.

Dentro destes territórios o estudo se concentrou em um conjunto de sendo o foco principal de análise o desenvolvimento da Extensão Rural Agroecológica através de organizações da Agricultura familiar e camponesa que atuam nestes locais

O debate proposto nessa investigação tem como foco principal a realidade local e sua importância na construção das demandas e implementação das políticas públicas e por isso considera relevante a afirmação descrita por Silva:

[...] é na participação das populações locais que reside uma das questões fundamentais das políticas públicas no Brasil. Essa questão é geralmente negligenciada nos diagnósticos governamentais [...]. É preciso [...] reconhecer que, depois de séculos de regimes autoritários, nem a sociedade, nem os governos federal, estadual e municipal estão acostumados à ‘prática da concertação’, ou seja, de processos participativos que tenham por objetivo formar consensos – condição necessária (mas não suficiente) para que as políticas públicas sejam bem sucedidas. [...] ‘É justamente nesse processo de participação que reside a nosso juízo, a alternativa que nos parece mais interessante do ponto de vista de se ampliar a democratização da gestão pública, ou seja, ações político-institucionais que permitam a renovação do processo decisório, de forma a combinar mecanismos tradicionais da democracia representativa com novas formas de participação direta’ (SILVA, 2001, p. 25; 37).

Diante desse contexto, conforme descreve Silva (2001), o grande desafio que se apresenta é desenvolver uma Extensão Rural em rede, orientada pelos princípios da Agroecologia e que inclua as famílias rurais mais empobrecidas nos processos de desenvolvimento. Ou ainda, construir uma proposta de Extensão Rural com participação efetiva dos atores locais e com ações de planejamento e execução articulados junto aos territórios, municípios e nas comunidades rurais. É essa construção proposta ainda lá atrás por muitos atores sociais que estará sendo analisada nesta investigação.

A mesma política pública que orientou pela derrubada das matas, pelo consumo de venenos e sementes híbridas, pela importação de agroquímicos conseguirá, a partir dessa nova proposta, promover a reconstrução dos agroecossistemas, a transição agroecológica e proporcionar o empoderamento das famílias, das comunidades e das organizações do campo? Essa era uma das várias questões que se fazia durante os debates para a implantação da Nova ATER.

É nessa perspectiva, de compreender as respostas dadas a estas e tantas outras expectativas, que se localiza o problema central a ser investigado por este estudo. Consiste, portanto, em analisar se a Nova ATER, construída pela força popular durante anos e normatizada pela Política Nacional de ATER em 2004, tem provocado mudanças no modelo convencional em direção da Extensão Rural Agroecológica.

Muitas das ações foram previstas na política pública de ATER, entretanto, dez anos depois, praticamente as mesmas perguntas se repetem: a Extensão Rural pública surgida em 2003, coordenada pela Pnater, terá sido um instrumento em favor da construção destas mudanças? A construção das demandas construídas por entidades e instituições que vivem localmente e que conhecem a trajetória das famílias, comunidades, assentamentos rurais e das próprias organizações foram levadas em conta no planejamento das ações dessa política pública? O planejamento participativo, promovido pelas organizações locais orientou as ações de ATER? Contribuiu para aproximar a Extensão Rural dos camponeses, indígenas e agricultores familiares? Até que ponto esta política pública tem apoiado a construção de estilos de agricultura mais sustentáveis junto com os agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária.

A partir destas questões foram levantadas algumas variáveis que permitem uma análise mais apurada sobre o problema dessa investigação. Estão relacionadas a quatro pontos centrais: a) O apoio da Pnater para desenvolver a Extensão Agroecológica através de redes locais; b) A capacitação de profissionais oficiais e de organizações não governamentais para desenvolver essa nova Extensão; c) A articulação da pesquisa oficial para construir e socializar conhecimentos agroecológicos aos profissionais, entidades e agricultores; e, d) Alocação de recursos em volume, continuidade e formas para o desenvolvimento dessa política pública.

Recorta-se da Tesis Doutoral em Agroecologia o objetivo de analisar em que medida a Extensão Rural Agroecológica, preconizada pela política nacional de ATER – Pnater, regulamentada através da Lei nº. 12.188/2010, tem provocado mudanças estruturais no modelo convencional de Extensão Rural desenvolvida junto às organizações da Agricultura Familiar e Camponesa que atuam em nível local (municípios e territórios) do Estado do Paraná.

Para responder esse objetivo foi necessário entre outras ações, identificar lideranças, profissionais e agricultores, considerando a existência de orientações formalizadas sobre Agroecologia pelas organizações sociais do campo participantes desse estudo. Assim como: a) o nível de compreensão das mesmas sobre Agroecologia; b) a adoção de práticas ecológicas em seus sistemas de produção; c) a compreensão e adoção de metodologias participativas; d) inserção das entidades locais com a sua base (famílias, grupos e comunidades); e) a autonomia da entidade/instituição; f) a participação das

lideranças e entidades/instituições em outros espaços de representação e nas conferências e demais eventos de construção da ATER; g) a participação das mulheres e jovens nas organizações, inclusive nas direções; h) a participação dos indígenas, quilombolas, e outras etnias minoritárias, inclusive nas direções; e i) a exigência de conhecimentos sobre Agroecologia dos profissionais por ocasião de sua contratação na entidade/instituição.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi utilizada a metodologia qualitativa em ciências sociais, que contou com o uso de ferramentas como análise de documentos, observação participante, entrevistas semiestruturadas e revisão bibliográfica.

A investigação contemplou estudos de um conjunto de nove “experiências de ATER em rede”, desenvolvidas desde 2003 no Estado do Paraná, com foco nos dois territórios com maior número destas experiências, os Municípios de Coronel Vivida e de Rio Branco do Sul, localizados na região Sudoeste ao território da Cidadania do Vale da Ribeira, Estado do Paraná, Brasil.

Dentro destes territórios o estudo se concentrou em um conjunto de 18 comunidades rurais, sendo o foco principal de análise o desenvolvimento da Extensão Rural Agroecológica através de organizações da Agricultura familiar e camponesa que atuam nestes locais delimitados.

O estudo foi realizado através de entrevista semi estruturada complementada com grupos de discussão junto aos municípios selecionados. Em relação à entrevista semi estruturada, o número de entrevistados totalizou 63 (sessenta e três) representantes de entidades, instituições e outras organizações que possuem relações com a agricultura familiar/camponesa no âmbito das comunidades rurais, nos municípios e territórios investigados (Quadro 1). As entrevistas foram organizadas a partir dos objetivos propostos oportunizando que todos os públicos se manifestassem sobre todos os objetivos.

Público participante	Território que representa	Institucionalidade	Quantidade	Total
Conselheiros Gestores dos Territórios	Vale Ribeira	Governamentais	02	12
		Sociedade civil	02	
	Sudoeste	Governamentais	04	
		Sociedade civil	04	
Dirigentes locais de entidades representativas da agricultura familiar e camponesa	Vale Ribeira	Sociedade civil	05	12
	Sudoeste	Sociedade civil	07	
Profissionais que prestam serviços de ATER Pública	Vale Ribeira	Governamentais	04	18
		Sociedade civil	05	
	Sudoeste	Governamentais	05	
		Sociedade civil	04	
Agricultores familiares dirigentes comunitários	Vale Ribeira	Sociedade civil	12	18
	Sudoeste		06	
Agricultores orgânicos	Vale Ribeira	Sociedade civil	01	02
	Sudoeste		01	
Agricultor ex-orgânico	Sudoeste	Sociedade civil	01	01
TOTAL			63 participantes da entrevista	

Quadro 1. Público participante na pesquisa. Fonte: Olivo Dambros, 2014.

O público considerado como participantes diretos nesse estudo consiste em lideranças representativas de entidades/instituições ligadas à agricultura familiar e agricultores familiares com importância significativa para a investigação. Os dados sistematizados foram colhidos durante os anos de 2012 e 2013.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente buscou se compreender o nível de compreensão das entidades sobre Agroecologia, ou seja, sobre a definição conceitual do termo. Algumas destas respostas estão listadas a seguir:

'Agroecologia é um processo de produção sem utilização de agrotóxicos e insumos industriais, utilizando produtos naturais ou biológicos', AG, 45 anos.

'Agroecologia é uma forma de produzir e viver em harmonia com a natureza e preservar o ecossistema através da produção sustentável', AS, 61 Anos.

Além destas respostas de cunho mais técnico, foram registradas algumas definições que envolvem aspectos sociais e políticos, como:

'Agroecologia é uma ideologia política que defende a produção de alimentos livres de agentes hegemônicos capitalistas', DD, 40 anos.

'A Agroecologia é um processo em que respeitamos o potencial da realidade local, considerando o que a natureza tem de melhor para nos oferecer. Agroecologia é, acima de tudo, um trabalho de observação em que precisamos ver as respostas de cada ambiente, respeitando o seu potencial e seus limites. É, acima de tudo, vida saudável e respeito à natureza e se não a única, a mais viável rumo à sustentabilidade da agricultura familiar' NE, 57anos.

'Agroecologia é uma ciência que busca a forma mais equilibrada de utilização dos recursos existentes para a produção e para o bem estas dos agricultores e dos consumidores', NK, 46 anos.

'Agroecologia é um conjunto de condutas sociais ligadas ao processo de sustentabilidade em nível mais amplo que vai do econômico, sócio cultural e ambiental', LS, 38 anos.

Embora 67% das entidades consideram que o tema é tratado com pouca importância no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR); 25% consideram o tema tratado com importância média; e, apenas 08% consideram que o tema da Agroecologia é tratado com grande importância, as conceituações explicitadas acima

trazem elementos de análise interessantes muito próximos a definições já descritas por autores conceituados como Caporal entre outros..

Sobre a caracterização das entidades em relação à existência de orientações formalizadas sobre Agroecologia, a conclusão é de que metade das entidades prestadoras de investigadas declarou ter em seus estatutos, regimentos ou outros documentos próprios, menções sobre Agroecologia. Nas demais, aproximadamente 30% das entidades declarou não ter nenhuma referência e as restantes não souberam responder se havia ou não algo escrito sobre Agroecologia.

Investigando acerca da adoção de práticas ecológicas em seus sistemas de produção, delimitado ao autoconsumo alimentar, os resultados obtidos pela pesquisa sobre as práticas agrícolas empregadas pelos dirigentes locais das entidades representativas da Agricultura Familiar foram completamente diferentes em relação às técnicas empregadas para a produção comercializada. Pelo Gráfico 1, a seguir, percebe-se que apenas 18% dos entrevistados declararam utilizar-se de práticas convencionais, como principais, na produção agrícola para o autoconsumo, enquanto 82% declaram utilizar-se de práticas alternativas.

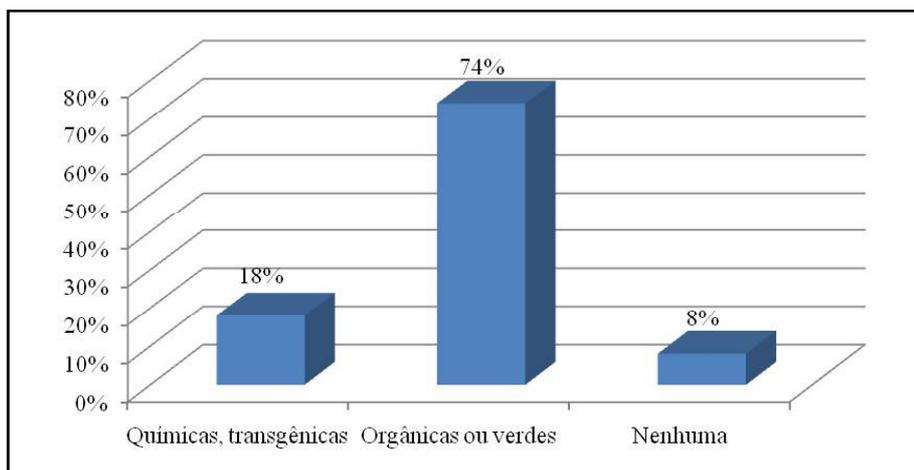


Gráfico 1. Práticas agrícolas utilizadas na produção agrícola para o autoconsumo familiar pelos dirigentes das entidades da Agricultura familiar. Fonte: Olivo Dambros, 2014.

Na produção comercializada o resultado da investigação com esse mesmo público foi completamente ao contrário do autoconsumo. Apenas 20% afirmaram utilizar-se, preferencialmente, de práticas ecológicas e 80% desenvolvem a maior parte das suas atividades através de técnicas convencionais, baseadas nas sementes transgênicas, adubos químicos e utilização de agrotóxicos.

Ainda, sobre o autoconsumo, perguntou-se sobre a origem dos alimentos consumidos pela família. Conforme Gráfico 2, a seguir, verifica-se que dos alimentos consumidos pela família, 08% são provenientes de trocas com vizinhos, 40% são adquiridos nos supermercados da cidade e 52% são produzidos na própria Unidade familiar.

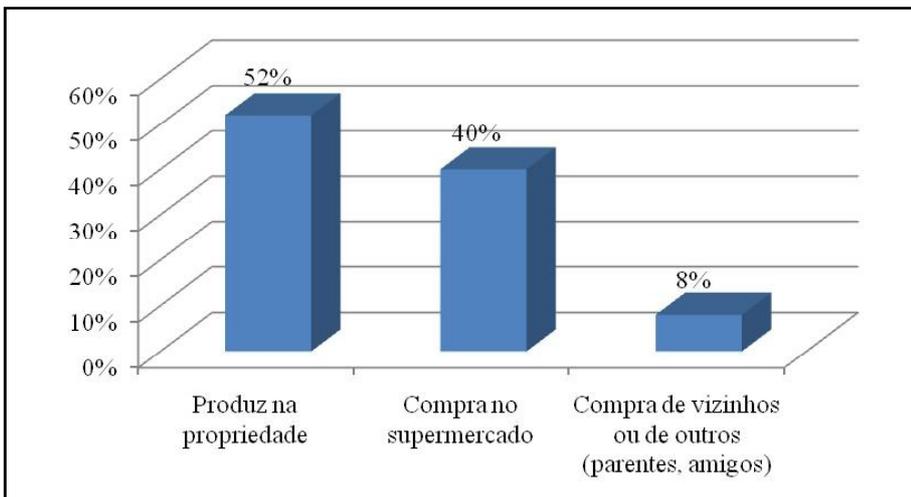


Gráfico 2. De onde vêm os alimentos consumidos pela família dos dirigentes das entidades da Agricultura Familiar. Fonte: Olivo Dambros, 2014.

Durante as entrevistas percebeu-se entusiasmo da família em comentar sobre os alimentos produzidos, ecologicamente, e, por outro lado, preocupação ao falar sobre a quantidade de veneno utilizado em suas propriedades e nas propriedades de vizinhos. Inclusive, o desamparo em relação às leis ambientais, alegando que ninguém mais se importa com distância entre a aplicação dos venenos e as residências, ou em relação às nascentes e riachos. É muito frequente durante as entrevistas, as famílias associarem os agrotóxicos a danos ambientais, como morte de animais, de plantas como a videira e, principalmente, em relação à saúde humana. Em mais de cinquenta por cento das casas visitadas, para a entrevista, houve menção de casos de câncer provocados, segundo a percepção das famílias, pelo uso exagerado de venenos na comunidade.

Diante da insistência dessas manifestações e já que havia uma constante crítica ao uso de “veneno” perguntou-se então por quais razões as famílias não usariam mais as técnicas agroecológicas para produzir alimentos orgânicos. As respostas, sistematizadas no Gráfico 3, a seguir, demonstram que 42% dos entrevistados, ou seja, a maioria deles alega que não tem acompanhamento técnico com conhecimento nessa área para apoiar e acompanhar a produção de forma ecológica, com segurança. Há, segundo as famílias, um medo muito grande de que se ocorrer uma doença ou praga, a produção possa ser toda perdida. Mais de 50% afirmam que já procuraram, mas não encontraram profissionais no município que pudesse orientar sobre isso e 33% alegam não saber se há ou não estes profissionais. Para os demais 17% isso não interessa.

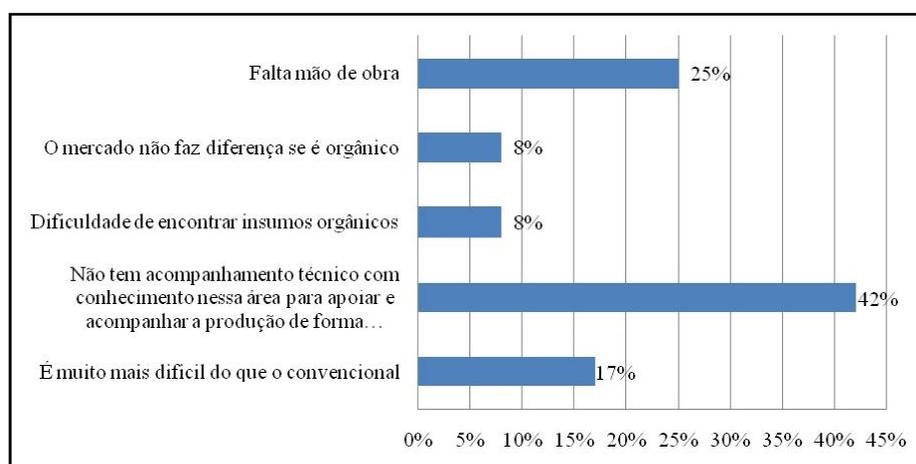


Gráfico 3. Principais dificuldades para produzir de forma ecológica. Fonte: Olivo Dambros, 2014.

Mais de 50% dos entrevistados sabem que existem normas sobre crédito oficial destinado a fomentar a produção orgânica; no entanto, segundo os dirigentes, estas normas não são claras em relação aos insumos que a proposta de custeio contempla, como se dá o seguro destas culturas, entre outras dúvidas. Além dessa falta de informações, há certo receio, demonstrado pelos emprestadores do crédito, principalmente, as Cooperativas de Economia Solidária, no caso específico dos territórios investigados, de que se houver qualquer intempérie não se consiga comprovar para perícia os insumos utilizados e o agricultor não acesse aos programas oficiais de seguro. Ainda, em relação ao crédito, os demais entrevistados (50%) afirmam não ter visto falar sobre a existência dessa modalidade e, portanto, não sabem se tem crédito para financiar a produção orgânica.

Consoante à compreensão e adoção de metodologias participativas, a partir da consolidação da Pnater, em 2004, a Agroecologia passou, juntamente com “metodologias participativas”, a orientar os convênios, projetos e processos de formação dos Agentes de ATER. Os Termos de Referência construídos pelo Dater/MDA eram ajustados a cada convênio e neles estavam muito claros os compromissos das conveniadas. Embora alguns movimentos sociais considerem que a forma não foi a mais adequada, pois centrava os processos em cursos pontuais, é inegável o quanto a determinação do Dater/MDA serviu para colocar o tema da Agroecologia em debate desde os espaços de atuação local das organizações de base, nos territórios, nas esferas estadual, nacional e até mesmo internacional.

Nas experiências com processo de formação permanente, com encontros de avaliação e trocas de experiências mais constantes, isso pode ser atenuado. Nas demais experiências isso se tornou uma dificuldade maior. Facilmente os agentes técnicos abandonavam os instrumentos e metodologias participativas e assumiam a velha condição do técnico.

Em muitos casos se observa que o papel dos profissionais de ATER se confunde com o papel de dirigente local. Na maioria das iniciativas havia necessidade de temporalidade maior para a ampliação da organização e autonomia dos processos iniciados, sendo que o Agente técnico, ainda, desempenhava papel que cabia à organização local. No início das atividades até contribuía para as entidades representativas locais, mas com o passar do tempo se tornara preocupante e prejudicial, por que na maioria dos casos os profissionais são transitórios e se deslocam de um lugar para outro, enquanto os dirigentes não. Permanecem ali no local por que vivem aí. Não só trabalham por um tempo determinado como a maioria dos profissionais.

Sobre a inserção das entidades locais com a sua base (famílias, grupos e comunidades), considerando a participação na comunidade local (nos espaços da igreja, time de futebol, escola, clube de mães, ente outros), há uma participação efetiva dos dirigentes, com mais de 80% destes participando efetivamente. O Gráfico 4 mostra que menos de 20% participam, algumas vezes, mas acham interessante participar.

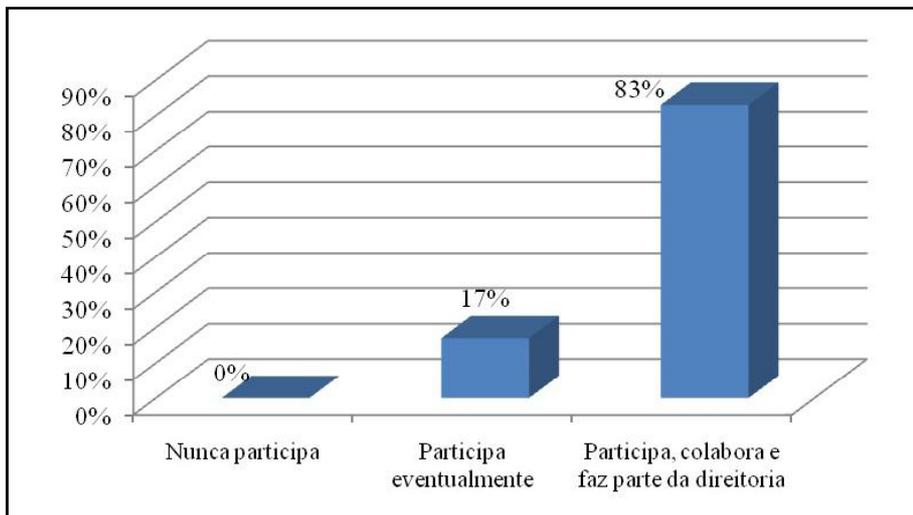


Gráfico 4. Nível de participação junto às comunidades rurais dos dirigentes das entidades.
Fonte: Olivo Dambros, 2014.

Abordada como tópico da pesquisa a participação das lideranças e entidades/instituições em outros espaços de representação e nas conferências e demais eventos de construção da ATER foi estabelecido como parâmetros para medir esta participação nas conferências os índices: Baixa participação – Menos de 51% das entidades se fizeram presentes e contribuíram nos debates; Média participação - de 51 a 80% participaram e contribuíram nos debates; Boa participação - acima de 80% das entidades que fazem parte do Conselho participaram e contribuíram nos debates.

O resultado, demonstrado no Gráfico 5 foi o seguinte: para 25% dos entrevistados a participação foi baixa; para 42% foi média; e, apenas 8% considerou boa a participação das entidades.

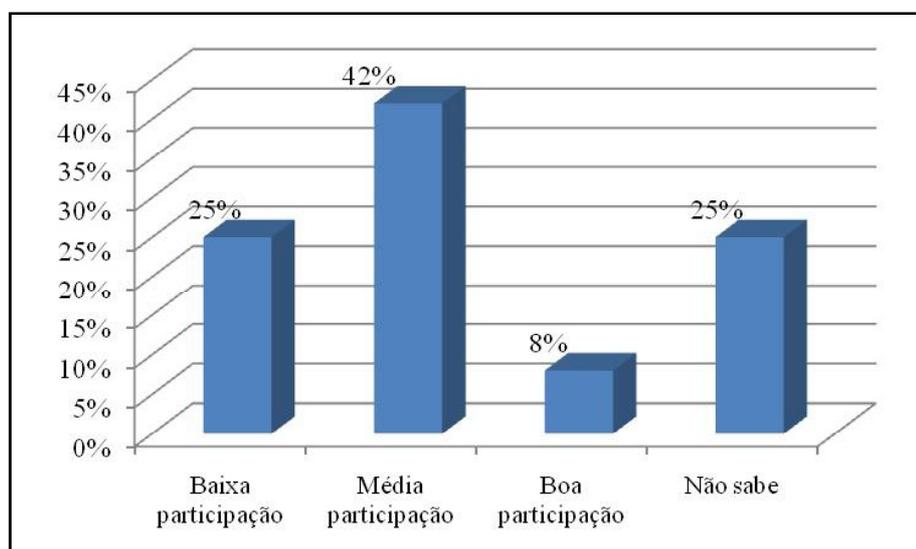


Gráfico 5. Nível de participação das entidades nas conferências de ATER.
Fonte: Olivo Dambros, 2014.

Investigando sobre a participação das mulheres e jovens nas organizações, inclusive nas direções e, da mesma forma, sobre a participação dos indígenas, quilombolas, e outras etnias minoritárias, inclusive nas direções, os dados coletados são mostrados no Quadro 4.

Entidades	Indígenas %	Quilombolas %	Idosos %	Adultos %	Jovens %	Mulheres %
ACARS	-	-	40	50	10	35
As. Rio Sul	-	-	10	80	10	15
COOPASOL	-	-	10	60	30	30
CRESOL RBS	-	-	15	70	15	30
STR RIO	-	-	30	45	25	10
Cresol	06 famílias	Uma família	25	55	20	15
Claf			20	60	20	40
Coopafi	05 famílias	-	30	60	10	35
Cooperlate	-	-	20	60	20	20
CEAVI	-	-	30	50	20	20
Casa familiar	-	-	10	60	30	40
STR	-	-	30	50	20	20
12 entidades	Traços	Traços	270/12	700/12	230/12	310/12
Média em %			22 %	58 %	20 %	25 %

Quadro 4. Caracterização das entidades da agricultura familiar (etnia, gênero e geração).
Fonte: Olivo Dambros, 2014.

Sobre gênero as entidades apresentam-se com uma disparidade significativa, na medida em que, 25% dos associados são mulheres e 75% são homens (Gráfico 6).

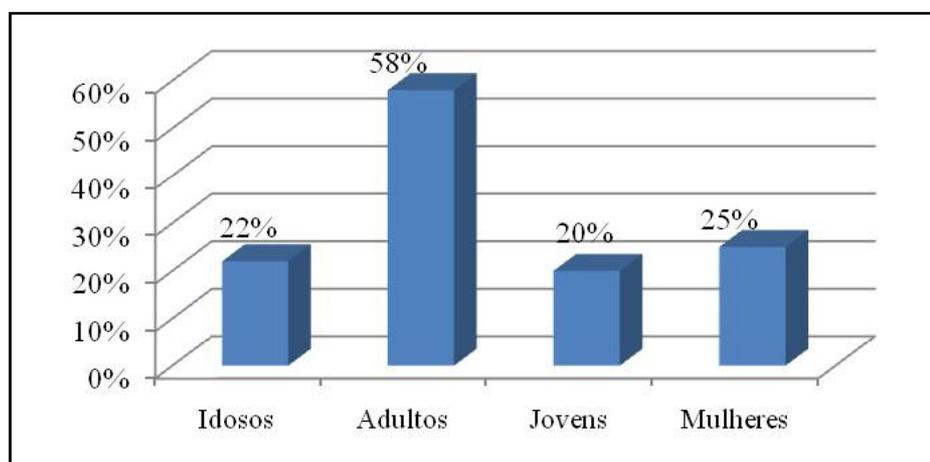
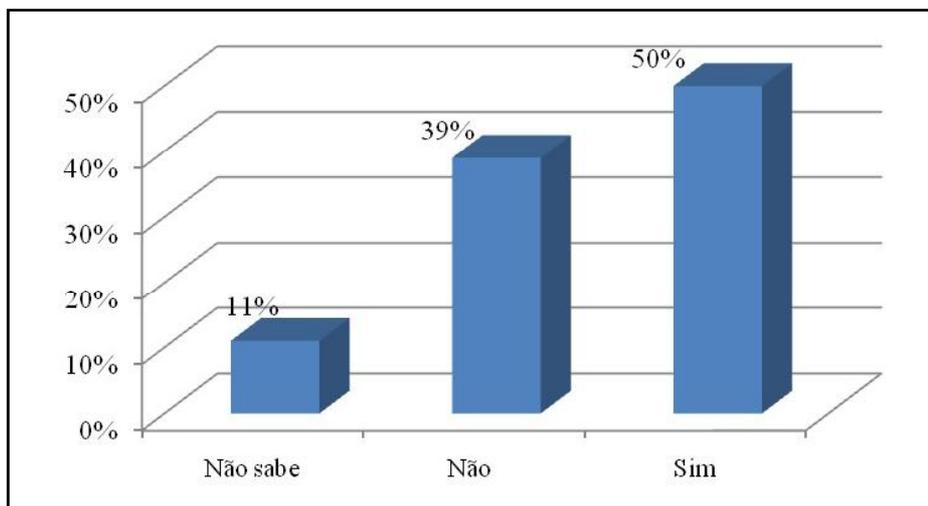


Gráfico 6. Caracterização dos associados conforme grupo social, que compõem as entidades da agricultura familiar.
Fonte: Olivo Dambros, 2014.

Em relação à geração, cerca de 60% dos associados está na fase adulta, 22% com mais de sessenta anos, considerada como idosos e menos de 20% abaixo de 29 anos, considerados jovens. No entanto, quando são analisados os quadros administrativos, as diferenças de gênero são ainda maiores, os homens ocupam mais de 90% dos cargos diretivos das entidades locais da agricultura familiar.

Quanto à exigência de conhecimentos sobre Agroecologia dos profissionais por ocasião de sua contratação na entidade/representativa da agricultura familiar, o gráfico 7 abaixo demonstra de que a maioria destas declarou observar sobre estes conhecimentos.

Gráfico 7. Exigência de conhecimentos sobre Agroecologia na contratação de técnicos.
Fonte: Olivo Dambros, 2014.



Os resultados mostram que 50% das entidades levam em conta estes conhecimentos na hora de contratar.

CONCLUSÃO

Apesar dos objetivos da Política nacional de ATER de articular as organizações locais, inclusive de fomentar leis específicas nos municípios, para aglutinar forças com atuação coletiva, esse processo não tem avançado. As articulações locais são mais consequência dos fóruns e conselhos por razões anteriores do que em função do apoio previsto na política de ATER.

Ainda sobre o apoio da Política Nacional de ATER para estimular a articulação local das organizações sociais, pode-se identificar dois momentos distintos: um 'antes e outro depois' da Lei de ATER, Lei n.º 12.188 de 2010. Uma das diferenças percebidas entre os convênios utilizados antes da Lei de ATER e as "chamadas públicas" institucionalizadas após a referida Lei, se refere ao envolvimento das organizações locais. Enquanto nos convênios havia a participação efetiva e o comprometimento destas, nas chamadas essa lógica desapareceu. As entidades que nos convênios contribuía e até indicavam os profissionais para a execução das ações de ATER, nas chamadas foram, no máximo, consultadas de vez em quando para uma ou outra questão pontual.

Os projetos de ATER financiados pelo governo federal não estimulam a articulação entre as organizações sociais locais. Nem destas entre si, nem com o poder público municipal. Este, na maioria das vezes, mal fica sabendo de que no seu município está se desenvolvendo um projeto do governo federal e beneficiando famílias, geralmente, mais empobrecidas que o próprio município deveria acompanhar.

As famílias agricultoras têm pouco espaço na gestão e orientação política e estratégica das instituições públicas, em especial no caso das Instituições públicas de ATER. Mesmo na gestão municipal, os conselhos são pouco operantes e representativos e com papel limitado. A maioria das decisões nestes conselhos é tomada pelo presidente ou mais algumas pessoas da direção somente.

As experiências de ATER possibilitaram perceber que a articulação das organizações em rede tenciona o poder público local. As demandas, planejadas e encaminhadas coletivamente, pressionaram os administradores a incluir as famílias menos favorecidas em processos de desenvolvimento local, democratizando as políticas públicas e orientando recursos que, mesmo escassos, resultaram em conquistas importantes nestas localidades. As conquistas de políticas públicas foram maiores quando as comunidades se organizaram e encaminharam coletivamente as demandas levantadas nos planejamentos.

Outra conclusão desta investigação, em relação às articulações locais, é de que a formação de rede têm maior efetividade em torno de eixos temáticos e ações concretas mais específicas, pois aglutinam organizações mais alinhadas politicamente e desempenham um papel de tencionar e disputar algumas dimensões no processo de construção do desenvolvimento local/regional.

Muitas articulações não tem se efetivado não só por falta de apoio externo. Há um processo crescente de individualismo das lideranças do campo que, em vez de estimular o fortalecimento coletivo e articulado das forças locais de forma parceira, preferem considerar suas entidades como única força e não parte de um todo. O capitalismo tem promovido, permanentemente, a competição também no rural que, ao contrário do coletivismo, afasta as pessoas e prejudica a construção conjunta. Um dos maiores desafios é como ampliar essa articulação em rede para além dos projetos específicos de cada entidade e como garantir a continuidade e sustentação destas redes locais.

REFERÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – DATER; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**: versão final: 25/05/2004. Brasília, maio 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G; RAMOS, L. R; CAPORAL, D.S.; Gregolin, A. C. **EXTENSÃO RURAL E AGROECOLOGIA: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília, 2009.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 517 p. Tese (Doutorado)-Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

SANCHEZ de PUERTA, F. **La extension como instrumento para el desarrollo: aproximación al caso español**. Tesis doctoral. Departamento de Economía e Sociología Agrarias. Universidad de Córdoba. (mimeo). 1990.

SILVA, José Graziano da. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: _____; WEID, Jean Marc von der; BIANCHINI, Valter (Debatedores.) **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. p. 5-52.

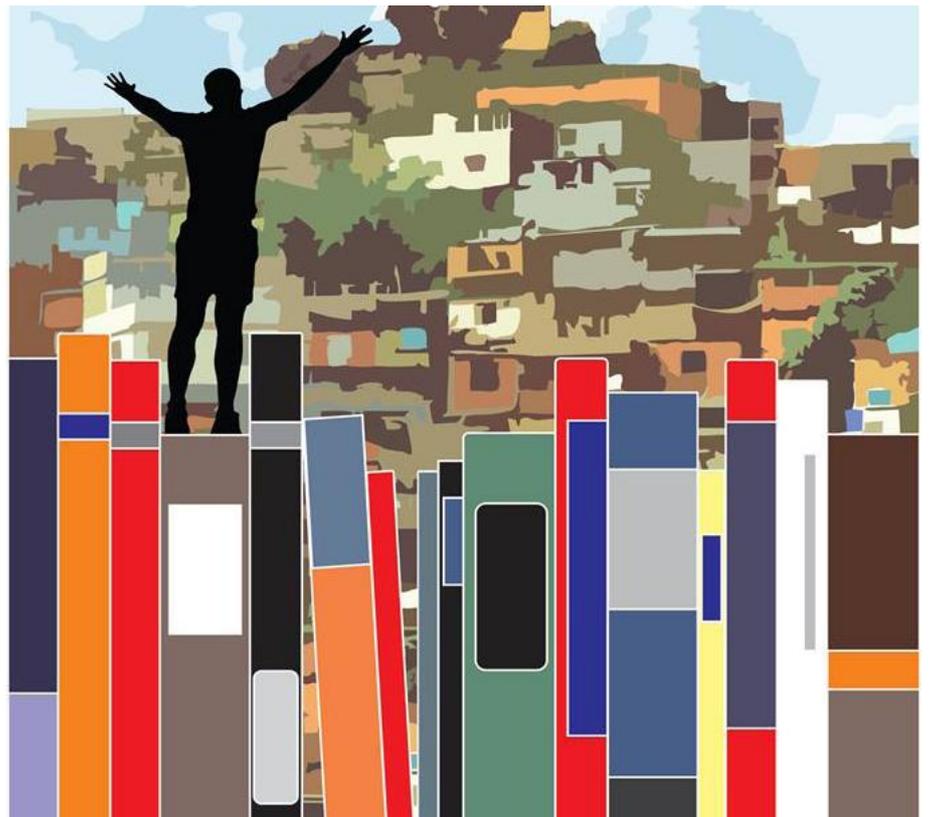
COMO CITAR ESTE ARTIGO:

DAMBRÓS, Olivo; CAPORAL, Francisco Roberto; PADILLA, Mamen Cuéllar. A Nova ATER e a formação de redes locais de entidades da agricultura familiar para desenvolver extensão rural agroecológica no Estado do Paraná, Brasil. *Extramuros*, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 82-96, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 5 fev. 2015.

Aprovado em: 16 maio 2015.

Relatos



A participação na Implantação de Coleta Seletiva do município de Petrolina no Estado de Pernambuco

Liliane Caraciolo Ferreira¹
Victor Mendes Gomes²
Carlos Eduardo Rodrigues Avelino³

¹Professora Adjunta do Colegiado de Administração da UNIVASF. Coordenadora do Grupo de Pesquisa NUPESP-Petrolina E-mail: liliane.ferreira@univasf.edu.br.

²Graduando em Administração; aluno da UNIVASF, Bolsista PIBEX 2013-2014. E-mail: contato@victor-mendes.adm.br.

³Graduando em Administração; aluno da UNIVASF, Bolsista BIA/FACEPE 2013-2014. E-mail: caduuh.univasf@hotmail.com.

Agradecimentos à FACEPE e à PROEX/UNIVASF.

RESUMO

O objetivo desse trabalho, que compreende o primeiro momento do projeto de extensão intitulado como 'a participação na implantação da coleta seletiva do município de Petrolina no Estado de Pernambuco', é mostrar os resultados da vivência com o Programa de implantação da coleta seletiva municipal, que ocorreu ao longo do ano de 2013. Para tanto foram utilizados as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de entrevista, objetivando o entendimento da produção de resíduos como uma cadeia, ou seja, uma cadeia de produção. A coleta seletiva, a exemplo de toda atividade econômica, quando vista com profissionalismo é suscetível de aumento na produtividade, maximização dos rendimentos e empreendedorismo, que resulta de uma rede de colaboradores. Nessa perspectiva, entende-se que a participação dos fundamentos da prática das funções administrativa em planejar, organizar, dirigir e controlar tem muito a contribuir.

Palavras-chave: Administração; Cadeia de Produção; Rede de colaboradores; Coleta Seletiva.

Participation in the Implementation of Selective Collection of the municipality of Petrolina in Pernambuco

ABSTRACT

The aim of this work, comprising the first moment of the extension project titled as 'participation in the implementation of selective collection in the municipality of Petrolina in Pernambuco', is to show the results of the experience with program implementation selective collection of municipal, that occurred during the year 2013. For both techniques bibliographical, documentary and interview research were used, aiming at understanding the production of waste as a chain, ie a chain of production. The selective collection, like all economic activity, when viewed with professionalism is likely to increase productivity, maximize returns and entrepreneurship, which results from a network of collaborators. From this perspective, it is understood that the participation of the fundamentals of the practice of administrative functions to plan, organize, direct and control has much to contribute.

Keywords: Administration; Production Chain; Network of collaborators; Selective Collection.

INTRODUÇÃO

Petrolina, localizada na região sertaneja do Estado de Pernambuco, é reconhecida nacional e internacionalmente em decorrência dos resultados alcançados pela implantação da fruticultura irrigada devido aos investimentos governamentais na região. Um processo que inicia por volta dos anos 60, estrutura-se nos 70 e 80 e consolida-se nos anos 90 (SOBEL e ORTEGA, 2007).

Para aprofundar o entendimento, vale breves comentários a respeito do dinamismo econômico do município. Em relação ao processo de produção, Petrolina tem posição privilegiada entre as economias do Vale do São Francisco, haja vista as indicações dos últimos anos. Foi em junho de 2008 a cidade do interior que mais gerou vagas formais no país, liderando o ranking de 50 municípios, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados (MTE, 2008). Além disso, junto com o município vizinho Juazeiro-BA, é o maior pólo produtor de manga do país, o segundo maior produtor de uva, o terceiro de coco-da-baía e o décimo de banana. (IBGE, 2010). Em síntese, um dinamismo apoiado na atividade do setor primário e dependente da irrigação, tendo em vista uma região localizada no semiárido, que se apoia no método de irrigação com as águas do Rio São Francisco.

Investimentos de Estado, atores de iniciativa privada e políticos provocaram efeitos de grande significação na cidade sertaneja, em pequeno espaço de tempo uma nova realidade se instaura. Em síntese, Estado, Empresários e Políticos formam o conjunto dos atores que fazem a voz do sertão que se desenvolve através da lógica capitalista de produção.

Isso tem preço. Quando se trata de política de desenvolvimento, o resíduo das atividades produtivas e domésticas é um dos maiores desafios da sociedade moderna, pois mal administrado, torna-se um grave problema para a localidade e seu entorno. Problemas de saúde, ambiental, social e econômica. Nessa perspectiva, os instrumentos institucionais assumem grande importância na tentativa de minimizar as externalidades negativas do processo de produção baseado exclusivamente na lógica capitalista. (NEGROMONTE, 2002).

Segundo Vasconcellos (2007, p. 98), “a produção de determinados bens ou serviços pode produzir efeitos colaterais, positivos ou negativos, que são chamados de externalidades ou economias externas.” Entende-se, dessa forma, que lixo é uma externalidade negativa e como tal deve ser pensado e administrado. Também conhecido como resíduos sólidos, o lixo corresponde a “conjunto de elementos heterogêneos desprezados durante todo o processo”. Perspectiva que degrada o ambiente e as pessoas que dele se ocupam, a exemplo de catadores e carroceiros. Pensar que não podemos parar de produzir externalidades negativas torna-as ainda mais questionável. Questão que nos afasta do princípio básico do desenvolvimento sustentável, ou seja, “conciliar justiça social, eficiência econômica e equilíbrio ambiental”. (SILVA, LUBARINO e SOUZA, 2010).

Na perspectiva social, Silva, Lubarino e Souza (2012) mostram as dificuldades dos catadores de lixo de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, em especial, abordam os valores que as famílias recebem por mês com a atividade. O valor mais expressivo fica em

50% dos entrevistados que declararam receber entre R\$ 101,00 e R\$ 200,00 por mês, seguido de 28,1% que recebem entre R\$ 201,00 e R\$ 300,00, ou seja, a grande maioria da amostra tem rendimentos abaixo do salário mínimo atual, R\$ 678,00. Para o aprofundamento da visualização desse quadro, vale informar que 53,10% dessa população declara que essa renda se destina ao sustento de famílias com mais de seis pessoas. Em outras palavras, a maior parte das famílias que vivem da coleta seletiva em Petrolina-PE vive com renda per capita de R\$ 113,00 por mês, ou seja, R\$ 3,77 por dia. (Tabela 1)

Valor recebido por mês	Número de respondentes	%
R\$ 51 a R\$ 100	4	12,5
R\$ 101 a R\$ 200	16	50,0
R\$ 201 a R\$300	9	28,1
Superior a R\$300	3	9,4

Tabela 1. Valor recebido por mês pelos catadores de lixo em Petrolina-PE em 2010.
Fonte: Adaptado de Lubarino e Souza 2010.

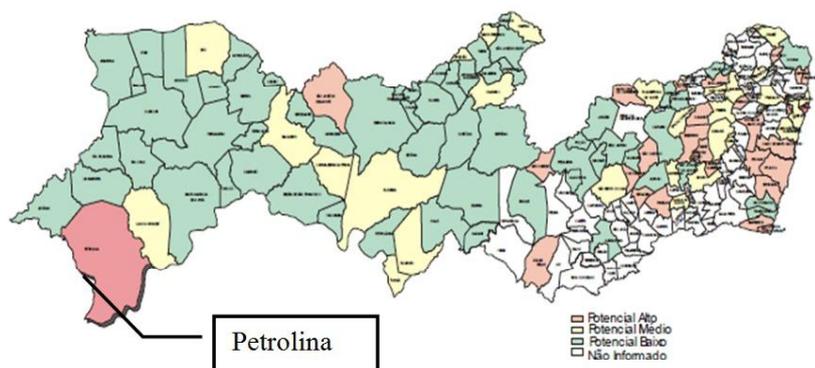
A gestão do lixo desponta como ação estratégica para governos nacional, estadual e municipal, tendo em vista o conceito de desenvolvimento local sustentável, haja vista o exemplo da coleta seletiva, que propicia benefícios ambientais, econômicos e sociais. Nesse cenário, as experiências municipais surgem como relevantes objetos de estudo, na perspectiva em que enfrentam dificuldades técnicas e administrativas para realizar a gestão adequada e eficiente. (HIRAMA e SILVA, 2009).

Esse trabalho orientado pelas diretrizes básicas da Política Nacional de Resíduos Sólidos, pela qual os municípios do Estado brasileiro devem implementar a Coleta Seletiva, extinguir Lixões e Aterros tratados até Agosto de 2014, propõe-se a entender e participar da parceria entre a Prefeitura de Petrolina e a ONG ECOVALE para implantar o Programa de Coleta Seletiva Municipal.

Segundo a Procuradoria do Estado de Pernambuco (2012, p. 8), a Política Nacional de Resíduos Sólidos “envolve as pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado e a população num dever cívico direto em relação aos resíduos sólidos que geram ou que estão obrigados a gerir.”.

Petrolina, monitorada pelo Governo do Estado de Pernambuco, como município de uma das 11 Regiões de Desenvolvimento, a RD São Francisco, desde 2000 possui aterro controlado, destacando-se entre a maioria dos municípios do Estado, tendo em vista a destinação final do recolhimento que são colocados em lixões a céu aberto (JUCÁ, NEGROMONTE, MARIANO, MOURA, CAVALCANTI, 2002). No entanto, ressalte-se da investigação, dos citados autores, que o município de Petrolina apresenta potencial de resíduos sólidos de alto impacto sobre o meio ambiente, em decorrência da destinação final dos resíduos que ocorrem perto da área urbana e do rio.

Figura 1. Potencial dos Impactos dos lixões no Estado de Pernambuco. Fonte: Jucá, Negromonte, Mariano, Moura e Cavalcanti, 2002.



Tendo em vista o impacto ambiental, vale ressaltar que, em julho de 2012, instaura-se o processo de implantação do aterro sanitário de Petrolina (carlosbrito.com, ricardobanana.com, diariodepernambuco.com). Isso porque o aterro sanitário é a técnica que evita “a poluição e os impactos ambientais decorrentes do manejo inadequado do lixo”.

Diante desse contexto, estuda-se o caso Ecovale na parceria firmada com a Prefeitura de Petrolina, tendo em vista à implantação da coleta seletiva no município, cujo resultado é a construção de uma rede de colaboradores, tais como, SEBRAE, Corpo de Bombeiros, Aromed Cosmético, COMPESA, SEST/SENAT, Associação de Moradores, Instituto Federal do Sertão – IF Sertão e a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, que buscam maximizar o processo de implantação da Coleta Seletiva no município. Segundo Abramavoy (2012, p. 156), esse é um dos poucos setores que a cooperação social caminha junto com a lógica de mercado e que cuja prática “cria valores não apenas para os empreendedores, mas para o conjunto daqueles que com eles se relacionam”.

A Organização Não Governamental Ecovale do São Francisco foi fundada, informalmente, em 2009, no bairro Pedra Linda, na cidade de Petrolina-PE objetivando os movimentos culturais e sociais e sem perspectivas ambientalistas. Em 2011, quando registrada oficialmente, na Receita Federal, firma a parceria com a Prefeitura de Petrolina visando à promoção do Programa Municipal de Coleta Seletiva. (Entrevista com o Coordenador do Projeto de Implantação da Coleta Seletiva do Município de Petrolina, José Rosivaldo de Oliveira e Silva, março 2013)

Como exposto anteriormente, trata-se de uma meta do Plano Nacional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Entende-se, portanto, que uma meta com tamanha amplitude requer a soma de esforços de diversos atores sociais, daí a configuração em rede social no enfrentamento de um dos maiores problemas contemporâneo, a saúde ambiental local e global.

Para uma reflexão dessa amplitude, foram adotadas as técnicas de pesquisa, bibliográfica, documental e entrevistas com atores da rede social do caso Ecovale. Segundo Prestes (2005, p. 26) “a pesquisa bibliográfica é aquela que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimento a partir do emprego dominante de informações provenientes de material gráfico, sonoro ou informatizado.” Para tanto,

além de livros didáticos e revistas especializadas que abordassem a questão da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em Petrolina-PE, foram consultadas bibliotecas digitais de alta credibilidade acadêmica tais como, SCIELO, PERÓDICO CAPES e Domínio Público.

MÉTODO

A extensão universitária envolve a aplicação dos conhecimentos adquiridos na prática de ensino, de forma a oportunizar a aplicação dos mesmos através do envolvimento da Universidade e a Sociedade, tendo em vista as práticas sociais. Nessa perspectiva, esse trabalho utiliza o conhecimento da Teoria da Administração para através da parceria com a Prefeitura Municipal de Petrolina participar da implantação da coleta seletiva no município, uma oportunidade de ação extensionista dos alunos do curso de Administração.

Há muito que fazer. Uma observação na tabela a seguir possibilita a visualização do trabalho, de 34 bairros, apenas dois são contemplados com coleta seletiva para residências, Areia Branca e Maria Auxiliadora. A maior participação fica para os estabelecimentos. (TABELA 2)

Bairros	Nº de Estabelecimentos que Realizam Coleta Seletiva	Nº de Escolas que Realizam Coleta Seletiva	Nº de Condomínios que Realizam Coleta Seletiva	As residências do Bairro são contempladas pela coleta seletiva semanal
ANTONIO CASSIMIRO	0	0	2	não
AREIA BRANCA	12	0	0	sim
ATRÁS DA BANCA	3	0	0	não
CAMINHO DO SOL	12	0	1	não
CENTRO	8	5	8	não
CIDADE JARDIM	3	0	0	não
CIDADE UNIVERSITÁRIA	0	0	3	não
COHAB MASSANGANO	1	1	0	não
COHAB VI	0	2	0	não
COSME DAMIÃO	0	1	0	não
DISTRITO INDUSTRIAL	1	0	0	não
DOM AVELAR	1	1	0	não
DOM MALAN	1	0	0	não
GERCINO COLEHO	6	0	0	não
HENRIQUE LEITE	1	1	0	não
JARDIM MARAVILHA	14	0	0	não
JARDIM AMAZONAS	2	4	0	não
JARDIM SÃO PAULO	0	2	0	não
JOÃO DE DEUS	0	2	0	não
JOSÉ E MARIA	4	0	0	não
KM 2	8	0	0	não
MARIA AUXILIADORA	18	0	0	sim
OURO PRETO	60	1	0	não
PALHINHAS	1	0	0	não
PEDRA LINDA	0	1	0	não
SÃO GONÇALO	0	1	0	não
SÃO JOSÉ	1	1	0	não
VALE DO GRANDE RIO	0	1	0	não
VILA DOS INGÁS I	1	0	0	não
VILA EDUARDO	5	1	1	sim
VILA EULÁLIA	4	0	0	não
VILA MARCELA	1	0	0	não
VILA MOCÓ	0	1	4	não
VILA VITÓRIA	0	1	0	não

Tabela 2. Status da Coleta Seletiva em Petrolina-PE 2013. Fonte: ECOVA-LE JANEIRO de 2013.

Não é específico a Petrolina. Dados do Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil mostra as consequências do crescimento populacional e a utilização dos recursos naturais para satisfazer as necessidades humanas. O Brasil, segundo a pesquisa da Associação Brasileira de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – Abrelpe, produziu, nos anos de 2012 e 2013, respectivamente, 201.058 e 209.280 toneladas por dia. A questão é o quanto de coleta seletiva foi feita nesses períodos, ou seja, em 2012 foram coletadas 181.288 t/dia e em 2013, 189.219 t/dia, que de forma residual leva a 19.770 t/dia não coletadas em 2012 e 20.061 t/dia em 2013. (Gráfico 1)

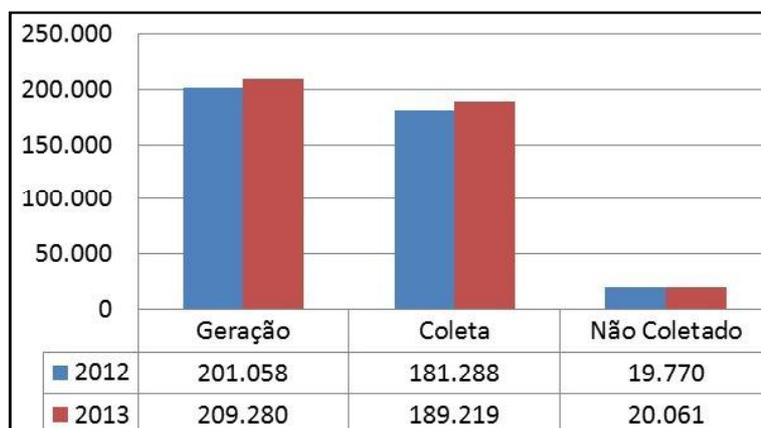


Gráfico 1. Geração e Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil 2012-2013 (t/dia).
Fonte: Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2013 (Adaptação dos Autores).

O resíduo não coletado é descartado em lugares impróprios, contribuindo na geração de impactos ambientais, como degradação dos solos, poluição do ar e dos lençóis freáticos, os quais representam um grande risco para a saúde da população (MAIA et al., 2013; Rocha. 2012; SALGADO et al., 2013). A coleta seletiva e a reciclagem dos resíduos sólidos representam um fator de redução, dos agravantes causados pelo destino final dos RSU, colaborando para a preservação do meio ambiente (PERSICHE; SILVEIRA, 2011).

A gestão sustentável é considerada um fator importante para reduzir os impactos ambientais causados pela geração de lixo. Para tanto é necessária a participação do governo, da sociedade, e da indústria para que se possam implantar medidas socioambientais, que atuem de forma exaustiva na preservação do meio ambiente. Entre os mecanismos empregados para a implantação de formas sustentáveis, estão a redução dos resíduos sólidos na fonte geradora, o reaproveitamento, a maximização da coleta seletiva e da reciclagem, a implantação de cooperativas, e principalmente a participação da sociedade (JACOBI, 2011; ALBERTIN et al., 2011).

Rocha (2012, p. 141) define a coleta seletiva como “um sistema de recolhimento de materiais recicláveis tais como papéis, plásticos, vidros, metais e “orgânicos”, previamente separados na fonte geradora”. Junto ao mecanismo de reciclagem, diminui a quantidade de lixo gerado e permite a redução de matéria prima utilizada para geração de novos produtos. Além disso, contribui com a redução de resíduos descartados de forma inadequada. Consideradas como formas sustentáveis, veem contribuindo para o aumento da vida útil dos aterros e ajudando a eliminar os lixões, e ainda se for bem planejada contribuem para a geração de renda. (ROCHA, 2012; SALGADO et al., 2013; ALBERTIN et al., 2011; PERICHE et al., 2011; SILVA et al., 2013).

Nessa perspectiva a coleta seletiva e a reciclagem atendem aos princípios básicos de desenvolvimento sustentável de Sachs (1976): “a) Satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação.” (CAVALCANTI, 2003, p. 31)

Embora seja responsabilidade da coletividade, cabe ao Governo alocar recursos para implantação do gerenciamento sustentável desses resíduos. É dever dos administradores públicos, desenvolver programas de coleta e destino final correto do lixo. Some-se a isso as políticas estratégicas em programas de educação ambiental, conscientizando a população, mostrando o quanto é importante à preservação do meio ambiente, e que é necessária à participação de toda a população para que esse processo aconteça. Essa participação é essencial principalmente em lugares que já existam coleta seletiva, separando o lixo de acordo com seu material, executando essa tarefa logo na fonte geradora, e auxiliando o governo na fiscalização do destino dos resíduos. Os investimentos em programas de educação ambiental são importantes, pois Pesquisas apontam que a falta de investimento na informação da população sobre o processo de separação do lixo é um dos maiores entraves à coleta seletiva. (TROMBETA e LEAL, 2014; FARRIA, GONÇALVES, RESENDO e MALAFIA, 2013; SOUZA e CORDEIRO, 2010; FOLRES et al., 2014)

No Brasil em 2013 62,1% dos municípios brasileiros registraram alguma forma de coleta seletiva, até parece um bom número, porem alguns apresentam apenas pontos de coletas os chamados (PEVS), ou apenas convênios com cooperativas de catadores de lixo, e que não cobrem toda a população das cidades. A figura a seguir representa a porcentagem de cidades do Brasil e de cada região que registraram alguma iniciativa de coletiva seletiva, a mesma mostra que as regiões sul e sudeste são a que tem a maior porcentagem de cidades que iniciaram alguma forma de coleta seletiva, e ainda que as regiões Centro-oeste e Nordeste possuem a menor porcentagem.

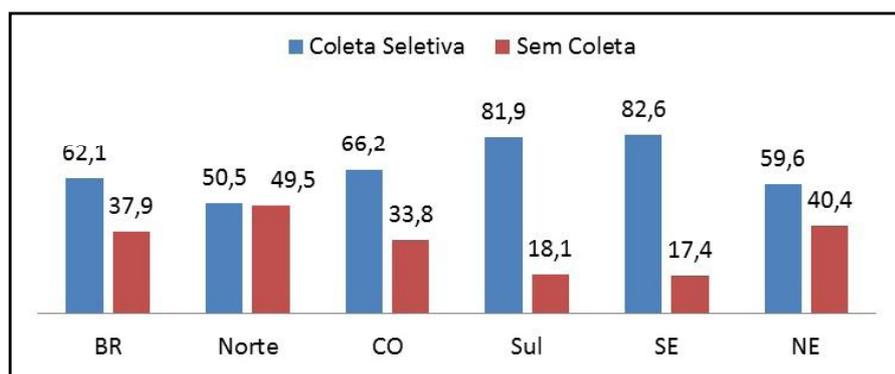
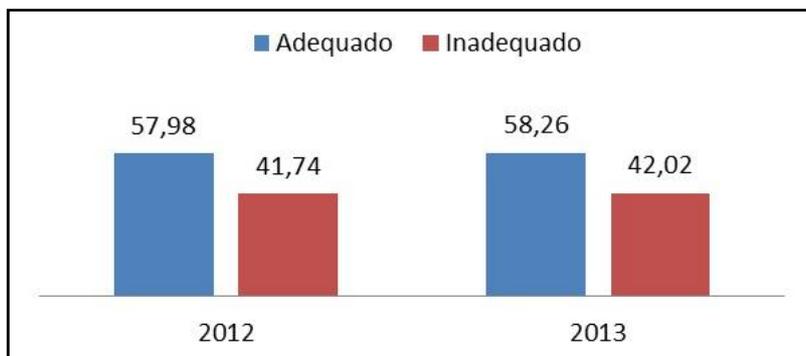


Gráfico 2. Implantação de Coleta Seletiva Municipal por região no Brasil 2013 (%).
Fonte: Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2013 (Adaptação dos Autores).

A figura a seguir mostra que a destinação final dos resíduos sólidos coletados no Brasil permanece quase de forma inalterada, onde em 2012 57,98% cerca de 105.111 t/dia dos RSU coletados tiveram destino adequado, e 42,02% cerca de 76.177 t/dia são destinados de forma inadequada. Em 2013 58,26% do RSU coletados cerca de 110.232 t/dia foram destinados de forma adequada, e que 41,74% cerca de 78.917 t/dia foram destinados de forma negativa. Isso significa que ainda é muito grande o número de resíduos sólidos descartados de forma inadequada.

Gráfico 3.
Destinação final dos resíduos sólidos no Brasil 2012-2013.
Fonte: Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2013 (Adaptação dos Autores).



O Curso de Administração pode contribuir com instrumentos que garantam a melhoria da Gestão Ambiental (Parte I), de forma geral, e do processo de coleta seletiva (Parte II), de forma específica.

A parte I envolve a técnica de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas com alguns atores da rede social que somam esforços na eficiência e eficácia da implantação da coleta seletiva em Petrolina-PE. A pesquisa bibliográfica busca o entendimento sobre a Gestão de Resíduos Sólidos no Brasil, Pernambuco e Petrolina, tendo em vista os parâmetros nacional, estadual e municipal. Assim, sendo pesquisados, além de livros didáticos e revistas especializadas que abordem o tema Ambiental, bibliotecas digitais de alta credibilidade, tais como SCIELO, PERIÓDICO CAPES e Domínio Público. A pesquisa documental, por sua vez, decorre dos encontros, congressos, artigos de jornal, blogs locais e vídeos (PIANA, 2009). Por fim, as entrevistas com os atores, que compõem o caso Ecovale.

Na perspectiva das entrevistas, que se configura como pesquisa de campo, esse momento, trata da entrevista com os principais atores do caso Ecovale no Programa de Coleta Seletiva do município. O coordenador do Programa de Coleta Seletiva de Petrolina, a presidente da ONG ECOVALE e os Coletores de Resíduos (catadores e carroceiros), que junto ao SEBRAE, COMPESA, SENAC, SESC, Corpo de Bombeiros, SEST/SENAT, IF-Sertão e UNIVASF, formam a rede de colaboradores sociais que buscam somar esforços na eficiência e eficácia da gestão de produtos da coleta seletiva. Esse produto, por sua vez, culmina nas empresas de reciclagem.

Na perspectiva intervencionista, ou de extensão universitária, a contribuição dá-se com a divulgação do Programa, melhoria do processo de reciclagem, adequação de produtos para a lógica de mercado, melhoria de produtividade e renda dos catadores, novas parcerias.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Na fala do coordenador do Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura de Petrolina, três atores sociais atuam na operacionalização da implantação da coleta. A Prefeitura, que fornece os veículos de coleta (Figura 2-A), fardamento aos catadores, equipamento de proteção individual – EPI e local de funcionamento da coleta seletiva (Figura 2-B); a ONG ECOVALE, que viabiliza a organização e a capacitação dos catadores e os Coletores de Resíduos, que fazem a coleta e seleção dos resíduos, condicionam vendem os produtos e público. É nessa perspectiva, que os alunos de administra-

ção aplicam a Teoria da Administração, tendo em vista a gestão que visualiza a lógica de mercado.



Figura 4-A.
Veículo da Coleta Seletiva em Petrolina-PE 2013 (Adaptação dos autores).
Fonte: Palestra do Programa de Coleta Seletiva de Petrolina-PE.



Figura 4-B.
Coleta Seletiva em Petrolina-PE 2013 (Adaptação dos autores).
Fonte: Palestra do Programa de Coleta Seletiva de Petrolina-PE.

Diante do exposto, a atividade é vista como geradora de emprego e renda para aproximadamente 140 famílias. No local, encontram-se duas Cooperativas (Renascer e Coomarca – Cooperativa dos catadores do Raso da Catarina) e uma Associação, a ASA-GAMP (Associação de Agentes Ambientais de Petrolina), que ainda estão em processo de legalização, em outras palavras, funciona de maneira informal. Segundo o coordenador, o rendimento dos catadores fica em torno de R\$ 300,00 por mês, salientando que a meta é atingir o salário mínimo. Rendimento que se refere à entrega de material as empresas de reciclagem, ou seja, a coleta seletiva como matéria-prima.

Outra forma, no entanto, é a transformação do material coletado em produto. Em funcionamento há pouco mais de 10 meses, a parceira da Ecovale com a Prefeitura desenvolve três projetos: Produção de vassouras ecológicas feitas com garrafa pet, Sabão a partir de óleo de fritura e Coleta de óleo de cozinha para o reaproveitamento do setor de cosmético.

Para o entrevistado, o principal gargalo é a necessidade da postura empresarial em dito cenário, pois é assim que funciona. Em outras palavras, transformar lixo em produto tendo em vista o imperativo do profissionalismo de mercado.

Diante do exposto, entende-se que há, no primeiro momento, uma integração de três atores (Prefeitura, ECOVALE e Coletores). A Prefeitura em atendimento ao Plano Nacional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. A ECOVALE no cumprimento da missão social de uma Organização não Governamental e os Coletores na coleta seletiva e comercialização com as empresas de reciclagem. Em segundo, há uma rede de colaboradores que se integra ao processo tendo em vista a postura profissional demandada pelo cenário.

Em síntese, aos colaboradores cabe a complexa tarefa de profissionalizar o processo de produção da coleta seletiva, tendo em vista a aceitação de um produto pelo

mercado. Em outras palavras, transformar lixo em produto. Na perspectiva de um ciclo de produção, matéria-prima transforma-se em produto que é comercializado. Em outras palavras, lixo que é coletado de forma seletiva é produto de venda.

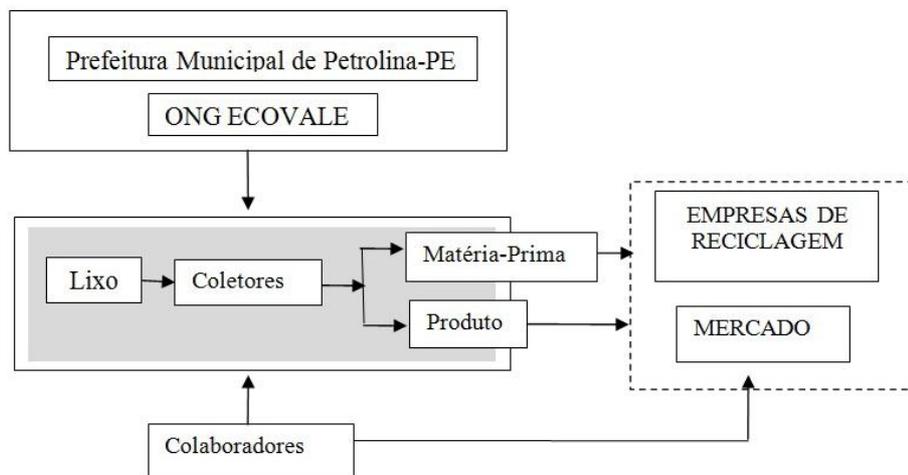


Figura 3. Cadeia de Produção para a Coleta Seletiva, tendo em vista a inserção no mercado.

O conceito de cadeia de produção decorre de estudos sobre o agronegócio, tendo em vista a interdependência da produção entre os diversos setores que compõem a atividade econômica como um todo. Na perspectiva de entender a participação do setor primário na elaboração do Produto Interno Bruto, ou seja, em toda a riqueza gerada pela matriz de produção de determinada região. (ARBAGE, 2006)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nível geral, a pesquisa trata da questão ambiental. Em outras palavras, reflexões sobre o modelo de produção e consumo em uma sociedade capitalista. Entende-se que a produção de lixo é inevitável e que para minimizar as externalidades negativas é preciso direcionar o comportamento de forma racional.

Em nível específico, o estudo visa às práticas sociais que buscam solução. Primeiramente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/10, que institui a gestão integrada e o gerenciamento dos resíduos sólidos. Assim como os diversos atores que compõem uma rede de colaboradores.

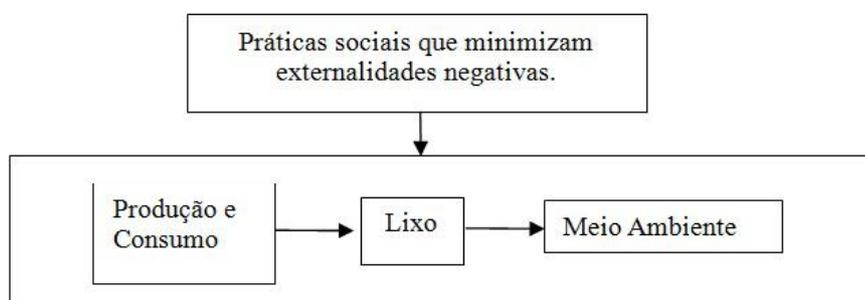


Figura 4. Elaboração dos autores.

Em nível de entendimento, o caso de implantação da coleta seletiva em Petrolina-PE. A parceria da Prefeitura com a ONG ECOVALE e demais colaboradores (empresas, escolas, órgãos governamentais, universidades etc.).

A viabilidade de qualquer empreendimento empresarial, grande, médio ou pequeno, público ou privado, envolve conceitos complexos, tais como, qualidade total, marketing e propaganda, fidelização, comercialização, comunicação, técnicas de vendas, logística, administração da produção, administração financeira, empreendedorismo entre outros.

Para sobreviver, é preciso que o produto tenha visibilidade de mercado, principalmente dos clientes. É quando se trata de lixo, o desafio deve ser encarado com competência, haja vista a inviabilidade do projeto. Sem deixar de entender que o ponto de vista de empreendimentos sociais fundamenta-se em perspectiva social, ou seja, valores que possuem lutas diferentes.

Nessa perspectiva a coleta seletiva e a reciclagem atendem aos princípios básicos de desenvolvimento sustentável de Sachs (1976): “a) Satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação” (CAVALCANTI, 2003, p. 31).

Embora seja responsabilidade da coletividade, cabe ao Governo alocar recursos para implantação do gerenciamento sustentável desses resíduos. É dever dos administradores públicos, desenvolver programas de coleta e destino final correto do lixo. Some-se a isso as políticas estratégicas em programas de educação ambiental, conscientizando a população, mostrando o quanto é importante à preservação do meio ambiente, e que é necessária à participação de toda a população para que esse processo aconteça. Essa participação é essencial principalmente em lugares que já existam coleta seletiva, separando o lixo de acordo com seu material, executando essa tarefa logo na fonte geradora, e auxiliando o governo na fiscalização do destino dos resíduos. Os investimentos em programas de educação ambiental são importantes, pois Pesquisas apontam que a falta de investimento na informação da população sobre o processo de separação do lixo é um dos maiores entraves à coleta seletiva. (TROMBETA e LEAL, 2014; SOUZA e CORDEIRO, 2010)

No Brasil em 2013 62,1% dos municípios brasileiros registraram alguma forma de coleta seletiva, até parece um bom número, porém alguns apresentam apenas pontos de coletas os chamados (PEVS), ou apenas convênios com cooperativas de catadores de lixo, e que não cobrem toda a população das cidades. A figura a seguir representa a porcentagem de cidades do Brasil e de cada região que registraram alguma iniciativa de coletiva seletiva, a mesma mostra que as regiões sul e sudeste são a que tem a maior porcentagem de cidades que iniciaram alguma forma de coleta seletiva, e ainda que as regiões Centro-oeste e Nordeste possuem a menor porcentagem.

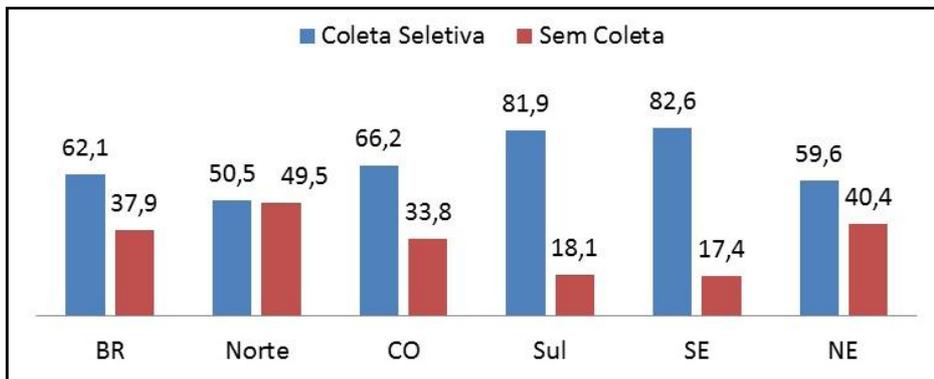


Gráfico 4. Implantação de Coleta Seletiva Municipal por região no Brasil 2013 (%).
Fonte: Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2013 (Adaptação dos Autores).

O gráfico a seguir mostra que a destinação final dos resíduos sólidos coletados no Brasil permanece quase de forma inalterada, onde em 2012 57,98% cerca de 105.111 t/dia dos RSU coletados tiveram destino adequado, e 42,02% cerca de 76.177 t/dia são destinados de forma inadequada. Em 2013 58,26% do RSU coletados cerca de 110.232 t/dia foram destinados de forma adequada, e que 41,74% cerca de 78.917 t/dia foram destinados de forma negativa. Isso significa que ainda é muito grande o número de resíduos sólidos descartados de forma inadequada.

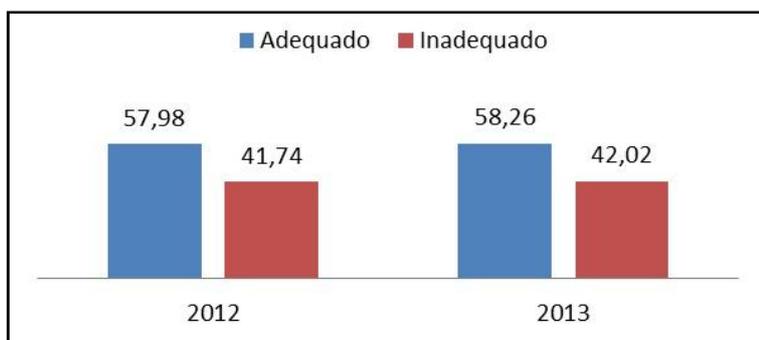


Gráfico 4. Destinação final dos resíduos sólidos no Brasil 2012-2013.
Fonte: Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2013 (Adaptação dos Autores).

REFERÊNCIAS

ARBAGE, A. P. **Fundamentos de economia rural**. Chapecó: Argos, 2006.

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, 2010**. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/downloads/Panorama2010.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

CAVALCANTI, Clovis. **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br>. Acesso em: s/d.

HIRAMA, A. M. e SILVA, S. S. Coleta Seletiva de lixo: uma análise da experiência do município Maringá – PR. **Revista Tecnológica**, v. 18, p. 11-24, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevTecnol/article/view/8230>>. Acesso em: mar. 2013.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. *Estudos Avançados*, v. 25, n. 71, p. 103-114, 2011.

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>.

NEGROMONTE, M. E. D. **Gestão de resíduos sólidos: o panorama atual no Estado de Pernambuco e do desafio da gestão integrada**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2002. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20030903152635.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2013.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos da escola à academia**. 3. ed. Catanduva: Rêspel, 2005.

ROCHA, Diego Luz. Uma análise da coleta seletiva em Teixeira de Freitas – Bahia. *Revista Caminhos de Geografia*, v. 13, n. 44, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16749/0>>. Acesso em: fev. 2013.

SILVA, R. R. S. LUBARINO, P. C. C. e SOUZA, G. M. M. Principais dificuldades dos catadores de lixo de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. *Rev. Acad. Ciênc. Agrár. Ambient. Curitiba*, v. 8, n. 2, p. 235-248, abr.-jun., 2010. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/ACADEMICA?dd1=4287&dd99=view>>. Acesso em: 21 maio 2013.

SOUZA, Ricardo Gabbay de; CORDEIRO, João Sérgio; Mapeamento cognitivo e Balanced Scorecard na gestão estratégica de resíduos sólidos urbanos; *Gest. Prod. São Carlos*, v. 17, n. 3, p. 483-496, 2010.

TROMBETA, Letícia Roberta e LEAL, Antonio Cesar. Gestão de Resíduos Sólidos urbanos: um olhar sobre a coleta seletiva no município de Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. *Revista Formação*, v. 1, n. 21, p.143-169. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/2361/2542>>. Acesso em: mar. 2013.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

FERREIRA, Liliane Caraciolo; GOMES, Victor Mendes; AVELINO, Carlos Eduardo Rodrigues. A participação na Implantação de Coleta Seletiva do município de Petrolina no Estado de Pernambuco. *Extramuros*, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 98-110, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 03 abr. 2014.

Aprovado em: 16 maio 2015.

Apontamentos pedagógicos sobre as artes marciais a partir da experiência com o ensino do *wushù* e da capoeira na Vila Educacional de Meninas em Diamantina-MG

Gilbert de Oliveira Santos¹

¹Professor de artes marciais e técnicas corporais terapêuticas na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: gilbert.santos@ufvjm.edu.br.

Agradecimento especial para Analiz Pergolizzi Gonçalves de Bragança, Domenica Azevedo de Sousa, Espedito Lopes Camargo, João Paulo Ribeiro, José Rafael Madureira e a toda equipe de trabalho da VEM, pelo acolhimento e recepção da proposta.

RESUMO

O propósito deste relato de experiência é apresentar alguns apontamentos pedagógicos e a organização das aulas de *wushù* e capoeira desenvolvidas no projeto de extensão intitulado “Técnicas corporais marciais na VEM (Vila Educacional de Meninas em Diamantina-MG).” Aproveitando-se da potência lúdica do *wushù* e da capoeira, foi desenvolvido um programa de ensino que tinha como premissa o equilíbrio entre as técnicas específicas e à expressividade criativa, possibilitando o aprimoramento dos movimentos corporais e também a busca de um estilo próprio na experimentação do gesto marcial.

Palavras-chave: Artes marciais; Ensino de artes marciais; *Wushù*; Capoeira.

Pedagogical notes on the martial arts from experience with the teaching of *wushù* and capoeira in Educational Village Girls in Diamantina-MG

ABSTRACT

The purpose of this report is to present some pedagogical notes and the organization of *wushù* and capoeira classes developed in the extension project entitled martial body techniques in VEM (Educational Village Girls in Diamantina-MG). Taking advantage of ludic power of the *wushù* and capoeira, we developed a teaching program that was premised on the balance between the specific technical and creative expression, allowing the repetition of the technique and also the search for a self-style in the trial of martial gesture.

Keywords: Martial arts; Martial arts teaching; *Wushù*; Capoeira.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de desenvolver princípios pedagógicos para o ensino de artes marciais para crianças, deu-se início, em setembro de 2012, o projeto de extensão² intitulado: “Técnicas corporais marciais na Vila Educacional de Meninas (VEM) em Diamantina-MG,” uma instituição vinculada à sociedade protetora da infância, fundada em 1993, que atende em média 80 meninas, entre crianças e adolescentes em condição socioeconômica desfavorável. O projeto teve como propósito desenvolver um programa de ensino de técnicas corporais marciais de modo a contribuir para a formação integral das meninas da VEM e ampliar os seus conhecimentos sobre as artes marciais.

Utilizou-se como técnicas de referência a capoeira e o *wushù*³, pois ambas as técnicas apresentam aspectos lúdicos e artísticos que possibilitam lidar com o desafio da marcialidade de maneira instigante e desafiante. Na capoeira e no *wushù*, é possível transitar com bastante fluidez entre o jogo, teatro, luta e dança, dando oportunidade à transfiguração da agressividade em algo belo, que pode ser experimentado ludicamente (SANTOS, 2014).

Apresentaremos aqui um conjunto de apontamentos pedagógicos cuja intenção é contribuir para a organização metodológica do ensino de artes marciais para crianças e promover o debate sobre o tema.

Apontamentos sobre o ensino de artes marciais na infância

De acordo com Gomes (2008), o ensino das artes marciais na infância carece de um tratamento pedagógico que se esmere na complexidade do conhecimento e que fuja da ênfase nos aspectos técnicos de modalidades específicas ao mesmo tempo em que possibilite aos alunos conhecer e vivenciar o universo de possibilidades que as artes marciais trazem no seu bojo. Normalmente as artes marciais são apresentadas em seus formatos preestabelecidos e o processo de aprendizagem é centrado na padronização de estilos e técnicas. Nesse modelo de ensino, aprender arte marcial é aprender um conjunto fechado de técnicas codificadas de ataque e defesa, em que as aulas são em formato de repetição exaustiva e os alunos copiam e reproduzem o/a professor/a (BREDA et al., 2010).

Assim, a relação entre as artes marciais e a possibilidade da descoberta das potencialidades expressivas e lúdicas do corpo não costuma ser a meta de grande parte dos projetos e trabalhos desenvolvidos com estas técnicas. No ensino das artes marciais, mesmo se tratando de um público infantil, ainda prevalece uma persistência na preparação militar do guerreiro, que muitas vezes se camufla em forma de disciplina do ímpeto e desejo criativo das crianças.

Ensinar um estilo, suas técnicas e formas previamente definidas de maneira mecânica e com base unicamente na repetição, sem possibilitar o processo criativo ou a possibilidade de perceber os significados essenciais do gesto marcial é limitar o desenvolvimento da aprendizagem, pois como diz Feldenkrais (1988), a melhor aprendizagem é aquela que possibilita novas e diferentes formas de fazer.

²Esse projeto foi desenvolvido com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri através dos Programas Institucionais de Bolsas de Extensão PIBEX 2013 e 2014.

³*Wushù* pode ser traduzido como artes guerreiras chinesas (LEE, 1997). O ideograma *wu* é o que melhor resume na concepção chinesa tudo que se liga a arte de ataque e defesa. É constituído de dois signos: *zhi* e *ge*. *Ge* é arma e pictograficamente assemelha-se a um tipo de lança, sendo reconhecida como uma arma de ataque muito poderosa. O signo *zhi* pode significar parar, pés, caminhar, marchar ou agir, dando a ideia de ações de luta e guerra ou mesmo parar a guerra. Pictograficamente, *zhi* evolui de um retângulo que simbolizava um castelo e dos signos de pés que representam,

por sua vez, caminhada ou marcha (HSUAN-AN, 2006). Combinando os dois signos, o significado de *wu* é 'marcial', 'militar'. Na língua moderna chinesa, arte é *yìshù*, sendo que *shù* significa técnica, habilidade ou modo (HSUAN-AN, 2006).

Por isso, preocupa-nos o processo de ensino de técnicas específicas de arte marcial que, durante as experiências, podem não deixar espaço para um aprendizado amplo e prazeroso, centrando-se apenas em um aprendizado pautado em ações mecânicas e meramente reprodutivistas, pois repetições de exercícios são atos e gestos que facilmente se tornam mecânicos, restringindo as possibilidades de agir (FELDENKRAIS, 1988). Limitar o ensino das artes marciais a formas de antemão pré-definidas e golpes estereotipados é restringir significativamente a expressividade da criança e o seu desejo de brincar.

Assim, é preciso permitir às crianças um aprendizado que vá além das sequências preestabelecidas ou dos gestos específicos, dando-lhes a possibilidade de se divertirem e criarem com a arte marcial. Neste caso, impõe-se a necessidade de entrar em harmonia consigo e com o outro como possibilidade de realização de uma simulação ou jogo marcial, o que leva ao conhecimento da existência de um padrão de experimentação corporal no nível individual e coletivo em que prevalece o princípio de brincar e experimentar as possibilidades marciais do corpo do que unicamente simular como seria um combate real contra um oponente ou de buscar exclusivamente a eficiência marcial do gesto.

Rufino e Darido (2012) apontam a necessidade do ensino das artes marciais pautaram-se por procedimentos pedagógicos que englobem métodos parciais e globais, utilizando jogos e também a repetição de técnicas, atentando-se para o planejamento e reorganização periódica dos processos de ensino. Assim, as artes marciais devem estar envoltas em abordagens pedagógicas focadas em quem aprende e não apenas no gesto técnico isolado da pessoa que o realiza, permitindo aos sujeitos refletir sobre suas ações, ressignificando-as e atribuindo sentidos que contribuam para que eles atinjam a autonomia e a emancipação, pois quando se compreende a concepção e os princípios que balizam a arte marcial, amplia-se a capacidade de fazer uso de seu próprio entendimento sem a direção de outro (RUFINO e DARIDO, 2012).

Certamente as crianças desejam brincar, como o fazem em todos os lugares do mundo e como fizeram sempre, pois brincar é algo inerente à criança. Dentro do desenvolvimento da criança, a atividade mais importante é o brincar, pois lhe permite dar curso à sua fantasia, a todos os impulsos que lhe vêm do corpo e da imaginação (LANZ, 2011). É brincando que a criança toma conhecimento do ambiente, das pessoas e de si próprio. Brincando, a criança reconhece suas capacidades e limites, além do desafio de lidar com o outro.

Sendo assim, o ensino dos gestos marciais deve vir acompanhado da possibilidade de criação e de experimentação através do lúdico. No caso da capoeira e do *wushù*, isso é potencializado, pois na essência de ambas as técnicas, o teatro e o jogo estão incisivamente inseridos (SANTOS, 2014). Mais do que em muitas práticas corporais combativas, no *wushù* e na capoeira é possível transitar com mais facilidade na fronteira entre o real e a fantasia, já que em ambas as técnicas, reside de maneira potente à capacidade de interpretação mimética da natureza ou dos gestos guerreiros dos animais, além da dimensão musical, que na capoeira é *sui generis*.

A potência expressiva do *wushù* e da capoeira reside, sobretudo, em sua capacidade de *mimesis*, entendida como na época da Grécia clássica, ou seja, a representação

artística que busca se aproximar com respeito e precisão da beleza do mundo (GAGNEBIN, 2005). O conceito de *mimesis* está historicamente relacionado com o fazer artístico. Logo, não se trata de pensar a *mimesis* apenas ligada à reprodução mecânica do gesto ou objeto observado, mas como uma imitação criativa, que pode estar ligada tanto à representação, quanto à expressão, o que indica um fazer com expressividade criativa e originalidade (SILVA, 2008). Nesse sentido, o ato mimético não é mera reprodução, mas ação criativa: “*Mimesis* não significa simples imitação no sentido de produzir cópias. Ela se refere a uma qualidade criativa do homem que lhe permite realizar algo novo” (WULF, 2005, p. 103).

Esta aproximação artística e lúdica é favorecida tanto no *wushù* como na capoeira pela capacidade de interpretação mimética da natureza ou dos gestos guerreiros dos animais. É o que CAILLOIS (1990) em sua classificação de tipos de jogos, denomina como jogos de *mimicry*, ou seja, um jogo que pressupõe a encarnação de um personagem ilusório e a adoção de seu respectivo comportamento. O prazer é o de ser um outro ou de se fazer passar por outro, o que inevitavelmente aproxima as técnicas marciais da representação teatral e dramática: “O *mimicry* consiste na representação deliberada de uma personagem, o que facilmente se torna uma obra de arte, de cálculo e de astúcia.” (CAILLOIS, 1990, p. 99).

Assim, na própria técnica de mimetizar a água, o fogo ou um animal em contexto de combate, já se transporta o sujeito para o mundo da fantasia, característica privilegiada de aprendizado para as crianças:

A *mimesis* designa um processo de aprendizado específico do homem (e, em particular, das crianças). A aquisição de conhecimentos é favorecida pelos aspectos prazerosos do processo. Poderíamos dizer, nesse sentido, que o impulso mimético está na raiz do lúdico e do artístico (GAGNEBIN, 2005, p. 84).

No *wushù* e na capoeira, não basta apresentar apenas poder marcial, é preciso trazer ao corpo além de agressividade, elementos de ordem estética e inserir-se no universo do teatro e do jogo. Essa busca por beleza e ludicidade pode contribuir na experiência agonística do gesto, pois através do jogo e da fantasia, ritualiza-se o aspecto agressivo inerente ao gesto marcial (HUIZINGA, 2010).

Ainda que mesmo no contexto do *wushù* e da capoeira, muitas escolas e propostas de ensino objetivem mais o poder marcial do que a beleza e ludicidade do gesto, a eminente presença do elemento jogo no *wushù* e na capoeira, potencializa sua dimensão lúdica em detrimento de sua dimensão prática de preparação para o combate. Afinal, “o jogo situa-se fora da sensatez da vida prática, nada tem a ver com a necessidade ou a utilidade, com o dever ou com a verdade” (HUIZINGA, 2010, p. 177).

No *wushù*, já é muito difundido os diferentes estilos que se baseiam em animais como o tigre, o louva-a-deus, macaco, a serpente, a garça e outros. E na capoeira, muitos gestos trazem em sua configuração uma representação mimética de animais, chegando até mesmo a incorporar os nomes destes para discriminar determinados gestos, como o rabo de arraia, o voo do morcego, o macaquinho e assim por diante.

Desse modo, as características miméticas da capoeira e das artes marciais chinesas favorecem a aproximação da dimensão lúdica e artística em detrimento da potência marcial e, por isso, facilitam uma condição ampliada da aprendizagem do gesto marcial. Assim, tanto o *wushù* como a capoeira, tornam-se danças guerreiras ou práticas que transitam com bastante fluidez, entre o jogo, teatro, luta e dança (SANTOS, 2014).

Com essas considerações e considerando a transitoriedade e historicidade do ato de ensinar, iremos apresentar a organização das aulas de artes marciais desenvolvidas na VEM pelo período de dois anos em que se utilizou como premissa o equilíbrio entre as técnicas específicas e à expressividade criativa do *wushù* e da capoeira, possibilitando através do jogo marcial e da busca da beleza do gesto, o aprimoramento dos movimentos corporais e também a busca de um estilo próprio na experimentação do gesto marcial.

Organização das aulas de artes marciais

O local para o desenvolvimento do projeto foi uma das salas da própria instituição e as turmas possuíam em média 10 integrantes com faixas etárias de 06 até 09 anos e 10 até 15 anos de idade. As aulas de artes marciais eram semanais e o programa de ensino desenvolvido na Vila Educacional de Meninas foi organizado a partir dos seguintes eixos norteadores:

- *Harmonização Psicofísica*: Inicialmente, realizava-se um trabalho de organização e harmonização psicofísica com a experimentação de técnicas corporais com princípios marciais e terapêuticos que promovem uma preparação inicial e o aprimoramento de capacidades físicas tais como equilíbrio, resistência, flexibilidade e força, além de potencializar a dimensão criativa do gesto marcial. Para isso, foi tomada como base a técnica de origem chinesa conhecida como *qìgong*⁴.

O *qìgong* é um método de cultivo da saúde reconhecido e adotado dentro do sistema medicinal chinês e algumas técnicas remetem-se a mais de mil anos de história (SANTOS, 2013). A técnica compõe-se de movimentos realizados de forma contínua e lenta, combinando suavidade e firmeza, permitindo que o praticante não se machuque e que consiga mobilizar sua disposição corporal, além de trazer muitos elementos miméticos da natureza, o que contribui para o espírito lúdico durante a sua realização.

Durante as aulas na VEM, buscou-se atentar não apenas para a imitação de uma forma, mas também para a interpretação do significado que o gesto pode representar, ou seja, o significado de um pássaro em postura de ataque ou de uma árvore oscilando ao vento pode ser interpretado de diversas formas no corpo, é preciso apenas apresentar algumas possibilidades e deixar as crianças criarem as suas próprias. A interpretação de elementos da natureza foi por diversas vezes utilizado como método de incitar as crianças a desenvolverem suas capacidades miméticas.

- *Técnicas de Ataque e Defesa*: Simulação de um ataque ou defesa com alguma parte do corpo, normalmente usando os membros superiores e inferiores. Muitas técnicas marciais adotam o princípio do centro do corpo como organizador dos movimentos

⁴*Qìgong* pode ser traduzido como trabalho da energia vital. O ideograma *qì* originou-se da representação gráfica do ar com três traços simulando o seu movimento flutuante. Em chinês tradicional, o ideograma *qì* incorpora *mi* que significa arroz. Assim, o ideograma que representa o que traduzimos como energia vital é a junção de alimento e ar. No pensamento chinês há o ensinamento de como cultivar essa energia através do aprimoramento e moderação nas ações. *Qì* também é conhecido como *ki* em japonês e *prana* em sânscrito. *Gong* é composto

das extremidades, pois isso atribui mais força, potência e domínio dos movimentos. Trata-se da emissão da energia marcial, na qual a força muscular e espiritual⁵ pode ser manifestada em seu máximo pela concentração mental e direcionamento do gesto. Tomando como referência o princípio do equilíbrio do corpo e da beleza do gesto, buscou-se possibilitar a repetição e a experimentação do poder marcial e expressão da força muscular e espiritual através de diversos movimentos de ataque e defesa.

• *Sequência Marcial*: Sequência de movimentos que simula um combate, também conhecida no Brasil como forma, katas ou katis. A sequência de movimentos previamente estabelecidos visa possibilitar um entendimento mais rápido da lógica corporal marcial, entretanto, uma vez alcançado o entendimento dos princípios dos movimentos que são feitos na sequência, pode-se optar por um estudo livre desse esquema em busca de uma fluência e organicidade pessoal e manter ao mesmo tempo, os princípios estudados na sequência inicial de movimentos.

Em alguns momentos, as crianças foram estimuladas a criar sequências individuais de movimento, o que muitas vezes gerou gestos desprovidos de marcialidade, foi preciso reorganizar tais movimentos para que a dimensão agonística do gesto pudesse vir à tona.

• *Jogo Marcial*: O estudo dos gestos e princípios marciais em associação num contexto de jogo. Essa tentativa de entendimento corporal através de um jogo guerreiro promove o distanciamento do aspecto marcial e do seu sentido mais prático e utilitário de preparação para o combate em benefício da ludicidade, da harmonia e do relacionamento com o outro. Trata-se aqui muito mais da percepção de si e da própria capacidade marcial do que a antecipação ou preparação para um combate real.

A marcialidade através do jogo pode ser um espaço de criação e experimentação corporal. No jogo cria-se uma outra realidade possibilitando que os gestos marciais promovam o deleite do confronto num contexto de harmonia e equilíbrio com o outro.

Utilizou-se variações da técnica chinesa conhecida como *tuishou*⁶ e a capoeira. No *tuishou* é possível entrar em contato com a própria capacidade marcial através do contato com o outro sem a necessidade de usar golpes traumatizantes. No *tuishou* usa-se as mãos como ponto de contato físico. O princípio é desenvolver a capacidade de ceder e expandir o corpo mantendo o contato das mãos e acompanhando as transformações das situações através da sensibilidade do toque.

Já a capoeira promove o desenvolvimento de gestos marciais sem a necessidade de contato físico, pois na capoeira busca-se encaixar no espaço vazio deixado pelo outro. Em lugar de interromper o gesto, preenche-se o espaço vazio deixado pelo gesto do outro. Sendo uma prática de relação e diálogo corporal, a capoeira posterga graciosamente um golpe que seria definitivo em benefício da continuidade do jogo.

Em ambos os casos, na capoeira e no *tuishou*, a harmonia do jogo marcial só é alcançada se o praticante encontra um ritmo de movimento compatível com o ritmo de movimento do outro.

pela junção de dois ideogramas, sendo que *gong* quer dizer trabalho, artesanato ou obra realizada manualmente e dependendo do ideograma com o qual compõe ou do contexto pode ser labor, bem feito, metuculoso, habilitado, preparado. O ideograma *li* compõe juntamente para expressar ideia de efeito, situação ou ato produzido por força física ou mental (HSUAN-AN, 2006).

⁵Se para nós há dificuldade em perceber a integralidade entre espírito e matéria, essa cisão não ocorreu no pensamento e no modo de vida oriental (ANDRAUS, 2012).

⁶Em chinês, *tui* significa empurrar e *shou* traduz-se como mãos, por isso, *tuishou* pode ser traduzido como empurrar com as mãos.

• *Massagem*: Utilizou-se da massagem e/ou automassagem como técnicas de estímulo e relaxamento corporal em momentos iniciais ou finais das aulas. Foram empregadas técnicas de deslizamento suave das mãos sobre os membros ou costas, compressão das mãos ou dedos na região do pescoço e orelhas, deslizamento com a palma das mãos no rosto, dedilhamento na cabeça e tapotagem no tronco e membros superiores e inferiores.

A massagem quando é feita de forma rápida e leve é estimulante e quando é feita de forma lenta e firme é calmante. A massagem é uma técnica terapêutica que visa o relaxamento, alongamento e estímulo das estruturas corporais, de forma a estabelecer maior mobilidade e equilíbrio psicofísico, além de proporcionar maior percepção do corpo (CONTATORE e TESSER, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta seguiu a premissa de que o processo de aprendizagem das artes marciais para crianças deve entrelaçar as técnicas específicas e à expressividade criativa. Portanto, trabalhar com as técnicas marciais específicas não significa trabalhar com repetição de movimento em si, podendo haver uma abertura durante o processo de aprendizagem, na qual as crianças possam encontrar seu estilo na experimentação e reelaborar as movimentações aprendidas. Diante disso, é importante a construção de estratégias pedagógicas para que haja espaço para uma aprendizagem criativa, uma aprendizagem que permita a busca de um estilo próprio na experimentação, que permita uma abertura no aprender o movimento.

Nesse sentido, cabe destacar que não se trata de negar ou renunciar a aprendizagem das diferentes técnicas marciais, mas sim, em como explorar o grande repertório de gestos marciais sem perder de vista a dimensão lúdica e também a exploração por parte das crianças de suas possibilidades de experimentar e criar movimentos, possibilitando que ocorra a realização de experiências significativas ou, como aponta Rufino e Darido (2012), buscar o equilíbrio entre tradição e modernidade, entre práticas inovadoras e formas culturalmente presentes, nas quais ambas se completem e não se desvalorizem ou tentem excluir as potencialidades da outra.

Também é preciso apontar que o projeto não se deteve na pesquisa a respeito da aquisição de aprendizagem gestual, ainda que fosse possível observar a ampliação e a qualificação gestual das crianças no decorrer do processo. Tal fato se deve às dificuldades de permanência e assiduidade das crianças no projeto, pois estando em sua maioria, em situação socioeconômica desfavorável, muitas delas faltavam ou mesmo deixavam de frequentar a instituição e/ou não tinham o comprometimento necessário para a realização de uma pesquisa desse porte.

Além disso, o projeto também encontrou resistências mediante as dificuldades de lidar com os desejos das crianças da VEM, afinal, é algo diferente do que elas estavam acostumadas. Também é preciso considerar que as crianças frequentavam a instituição não apenas com o único interesse na aprendizagem das artes marciais, de modo que foi preciso insistir para que elas se convencessem da importância do projeto no contexto das atividades desenvolvidas na VEM e também na formação delas.

Após dois anos de atuação insistente e perseverante, o projeto revelou-se como um espaço privilegiado de aprendizagem e formação dos acadêmicos envolvidos e do docente responsável, além de possibilitar a elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. A pesquisa e a extensão universitária foram promovidas, o que é uma das funções sociais e políticas da universidade pública. Este projeto também encontrou consonâncias com as metas da instituição, como a busca pela autonomia, a elevação da autoestima e a conquista de elementos que possibilitem uma vida melhor.

Por fim, ensinar é uma arte já há muito tempo investigada e, no futuro, muitos pensadores ainda permanecerão a se debruçar sobre este fenômeno, mas algo em particular gostaria de chamar a atenção no término desse trabalho. Freire (1996) nos ensinou que a educação é um ato de amor, então, além das melhores técnicas e metodologias de ensino, é preciso trazer para o contexto de estudo, prática e reflexão das artes marciais, a amorosidade do ato de educar.

<i>Wǔshù</i> (武术)	<i>wǔ</i> (武)	<i>zhǐ</i> (止)	<i>gē</i> (戈)
<i>yìshù</i> (艺术)	<i>shù</i> (术)	<i>qì</i> (气)	<i>qì</i> (氣)
<i>mǐ</i> (米)	<i>Gōng</i> (功)	<i>gōng</i> (工)	<i>lì</i> (力)
<i>tuī</i> (推)	<i>shǒu</i> (手)		

Figura 1. Ideogramas Mencionados.

REFERÊNCIAS

ANDRAUS, Mariana Baruco Machado. **Dança e arte marcial em diálogo: um estudo teórico-prático sobre o sistema de gongfu louva-a-deus e o ensino de improvisação em dança.** 2012. 289f. Tese (Doutorado em Artes da Cena) – Instituto de Artes, Unicamp, Campinas. 2012.

BREDA, Mauro Eduardo de Jesus Gonçalves; GALATTI, Larissa Rafaela; SCAGLIA, Alcides José; PAES, Roberto Rodrigues. **Pedagogia do esporte aplicada às lutas.** São Paulo: Phorte, 2010.

CAILLOIS, Roger. **Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem.** Tradução de José Garcez Palha. Lisboa: Edições Cotovia, 1990.

CONTATORE, Octávio Augusto; TESSER, Charles Dalcanale. Medicina tradicional chinesa/acupuntura. In: TESSER, Charles Dalcanale. (Org.). **Medicinas complementares: o que é necessário saber (homeopatia e medicina tradicional chinesa/acupuntura).** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FELDENKRAIS, Moshe. **Vida e movimento.** Tradução de Celina Cavalcanti e revisão técnica de Marcia Martins de Oliveira. São Paulo: Summus, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Do conceito de mimesis no pensamento de Adorno e Benjamin. In: _____. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história.** Rio de Janeiro: Imago, 2005.

GOMES, Mariana Simões Pimentel. **Procedimentos pedagógicos para o ensino das lutas: contextos e possibilidades**. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas. 2008.

HSUAN-AN, Tai. **Ideogramas e a cultura chinesa**. São Paulo: É Realizações Editora, 2006.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2010. Tradução de João Paulo Monteiro.

LANZ, Rudolf. **A pedagogia Waldorf: caminho para um ensino mais humano**. São Paulo: Antroposófica, 2011. Tradução e adaptação de Jacira Cardoso.

LEE, Maria Lucia. **Lian Gong em 18 terapias: forjando um corpo saudável**. São Paulo: Editora Pensamento, 1997.

RUFINO, Luis Gustavo Bonatto; DARIDO, Suraya Cristina. Pedagogia do esporte e das lutas: em busca de aproximações. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, p. 283-300, 2012.

SANTOS, Gilbert de Oliveira. **Uma interpretação das artes guerreiras chinesas**. 2013. 109f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas. 2013.

_____. Aproximações técnicas entre as artes marciais chinesas e a capoeira. **Revista Digital EFDeportes.com**, Buenos Aires, ano 19, n. 198, nov. 2014.

SILVA, Eusébio Lôbo da. **O corpo na capoeira: breve panorama, estórias e história da capoeira**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

WULF, Christoph. **Antropologia da educação**. Tradução de Sidney Reinaldo da Silva. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SANTOS, Gilbert de Oliveira. Apontamentos pedagógicos sobre as artes marciais a partir da experiência com o ensino do *wushù* e da capoeira na Vila Educacional de Meninas em Diamantina-MG. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 111-119, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 28 nov. 2014.

Aprovado em: 22 maio 2015.

Práticas em arte/educação não formal: uma proposta de ensino de artes visuais e extensão universitária

Fabiane Pianowski¹

¹Graduada em Artes Visuais – Licenciatura Plena (2002) e Mestre em Educação Ambiental (2004) ambos pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professora e Coordenadora do curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Doutora em História, Teoria e Crítica da Arte pela Universidade de Barcelona (UB). E-mail: fabiane.pianowski@univasf.edu.br.

RESUMO

O projeto de ensino e extensão “Memórias e Vivências de Passagens: atividades de mediação cultural” é parte integrante da disciplina de Práticas de Ensino das Artes Visuais III e surgiu da necessidade de engajar os alunos do curso de Artes Visuais da UNIVASF em atividades dirigidas à comunidade no âmbito da educação não formal. O projeto proporcionou que os alunos organizassem, preparassem e vivenciassem experiências de mediação cultural no âmbito não formal para posteriormente analisá-las e discuti-las em sala de aula. Através dessas atividades, o projeto apresentou à comunidade questionamentos relacionados à imagem e ao patrimônio cultural, focando-se nos aspectos de memória, história e cultura da fotografia, assim como a relação da imagem como fator educativo. Foi realizada uma exposição coletiva e itinerante na Praça da Misericórdia na cidade de Juazeiro-BA, na busca por uma ampla participação da comunidade.

Palavras chaves: Arte/educação; Mediação cultural; Educação não formal.

Prácticas en arte/educación no formal: una propuesta de enseñanza de artes visuales y extensión universitária

RESUMEN

El proyecto de enseñanza y extensión “Memorias y vivencia de pasaje: actividades de mediación cultural” es parte integrante de la asignatura de Prácticas de Enseñanza III y ha surgido de la necesidad de involucrar los alumnos de Licenciatura en Artes Visuales de la UNIVASF en actividades dirigidas a comunidad en el ámbito de la educación no formal. El proyecto ha proporcionado que los alumnos organizaran, prepararan y vivenciasen experiencias de mediación cultural, para posteriormente analizarlas y discutir las en clase. A través de estas actividades, el proyecto ha presentado a la comunidad cuestionamientos relacionados a imagen y al patrimonio cultural, centrándose en los aspectos de la memoria, historia y cultura de la fotografía, así como la relación de la imagen como factor educativo. Ha sido realizada una exhibición colectiva en la Plaza de la Misericordia en la ciudad de Juazeiro-BA, buscando una mayor participación de la comunidad.

Palabras-clave: Arte/educación; Mediación cultural; Educación no formal.

O projeto de extensão “Memórias e Vivências de Passagens: atividades de mediação cultural” surgiu da necessidade de engajar os alunos do curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF) em atividades dirigidas à comunidade de Petrolina e Juazeiro, cidades de abrangência do curso. Este projeto esteve vinculado à disciplina de Práticas de Ensino de Artes Visuais III (PEA-VIII), na qual está previsto o aprendizado do ensino das artes na educação não formal através de atividades de mediação cultural.

As cidades de Juazeiro/BA e Petrolina/PE contam com poucas instituições culturais ou organizações não governamentais que trabalhem com mediação cultural, principalmente pela carência de pessoas habilitadas a trabalhar na área. O objetivo desta disciplina é justamente o de sanar essa carência e com isso possibilitar a formação de arte/educadores preparados para atuar não só no ensino formal como também na educação não formal. Nesse sentido, a realização de atividades de ensino e extensão como as propostas pelo projeto são fundamentais para que os alunos organizem, preparem e vivenciem experiências de mediação cultural, para posteriormente analisá-las e discuti-las em sala de aula.

A escolha do local para a realização das atividades de exposição e mediação foram pautadas no fluxo de pessoas e na possibilidade de um maior número de participação da comunidade externa à UNIVASF. Essa escolha foi decidida em grupo com a participação de todos os envolvidos no projeto. Nesse sentido, foi escolhida a Praça da Misericórdia na cidade de Juazeiro-BA, por tratar-se de um local com um grande fluxo de pessoas das mais diferentes faixas etárias, escolaridade e condição socioeconômica. A intenção era interagir com o público e instigá-lo a ver e a pensar as fotografias apresentadas, a fim de estabelecer relações com as suas próprias memórias e vivências na urbe. Além disso, o projeto provocava uma alteração no trajeto cotidiano dos transeuntes, uma vez que “invadiu” a praça e os “obrigou” a, no mínimo, passar pelas propostas. Neste fluxo de passagem, muitos seguiam adiante, no entanto, muitos outros, curiosos, paravam, perguntavam e se permitiram desfrutar da experiência.

Os estudos sobre Arte/Educação não formal, mediação cultural e estágio supervisionado são a fundamentação teórica desta experiência, que buscou, através de atividades de extensão universitária e de ensino, possibilitar um espaço de intercâmbio e aprendizagem entre discentes e a comunidade externa à universidade.

Arte/Educação não formal, mediação cultural e estágio supervisionado

A inclusão do estágio supervisionado em espaços de educação não formal é fundamental para a formação de arte/educadores como mediadores culturais. De acordo com Pimenta e Lima (2004), a organização curricular é a grande responsável pela falta ou pouca conexão entre teoria e prática, devido a estruturar-se como “saberes disciplinares” isolados entre si e sem vínculo com o campo de atuação dos futuros profissionais. Para superar essa deficiência exige-se que o estágio seja teórico-prático na perspectiva da práxis, ou seja, que o estágio seja desenvolvido a partir de uma atitude investigativa, que envolva reflexão e intervenção:

O estágio não é atividade prática, mas teórica, instrumentalizadora da práxis docente, entendida esta como atividade de

transformação da realidade. Nesse sentido o estágio curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção da realidade, esta, sim objeto da práxis. (PIMENTA, 1994).

O estágio a partir dessa perspectiva vincula-se às concepções de professor como profissional reflexivo (SCHÖN, 1992) e profissional crítico-reflexivo (PIMENTA, 2002; CONTRERAS, 2002). Essas concepções colocam a prática educativa como o espaço de construção do conhecimento a partir da sua reflexão, análise e problematização, tornando-se simultaneamente prática e teoria. Portanto, o estágio deve ser concebido como uma experiência significativa através da qual irá identificar, selecionar e destacar os conhecimentos importantes para a atuação profissional. Nesse sentido, o grande desafio dos cursos de formação de professores é operacionalizar a ideia de professor reflexivo e pesquisador, que pode se concretizar através das diferentes modalidades de estágio.

A inclusão da educação não formal como espaço para a realização de estágio supervisionado dos cursos de Licenciatura ainda não está estipulada pelas normas e diretrizes relativas à formação de docentes e a sua presença em cursos de Licenciatura ainda não é algo habitual. Como destaca Nakashato (2012), tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/ Lei Federal n°. 9.394/1996), como as instâncias deliberativas para o sistema oficial de ensino como o Conselho Nacional de Educação (CNE) ou o próprio Ministério de Educação e Cultura (MEC), não estipulam normas e diretrizes de formação inicial de docentes relacionada à educação não formal. De fato, os pareceres e as resoluções que tratam do tema apontam o estágio para o exercício e práxis somente da educação formal, ficando a cargo da autonomia universitária a possibilidade da realização de estágio supervisionado em outros espaços educativos.

No caso particular das Licenciaturas em Artes Visuais, no entanto, esta modalidade de estágio supervisionado deveria ser obrigatória uma vez que os espaços de educação não formal foram fundamentais para o que hoje se entende como Arte/Educação. Nesse processo, como aponta Nakashato (2012), é imprescindível mencionar o Movimento Escolinhas de Arte e a Proposta Triangular. O Movimento Escolinhas de Arte de 1948 foi inicialmente pensado como atividades de educação não formal para crianças, no entanto, acabou culminando no Curso Intensivo de Arte e Educação (CIAE), único curso de especialização em educação através da arte que vigorou desde a sua implantação em 1961 até a implantação da LDB de 1971 (Lei Federal n°. 5.692/71). Por outro lado, a Proposta Triangular para o ensino de Artes da década de 80, que surgiu inicialmente como proposta educativa das atividades do MAC-USP, passou a ser utilizada amplamente no contexto da educação formal.

Atualmente, a medição cultural é uma importante referência no âmbito da Arte/Educação não formal. No entanto, o Brasil ainda não institucionalizou a figura do mediador e não temos formação específica de mediadores para atuar em museus, centros culturais ou ONGs (BARBOSA e COUTINHO, 2009).

Na tentativa de suprir essa carência, alguns cursos de licenciatura nas áreas de arte (Artes Visuais, Teatro, Dança e Música) começam a incluir o estágio em espaços de educação não formal, entre os cursos que oferecem essa possibilidade está o curso

de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Nesse curso, isso ocorreu através da oferta da disciplina de “Práticas de Ensino das Artes Visuais III”, na qual está previsto o desenvolvimento do estágio supervisionado em espaços de educação não formal por meio de mediação pedagógica do ensino de Artes Visuais em instituições culturais (Museus, Galerias, Centros Culturais, Fundações Culturais), eventos especiais (Festivais, Salões, Exposições), Escolas de Arte, Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades associativas, cooperativas, remanescentes quilombolas, indígenas ou Educação do Campo (UNIVASF, 2011). Dentro desta perspectiva, foi proposto o projeto de ensino e extensão apresentado neste relato.

Memórias e vivências de passagem: exposição coletiva e itinerante

O projeto contou com a participação de onze alunos para a sua execução, atingindo um público de mais de duzentas pessoas. Esses alunos organizaram-se em grupos e propuseram subprojetos fotográficos sobre memórias e vivências. Desta forma, criou-se uma exposição coletiva e itinerante que abarcava quatro propostas expositivas: “Troco Fotos por Sorrisos”, “Antes e Depois”, “Vale das Reminiscências” e “Sentir para Ver”.

A escolha de um espaço urbano público, aberto, foi motivada pelo desejo dos alunos em realmente conseguir interagir com um público pouco ou nada acostumado com este tipo de proposta, uma vez que para eles, em uma instituição cultural, provavelmente não haveria a mesma diversidade de pessoas em termos de escolaridade, faixa etária e situação socioeconômica.

A fotografia foi escolhida pela aproximação desta linguagem com o cotidiano dos transeuntes, por outro lado a facilidade e o custo acessível de reprodução foram também parâmetros levados em consideração. O uso da fotografia se deu tanto como documento –como ferramenta de registro e identificação da temporalidade–, assim como linguagem artística –como expressão estética de sentimentos e sensações–. Ambos usos da fotografia, ora mais documental, ora mais artístico, permearam todos os projetos apresentados e serviram como elemento unificador das propostas.

Em “Troco Fotos por Sorrisos” (figura 1) os alunos Robério Brasileiro Mota Júnior e Luísa Magaly Santana Oliveira Reis realizaram uma performance mediada, na qual propunha-se uma barganha com os transeuntes: trocar uma foto por um sorriso. Os responsáveis pela atividade, com câmara em punho, interagem com o público na busca de que o intercâmbio se consolidasse, que o clique da câmara fotográfica capturasse os sorrisos oferecidos. Nesse contato, mediado pela câmara e depois por uma conversa, os alunos dialogavam com os participantes sobre fotografia e cotidiano. Ao final da conversa, era entregue aos participantes um cartão com o endereço da página web do projeto (<https://fotosporsorrisos.wordpress.com>) para que os mesmos pudessem visualizar e descarregar a suas fotos.



Figura 1. Troco fotos por sorrisos.

Na proposta “Antes e Depois” (figura 2), as alunas Aline Monia Alves de Carvalho Souza, Ana Claudia Gomes de Sousa e Vanessa Thamíres de Souza Paixão trabalharam a temporalidade e os aspectos mnemônicos presentes em composições fotográficas, apresentando recortes fotográficos justapostos do antigo e do contemporâneo da cidade de Juazeiro, na Bahia. Através desta proposta, as alunas estabeleciam com os transeuntes um diálogo sobre a temporalidade, a memória, o patrimônio e a cidade. Os participantes eram estimulados a relembrar os espaços justapostos presentes nas fotografias, bem como relembrar os espaços da cidade que já não existiam ou tinham sido fortemente modificados. A intenção era chamar a atenção para a questão do patrimônio urbano, bem como potencializar a reflexão crítica sobre a configuração da cidade em que se vive.



Figura 2. Antes e Depois.

Em “Vale das Reminiscências” (figura 3), os alunos Antônio Carlos Coelho de Assis, Bruce Wagner Amorim Pereira e Ítalo Oliveira da Silva expuseram fotografias antigas das cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA na intenção de discutir a temporalidade e a espacialidade de ambas cidades com os transeuntes através das relações mnemônicas e/ou afetivas estabelecidas na visualização imagens, provocando uma reflexão sobre o passado e o presente. As imagens foram dispostas em um varal, que metaforicamente representa o rio São Francisco, acidente geográfico que separa ambas cidades,

a fim de proporcionar um comparativo e mostrar que, apesar de algumas diferenças, o processo de configuração da urbe se deu de maneira bastante similar. Nesta proposta, assim como na proposta “Antes e Depois”, a preocupação foi o resgate histórico da paisagem da cidade, dando especial atenção ao patrimônio urbano e à história da cidade.



Figura 3. *Vale das Reminiscências.*

Na proposta “Sentir para Ver” (figura 4), os alunos Évelin Feiffer Cardoso Santos, Nayara Queiroz e Uriel Bezerra propuseram uma mostra fotográfica que discutia o corpo e os padrões beleza impostos pela mídia e pela moda. Nessa proposta, além das questões levantadas pelas imagens, havia também a preocupação com a acessibilidade, visto a exposição estava pensada para ser vivenciada também por deficientes visuais e contava com textos em braile, texturas e audiodescrição. Infelizmente, nenhum deficiente visual participou da atividade, no entanto, para não limitar a participação aos invidentes e, ao mesmo tempo, proporcionar uma experiência estética e sensorial distinta aos participantes videntes, eram disponibilizadas vendas e os participantes eram conduzidos pelos mediadores a experimentar sensorialmente a exposição antes de poder visualizar as imagens.



Figura 4. *Sentir para ver.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada foi bastante exitosa, não só pela intensa participação do público, como também, e principalmente, pelo envolvimento dos alunos, que planejaram e executaram um projeto de extensão e puderam “aprender fazendo”. De modo que vivenciaram todas as etapas de realização de um projeto de extensão, desde a sua formulação (projeto), até questões de ordem mais prática como planejamento, divulgação, organização, montagem, realização e mediação da exposição.

Através desta proposta, os alunos puderam compreender a relevância das atividades de extensão universitária, ao mesmo tempo em que através de uma práxis significativa, uniram teoria e prática no desenvolvimento de competências para ensinar artes visuais e atuar como mediadores culturais nos espaços de educação não formal.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão. **Arte/educação como mediação cultural e social**. São Paulo: UNESP, 2009.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília: MEC, 1996. .

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

NAKASHATO, Guilherme. **A Educação não formal como campo de estágio**: Contribuições na formação inicial do arte/educador. São Paulo: SESI, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 1994.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, Antônio (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

UNIVASF. **Regulamento específico dos componentes curriculares**: Práticas de ensino do curso de licenciatura em Artes Visuais. Juazeiro, 2011.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

PIANOWSKI, Fabiane. Práticas em arte/educação não formal: uma proposta de ensino de artes visuais e extensão universitária. Extramuros, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 120-127, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 14 abr. 2014.

Aprovado em: 13 fev.. 2015.

Professoras de creche: a construção e a resignificação da identidade das profissionais que atuam com crianças de 0 a 3 anos

Márcia Regina Onofre¹
Andressa de Oliveira Martins²

¹Doutora em Educação/
Docente do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas UFSCar. E-mail: mareonf@yahoo.com.br.

²Licencianda em Pedagogia – UFSCar/ Bolsista PIBIC/ CNPq. E-mail: martin-sandressa27@yahoo.com.br.

Dedicamos esse trabalho as participantes do Projeto de Extensão “VEREDAS”, e a todas as profissionais de Creche.

RESUMO

Este estudo aqui apresentado objetivou analisar ao longo de 18 meses, o processo de profissionalização docente de profissionais de uma CEMEI de São Carlos, SP enfocando os dilemas, desafios e perspectivas do cotidiano de trabalho e dos reflexos desses fatores para a carreira dessas profissionais. Com um processo de formação centrado na escola foi estabelecida a parceria entre universidade-rede, por meio, de um estudo exploratório descritivo envolvendo 20 participantes da CEMEI (2 educadoras, 14 professoras, 1 gestora e 3 agentes educacionais), 2 professoras da universidade e 4 licenciandas do curso de pedagogia da UFSCar. Os dados foram levantados por meio de análise de diários reflexivos e questionários com questões abertas. A análise dos diários e dos questionários foi realizada partindo de 5 categorias: identidade profissional; desafios e dilemas da carreira; parceria universidade-rede; processos formativos e saberes docentes; perspectivas profissionais e políticas. Os resultados apresentados confirmam os pressupostos iniciais de que a construção da identidade profissional se dá longo da carreira e trajetória de vida do sujeito. Nesse exercício de construção e resignificação da identidade profissional é preciso que haja mudanças que além de depender dos professores e da sua formação, também dependem da transformação das práticas pedagógicas na sala de aula e investimentos em políticas comprometidas com projetos desenvolvidos no interior da escola, possibilitando a parceria entre universidade e rede e a continuidade dessas ações a longo prazo.

Palavras-chave: Educação Infantil; Identidade Profissional; Formação Continuada.

Kindergarten teacher – construction and reframing of professional identity of the professional who acting with children from 0 to 3 years

ABSTRACT

This study presented here aimed to analyze over 18 months, the process of professionalisation of teaching professionals a CEMEI de São Carlos, SP focusing on the dilemmas, challenges and perspectives of everyday life and work of the reflections of these factors to the career of these professionals. With a training process centered on school was established the partnership between university-network, by means of a descriptive exploratory study involving 20 CEMEI attendees (2 educators, 14 tea-

chers, 1 Manager and 3 educational agents), 2 teachers from the University and 4 licenciandas from the pedagogy course at UFSCar. The data were collected by means of analysis of reflective journals and questionnaires with open questions. The analysis of the diaries and questionnaires was held starting from 5 categories: professional identity; challenges and dilemmas of career; University-partnership network; formative processes and knowledge teachers; professional perspectives and policies. The results confirm the initial assumptions that the construction of professional identity comes through the career and life trajectory of the subject. In this exercise of construction and professional identity resignification there needs to be changes that in addition to relying on teachers and their training, also depend on the transformation of pedagogical practices in the classroom and political investments committed to projects developed within the school, enabling the partnership between University and network and the continuity of long-term actions.

Keywords: Childhood Education; Professional Identity; Continuing Education.

Profissionais da Creche e suas identidades

A função docente é uma das profissões mais desvalorizadas, conforme aponta Assis (2004). Essa desvalorização se acentua com relação às professoras de Educação Infantil, principalmente pelo fato dessas serem mulheres e atuarem com crianças pequenas.

A educação infantil, pelo fato de se dirigir ao atendimento de crianças pequenas muitas vezes é vista pela sociedade e também pela política como uma profissão que não necessita de muita formação, uma vez que as práticas desempenhadas nesse nível de ensino muito se aproximam das práticas maternas, assim, no imaginário social perpassa a ideia de que basta ser mulher para trabalhar com crianças pequenas, não sendo necessária formação para desempenhar tal função.

A educação infantil historicamente é associada à condição feminina, uma vez que envolve cuidados e afetividade. De acordo com Assis (2007) a mulher é vista socialmente enquanto uma educadora nata, isso influencia a forma das pessoas pensarem sobre o papel profissional da professora de educação infantil, delegando a essas profissionais a extensão da educação materna. A precariedade de alguns cursos de formação destinados aos professores de creche se dá pelo fato de a própria sociedade imaginar que a condição de ser mulher já habilita uma pessoa a ser professora de crianças pequenas.

De acordo com Assis (2007):

[...] o fato de a Educação Infantil se dirigir ao atendimento de crianças pequenas exige que algumas das práticas pedagógicas desenvolvidas em suas instituições sejam bem próximas de determinadas práticas de cuidados de crianças realizados nas esferas domésticas. Essa ambiguidade entre o espaço público e o privado, entre a função materna e a função docente está presente no imaginário de muitos professores e eles muitas vezes repro-

duzem práticas maternas na realização de seu trabalho. (ASSIS, 2007, p. 115)

Nessa relação entre educação infantil e função materna Arce (1997) questiona que muitas vezes, a professora da educação infantil não é vista enquanto profissional, pois a ideia de que a mulher é uma educadora nata é um dos principais fatores que dificultam a construção da identidade da profissional da Educação Infantil.

A feminização da atuação na educação infantil, segundo Pereira (2000), contribuiu para a proletarização dessa categoria profissional, assim, a atividade desempenhada na educação infantil muitas vezes é vista pela sociedade apenas como uma extensão do lar, fazendo com que a professora de crianças pequenas seja representada como aquela que realiza as atividades da mãe quando essa não pode estar presente.

A ausência de valorização e reconhecimento social destinada aos educadores de creche e pré-escolas no Brasil comprova que as políticas ainda têm muito que planejar para que a sociedade compreenda que a Educação Infantil tem uma função de extrema importância no desenvolvimento educacional da criança, no qual está inserido o cuidar e o educar.

A formação das profissionais que atuam na Educação Infantil deve caminhar no sentido de reconhecer a especificidade de atuação dessas professoras, afastando suas práticas dos fazeres domésticos, contribuindo para a valorização dessas profissionais que desenvolvem uma profissão marcada por suas peculiaridades e complexidades e que remete a reflexão, ao compromisso ético, político e pedagógico.

Para que esse cenário sofra mudanças significativas, é fundamental partir da ideia de que a formação das profissionais que atuam na Educação Infantil deve caminhar no sentido de reconhecer a especificidade de atuação dessas professoras, afastando suas práticas dos fazeres domésticos.

Sobre essa questão é importante ressaltar que as práticas desenvolvidas junto a crianças pequenas envolvem o cuidar e o educar, ambos são indissociáveis, e é em defesa dessa integralização entre o cuidar e o educar que se enfatiza a necessidade da professora com formação específica para atuar nesse nível de ensino. Segundo Arce (2001, p. 173):

A ambiguidade entre o doméstico e o científico chega até os dias de hoje em que, no cotidiano da educação infantil, predomina a utilização de termos como “professorinha” ou “tia”, que configuram uma caracterização pouco definida da profissional, oscilando entre o papel doméstico de mulher/mãe e o trabalho de educar.

No processo de construção da valorização dessa identidade profissional das professoras da educação infantil, Costa (1995) discute a questão da feminização apontando outra vertente. Para a autora, a feminização do magistério não deve ser vista como algo pejorativo para a categoria, mas sim, como valorização de um perfil docente, com suas características próprias, seus anseios, seus olhares e posturas profissionais. Diante

dessas particularidades da educação infantil é fundamental que essa profissional tenha o entendimento da importância de seu papel social e identidade profissional no desenvolvimento dos educandos.

Neste sentido é preciso superar a questão da ambiguidade entre a responsabilidade maternal e profissional nas escolas de educação infantil para poder desempenhar um trabalho pedagógico e educativo de qualidade. Outro ponto importante merecedor de análises e discussões é a separação profissional de professores e educadores de creche, pois na pré – escola encontram-se os professores que trabalham com crianças maiores, em que os cuidados higiênicos (trocar fraldas e outros...) não estão incluídos nas funções desses profissionais, já nas creches encontramos os educadores que trabalham com crianças pequenas e, conseqüentemente realizam trabalhos pautados no cuidar dos bebês. Todo esse processo gera uma discriminação, pois quem cuida não se sente responsável por educar e vice – versa (Assis, 2007).

A falta de reconhecimento e valorização da sociedade perante os professores que atuam com crianças pequenas dificulta a construção de uma identidade para esses profissionais.

A formação continuada tem grande importância no processo de construção de identidade do professor. De acordo com Nóvoa (1992) e Tardif (2002), a construção da identidade profissional se dá não só no momento de formação inicial, mas ao longo da carreira e trajetória de vida do sujeito. Essa construção passa sempre por um processo complexo em que cada um se apropria do sentido da sua história pessoal e profissional. Trata-se de um processo que necessita de tempo, tempo esse, para refazer identidades, para que o indivíduo se acomode em relação às inovações e assimile as mudanças. A universidade tem um grande papel nesse processo de construção de identidade profissional dos gestores, professores e educadores atuantes neste nível de ensino, juntamente, colaborando para o fortalecimento de políticas públicas que compreendam que a Educação Infantil tem uma função de extrema importância no desenvolvimento integral e educacional da criança de 0 a 5 anos.

Formação continuada e inicial: O Projeto “VEREDAS” e suas possibilidades

O projeto de extensão “VEREDAS: descortinando os caminhos, políticas e práticas das profissionais que atuam com crianças de 0 a 3 anos em uma instituição de educação infantil de São Carlos/ SP”, surge com o interesse da universidade em oportunizar ações de formação continuada, buscando suprir lacunas identificadas a partir do contexto do campo da docência no âmbito da educação infantil. A escolha da Creche na qual o projeto foi desenvolvido partiu do interesse das professoras, educadoras e gestoras atuantes nessa instituição e dos anseios dos membros do conselho da escola. Esta atividade de extensão oportuniza o trabalho coletivo entre universidade e escola no processo de construção de identidades das profissionais que atuam na educação infantil, bem como a possibilidade de discussão sobre as próprias práticas pedagógicas destas profissionais, refletindo ainda sobre as políticas, processos formativos e saberes da docência no estabelecimento da parceria entre universidade (professores e alunos) e rede pública de ensino (educadoras, professoras, gestoras, supervisoras).

A pertinência desse processo de formação caminha no sentido de suprir a ausência de valorização e reconhecimento social destinada aos educadores de creche e professores de pré-escola no Brasil, tanto nos âmbitos políticos, sociais, culturais e econômicos quanto no âmbito pedagógico (Bondioli e Mantovani, 1998; Kishimoto, 2010; Kramer, 2011).

A universidade tem grande papel no processo de construção da identidade dos profissionais que atuam com crianças pequenas, colaborando para o fortalecimento de políticas públicas que compreendam que a educação infantil tem uma função de extrema importância no desenvolvimento integral e educacional da criança de 0 a 5 anos.

Caminhando nessa direção, propomos neste projeto, a oportunidade de aproximação de licenciandos do curso de Pedagogia, do contexto de trabalho, dos desafios e práticas cotidianas destes profissionais da educação infantil, buscando a aprendizagem colaborativa de todos os envolvidos. O intuito do projeto é conceber a creche como um espaço de aprendizagem analisando os processos de formação e práticas pedagógicas de educadoras e professoras participantes do Projeto “VEREDAS”.

O projeto de extensão “VEREDAS” foi organizado por meio de reuniões presenciais de trabalho (oficinas, palestras, grupos de estudos, dinâmicas), e também com atividades em outros momentos de estudo (diários, registros e memórias, vivências no cotidiano de trabalho), visando produzir conhecimentos sobre formação inicial e continuada, tomando o contexto de trabalho da creche como lócus para reflexão e melhoria das práticas pedagógicas.

Neste sentido, o projeto buscou desenvolver ações formativas baseando-se nas necessidades de contexto de trabalho, possibilitando a reflexão sobre o cotidiano de ação com a criança pequena, buscando a melhoria de qualidade do atendimento na educação infantil.

A atividade de extensão foi norteada por três grandes eixos de trabalho: Práticas pedagógicas, identidade e desenvolvimento profissional e políticas para o atendimento da criança. Esses três eixos de trabalho foram abordados por meio do levantamento e atualização de necessidades formativas, para que então os temas pudessem ser aprofundados utilizando vivências de sensibilização, elaboração e análise de situações de ensino, elaboração de diários reflexivos, produção de registro de memórias, leitura e discussão de textos, apreciação e discussão de músicas, filmes, vídeos, documentários, finalizando com análise e socialização de vivências e experiências com base nos reflexos do projeto de extensão “VEREDAS”.

Os processos formativos suscitados na parceria entre universidade-rede municipal de ensino caminham no sentido de (re)construção da identidade das profissionais da educação infantil, visando estabelecer ações formativas de forma colaborativa.

Partimos do princípio de que o entendimento da identidade profissional docente deve começar com o auto conhecimento, de sua história, suas práticas, seus saberes.

De acordo com Tardif e Raymond (2000, p.213):

Os saberes profissionais dos professores parecem ser, portanto, plurais, compósitos, heterogêneos, pois trazem à tona, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e manifestações do saber-fazer e do saber-ser bastante diversificados, provenientes de fontes variadas, as quais podemos supor que sejam também de natureza diferente.

A identidade profissional carrega marcas da existência, marcas não apenas profissionais, mas também pessoais. Essa identidade está em constante movimento, ela se modifica juntamente com os novos saberes, novas experiências e vivências. A formação continuada encontra espaço importante nesse processo de construção e ressignificação da identidade, uma vez que permite a esses profissionais aprimorar seus conhecimentos, reafirmando sua especificidade de atuação e aprofundamento teórico nas peculiaridades da educação infantil, reconhecendo a importância de seu papel social e de sua identidade para atuação junto a crianças pequenas. Com esse auto reconhecimento e auto valorização o processo de construção e ressignificação da identidade será algo mais fácil, uma vez que isso requer mudanças que dependem de formações profissionais que resultem em transformação. Assim, a escrita e a rememoração foram os principais instrumentos utilizados no projeto “VEREDAS” para o resgate e (re)construção da identidade profissional.

Escrita e rememoração: instrumentos para construção e ressignificação da identidade profissional

Segundo Oliveira (2011), o processo de formação do professor se inicia ainda no período de escolarização, assim sendo, é importante olhar para a história de vida desses professores, atentando principalmente para sua formação enquanto estudante. Essas histórias de vida fazem uma série de revelações sobre esse profissional, contribuindo para a compreensão da sua identidade, de seus saberes e os fazeres do cotidiano escolar. No projeto “VEREDAS”, utilizamos a escrita de diários (ferramenta de escrita, descrição e análise cotidiana das ações e práticas pedagógicas que auxiliam na compreensão do modo de ser docente, perpassado pela luta pela profissão, pela criticidade e pela busca da reflexão do próprio processo educativo) e do “memorial da infância” (instrumento de análise da história de vida e identidade pessoal das docentes marcada por crenças, valores, sentimentos, inquietações, traumas, angústias, aprendizagens e conhecimentos apresentados por meio de documentos, fotos, imagens e registros escritos). Para Guedes-Pinto (2012), no que diz respeito à formação de professores, as narrativas auxiliam na compreensão da prática docente, uma vez que nos traz pontos importantes para a compreensão de aspectos que constituíram o sujeito enquanto professor.

O conhecimento promovido pelas narrativas possibilita a reflexão, mobilizando e redirecionando para novas ações. Segundo Oliveira (2011), as narrativas na formação inicial e continuada de professores, apresentam um acesso privilegiando a identidade docente desses profissionais, assim, ao escrever as narrativas, os professores passam por um processo formativo, uma vez que essas possibilitam o autoconhecimento e a reflexão da prática. Por meio da reflexão, os saberes docentes são problematizados e ganham novos significados, assim, o professor traz um novo olhar sobre o contexto no qual se insere.

A escrita dos diários e do “memorial da infância”, a princípio, foi algo que apresentou forte resistência, principalmente por ser algo individual do narrador em relação às suas experiências singulares. Quando o professor narra suas memórias ele acaba por alterar suas formas de pensar e agir, reconstruindo suas próprias experiências, contribuindo para a autorreflexão.

Reflexos do projeto “VEREDAS”

As profissionais participantes do projeto revelaram em seus depoimentos uma maior percepção sobre a construção e resignificação da identidade profissional, percebendo que ela ocorre ao longo da vida passando sempre por um processo complexo em que cada um se apropria do sentido da sua história pessoal e profissional. As docentes revelaram que esse é um processo que necessita de tempo, tempo para refletir, construir e reconstruir identidades, e se adaptar às mudanças. Neste sentido a visão de resistência às mudanças e a busca pela formação continuada apareceu em vários depoimentos como necessária e urgente visando um processo contínuo de aprendizagem:

[...] ao longo do processo o que era resistência acabou se tornando necessidade de mais informações, de mais conhecimentos. Uma vontade incansável de saber mais, de mudar a forma de agir e pensar contagiando todos da equipe. Não imaginava o quanto a minha história de vida tinha a ver com a minha forma de lidar com os meus alunos. Não imaginava o quanto precisamos de tempo para que a nossa prática se fortalecesse gerando mais segurança e autonomia profissional. Hoje sabemos o quanto precisamos de cursos e projetos que nos apoiem e que sejam desenvolvidos dentro da escola. (Profissional 3)

O grupo também percebeu que as mudanças na forma de agir e pensar dos participantes refletiu na organização da escola como um todo, contribuindo para maior autonomia de ação, maior compreensão da importância do coletivo e do seu papel nas decisões e também para a emancipação pessoal e profissional.

Tudo o que trocávamos no projeto refletia na nossa forma de agir e no movimento do cotidiano escolar. Até as professoras e educadoras que não participaram do projeto vinham nos perguntar as novidades. Cada caixa que trazíamos, cada painel, cada proposta de interação com a comunidade era bem vinda, pois sabiam que éramos estimuladas pelo projeto e isso representava algo inovador, diferente e enriquecedor seria bom para a escola. (Profissional 5)

Os relatos das participantes (20) revelam que o projeto tem causado impactos positivos na atuação dessas profissionais junto aos alunos. O resgate das histórias de vida e a construção do memorial da infância contribuíram para um novo olhar sobre a infância e a criança, além de possibilitar a reflexão sobre as práticas adotadas no interior da creche.

Quando me lembrei do meu passado, pensei em tudo que gostava e não gostava, voltei para a condição de criança. Considero

que isso foi algo muito importante, pois tudo é diferente quando somos adultos, temos outra visão da criança. Hoje, consigo me colocar no lugar dos meus alunos, muitas das coisas que são interessantes para mim, sei que não terão significado algum para eles, e muitas das coisas que são interessantes para eles, antes não tinham significado para mim, mas agora, pensando como uma criança consigo compreender melhor esse universo, e busco sempre atividades que gostaria de fazer se eu fosse uma criança. É tudo diferente quando enxergamos com os olhos de criança. (Profissional 2)

A escrita dos diários proporcionou às participantes um maior conhecimento de si e de sua prática, possibilitando a reflexão do cotidiano de trabalho (pensar e repensar sobre as práticas).

A escrita dos diários no início foi algo muito difícil, é muito ruim falarmos de nós mesmos. Em cada escrita me auto julgava, me questionava sobre certas atitudes e comportamento. Com o tempo fui conseguindo perceber a riqueza dessa escrita, quando eu escrevo, eu trago a tona todo o meu dia, tudo que fiz, e também o que deixei de fazer, e nesse momento me questiono e reflito. Isso contribuiu muito para a mudança de minha prática, e me permitiu fazer uma auto avaliação de minha atuação profissional. Considero muito importante dedicar um espaço no meu dia para esse processo de reflexão, pois se não refletimos acabamos agindo de forma mecânica. (Profissional 3)

Esse depoimento revela as contribuições dos registros na mudança de postura e mentalidade das profissionais em seu espaço de trabalho, bem como, da compreensão da identidade pessoal e profissional que ao longo do processo de participação no projeto foi sendo construída e reconstruída no sentido de uma maior valorização da profissão e da atuação político-pedagógica.

Contribuições da parceria entre universidade-rede

A construção e ressignificação da identidade marcaram muito a postura pessoal e profissional das professoras da universidade. O contato com a escola fez com que a forma de trabalhar as aulas no ensino superior também fosse alterada. A escolha dos textos para as aulas, a forma de conduzir os estágios, as discussões nos grupos de pesquisa, os exemplos do cotidiano escolar e as próprias ações no projeto foram sendo revistas, refletidas e construídas a cada momento de desenvolvimento do projeto. A construção coletiva e os avanços do grupo (autonomia e crescimento profissional) geraram nas pesquisadoras questionamentos, percepções e significações que até então não haviam ocorrido na trajetória profissional. Foi o momento de parar para rever, ressignificar e compreender a própria prática profissional.

[...] quando iniciamos o projeto não imaginávamos o quanto de enriquecedor e desafiador a proposta se transformaria. O grupo de professoras e educadoras que começou tímido desabrochou e a autonomia deu lugar a profissionais engajadas, inquietas,

transformadoras e, politicamente, preocupadas com a valorização profissional. Aprendemos muito com o grupo. Aprendemos que a coletividade é essencial, é valiosa e representa a maturidade de uma equipe, independente, da idade e tempo de experiência dos participantes. Quanto mais envolvido for o grupo melhor são os resultados na escola. Aprendemos que a universidade têm uma papel fundamental de escuta, reflexão e construção coletiva. Aprendemos que é, extremamente, pertinente e relevante, aproximar as alunas que estão em formação inicial das que estão em formação continuada. Aprendemos que todas as teorias são fundamentais mas que em determinadas momentos nem todas são necessárias. Aprendemos a deixar a rede falar, construir, ressignificar, para só depois buscarmos caminhos conjuntamente. (Professora Universidade 1)

O compartilhamento das experiências com as profissionais da CEMEI³ suscitou nas licenciandas a necessidade e interesse em buscar conhecimentos e saber utilizá-los no cotidiano de trabalho. Mais do que simplesmente dominar o conhecimento, os encontros apresentavam para as alunas em formação inicial, momentos de angústia, de choque com a realidade, de como lidar, na maioria das vezes, com o incerto, com o desconhecido, com o novo, com o desafiador e, principalmente, com a inexperiência.

³Centro Municipal de Educação Infantil.

A proximidade do cotidiano escolar, diferentemente dos estágios, era o momento de reflexão conjunta, de compartilhar experiências, de buscar soluções conjuntas, de sofrer frente a problemas da escola, de trocar informações, materiais, referências de vida pessoal e profissional. Para a maioria das licenciandas a participação no projeto auxiliou uma maior compreensão no curso de graduação e dos estágios.

[...] no começo tínhamos receio de falar, de nos posicionar frente às professoras da universidade, da escola, achávamos que éramos inexperientes, sem muito a contribuir. Com o passar do tempo começamos a nos posicionar, sentir mais segurança, a preparar os encontros, a questionar leituras e posicionamentos que não achávamos coerentes. Sentíamos como pares, como parceiras de luta. Passamos a entender o curso de graduação em seus bastidores. Foi bem interessante o posicionamento crítico e político-pedagógico nos nossos seminários, nos estágios e mesmo nas aulas da graduação. (Licencianda 1)

Em linhas gerais o projeto de extensão “VEREDAS” contribui de forma positiva para a formação inicial das licenciandas do curso de pedagogia, propiciando a inserção dessas alunas dentro da escola e o contato próximo com professoras experientes e iniciantes. Acreditamos que essa proximidade com profissionais que atuam nesse espaço foi enriquecedora, permitindo o compartilhar de experiências e saberes de ambas as partes, permitindo a associação entre teoria e prática, conhecimento e experiência, e a valorização e reconhecimento dos saberes docentes das profissionais que atuam com crianças pequenas.

CONCLUSÃO - *Processos formativos e saberes docentes resultantes das interações*

As interações resultantes do Projeto “VEREDAS” foram uma oportunidade de aproximação da universidade com a rede de ensino, tendo a creche como lócus de formação. Essa parceria reforça a importância das possibilidades e oportunidades de articulação entre ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade nas universidades, especialmente para os cursos que formam professores.

As profissionais da escola participantes do projeto apontam que é preciso que os pares exerçam um papel político e de valorização docente buscando novos cursos de formação continuada, melhores condições de trabalho e de carreira, de modo que se articulem de forma coletiva, ética e profissional. Neste sentido, novos projetos poderão propiciar a reflexão e a possibilidade dos professores reverem suas práticas e enfoques teóricos.

As possibilidades de inserção das licenciandas do curso de pedagogia no campo visam contribuir na superação da dicotomia entre teoria e prática e, nesse sentido, um instrumento valioso para a formação reflexiva, autônoma, crítica e transformadora da realidade social.

Os resultados apresentados confirmam os pressupostos elucidados por Nóvoa (1992) e Tardif (2002), de que a construção da identidade profissional se dá ao longo da carreira e trajetória de vida do sujeito. Nesse exercício de construção e ressignificação da identidade profissional é preciso que haja mudanças que além de depender dos professores e da sua formação, também dependem da transformação das práticas pedagógicas na sala de aula e investimentos em projetos desenvolvidos no interior da escola.

Neste sentido defendemos a parceria entre universidade e rede visando à construção de processo complexo que necessita de tempo para refazer identidades e, principalmente, para que o indivíduo se acomode em relação às inovações e assimile as mudanças.

REFERÊNCIAS

ARCE, A. **Jardineira, tia e professorinha: a realidade dos mitos.** Dissertação de Mestrado. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.

ARCE, A. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), Campinas/sp, v. 113, p. 167-184, 2001.

ASSIS, M. S. S. **Professor de educação infantil: uma profissão em construção.** In: PEREZ, M.C.A. Educação: Políticas e Práticas. São Carlos: Suprema, 2007, p.62-73.

ASSIS, M.S.S. **Representação de professores: elementos para se refletir sobre a função da instituição escolar e da professora de Educação Infantil.** 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. São Carlos, 2004.

BONDIOLI, A. e MANTOVANNI, S. **Manual de educação infantil**. Porto Alegre: Art-med, 1998.

COSTA, M. V. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

GUEDES- PINTO, A.L. **Memorial de formação**: registro de um percurso. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/ensino/graduacao/downloads/proesf-AnaGuedes.pdf>>. Acesso em: set. 2012.

KISHIMOTO, S. **Educação infantil**: enfoques em diálogo. Campinas: Papirus, 2011.

KRAMER, S. **Educação infantil**: enfoques em diálogo. Campinas: Papirus, 2011.

NÓVOA, A. (Org.) **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, R.M.M.A. de. Narrativas de formação: aspectos da trajetória como estudante e experiências do estágio. **Revista Interações**, n. 18, p. 229-245, 2011.

PEREIRA, J. E. D. **Formação de professores – pesquisa, representações e poder**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis-R.J.: Vozes, 2002.

TARDIF, M.; RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade**, Campinas: Cedes/Unicamp, v. 21, n. 73, dez/ 2000, p. 209-244.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

ONOFRE, Márcia Regina; MARTINS, Andressa de Oliveira. Professoras de creche: a construção e a resignificação da identidade das profissionais que atuam com crianças de 0 a 3 anos. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 128-138, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 04 abr. 2014.

Aprovado em: 12 fev. 2015.

DADOS TÉCNICOS

Título: EXTRAMUROS - Revista de Extensão da UNIVASF

Projeto gráfico: Cecilio Ricardo de Carvalho Bastos

Logotipo: Ricardo Guimarães Cardoso

Editoração Eletrônica: Thiago Bruno Rodrigues de Rezende Oliveira (Estagiário)

Capa: Luiz Maurício Barreto Alfaya

Formato do arquivo: Portable Document Format (PDF)

Formato do papel: 21 x 29,70cm

Fontes: Bodoni e Chiantin

Número de páginas: 139